

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 12 de Junho de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1228 • Director: Carlos Brito

RMG na fase da generalização

Apesar do alcance limitado do Rendimento Mínimo Garantido, o PCP valoriza este novo direito social e é activo defensor da sua correcta concretização.



■ Edgar Correia Pág. 20

Sopra um vento novo na Europa?

Se há razões para se ser optimista, também há razões para se ser prudente.

■ Lino de Carvalho Pág. 21

Finanças locais e transferência de competências

Duas propostas do Governo de marcha forçada para a moeda única.

■ Jorge Cordeiro Pág. 23

PCP VI Congresso Regional do PCP/Açores Um partido atento à realidade

«Mais justiça, melhor democracia» foi o lema da Resolução aprovada pelos delegados reunidos no passado domingo em Ponta Delgada.

Pág. 7

Carvalhas nas Jornadas Parlamentares do PCP

DESAFIO AO PS

Prazo de 30 dias para debater e aprovar o Mapa das Regiões Administrativas

Carlos Carvalhas lançou, no Porto, um desafio ao Partido Socialista – «Se o PS quiser demonstrar que efectivamente não quer pôr a regionalização na gaveta, então daqui o desafiamos a debater e deixar aprovar na Assembleia da República como prioridade o Mapa das Regiões Administrativas, isto é, que regiões em concreto são criadas e qual a área de cada uma delas.»

Págs. 5 e 6

CGTP traçou na rua o quadro negro das privatizações

Centrais



PARAR A RAZIA PARA REFLECTIR

AUTARQUICAS

EVORA Zona dos Mármore
trabalha para o desenvolvimento

CDU

EDITORIAL

Clareza e responsabilidade

Num momento político - e os momentos políticos tanto podem durar um dia como arrastar-se por semanas - que vem carregando tantas demonstrações de como as forças que ocupam a ribalta dos meios de comunicação social se prestam mais ao espectáculo do que apostam na resolução dos mais complexos problemas nacionais, e procuram desempenhar papéis de graves defensores do interesse público, encenando o drama de um aparente antagonismo que esconde a farsa do seu entendimento recíproco, a demonstração de clareza e de responsabilidade que caracterizou a postura e as propostas dos comunistas, reveladas no Porto durante as Jornadas Parlamentares do PCP, constituem uma verdadeira lufada de ar fresco no ambiente que vem deteriorando a imagem da política e dos políticos junto dos cidadãos.

A postura do PCP, neste como noutros casos, está bem longe daquelas que promovem os dois partidos, PS e PSD - um no Governo e outro em formal oposição -, e o contrapeso que mostra ser o PP, cuja tarefa, ora de um lado ora de outro, vem sendo a de garantir a continuidade da política de direita e a estabilidade de um poder ao serviço dos monopólios.

A encenação tecida em torno da alteração à Lei das Finanças Locais - com o PSD a avançar um projecto em tudo contrário ao que foi a sua prática enquanto se demorou no Governo e com o PS a desdizer promessas que fizera quando fora oposição -, e que levou a uma pequena guerra de chantagens, disparando um sobre o outro ameaças de eleições antecipadas, disparos que Carlos Carvalhas classificou na semana passada como tiros de «pólvora seca», tal encenação não encontrou eco nem minimamente abalou as posições do PCP que, não abandonando o terreno da luta, se não deixa envolver nas farsas que aí se desenrolem.

A tentação é muita, porém, por parte do Governo e do PS, de todos enredar nas suas manobras de propaganda, e já dava, por exemplo, como adquirida a improvável aceitação, por parte do PCP, do conteúdo do diploma com que os socialistas pretendem fazer alterar a Lei das Finanças Locais.

O barulho foi tanto que, no Porto, o grupo parlamentar comunista, clarificando a questão, lembrou que, «à semelhança do que se passou» em ocasiões anteriores, «as votações na generalidade destinam-se somente a viabilizar o necessário **debate aprofundado** na especialidade, não constituindo para o PCP nenhum vínculo em relação às propostas avançadas pelas outras forças políticas e pelo Governo». E foi avisando que, «face ao conteúdo já conhecido das propostas governamentais de finanças locais e de transferência de competências, o PCP assinala que se opõe frontal e firmemente a essas propostas que, se fossem lei, seriam estranguladoras da capacidade financeira dos municípios e os esmagariam com encargos, tudo em prejuízo dos **interesses das populações** que eles devem servir».

Debate aprofundado. Soluções concretas. Interesses das populações. Três expressões-chave da postura do PCP na luta institucional, tão longe da demagogia, do atropelo e do incumprimento que vêm caracterizando a prática do PS no Governo. Um Governo que, começando por brandir desenfreadamente o estandarte do diálogo, acabou depressa por revelar que prefere a conversa de surdos ou os surdos entendimentos com os que partilham os mesmos interesses. Quanto aos que verdadeiramente se opõem à sua política, a surdez é completa. Como também as Jornadas Parlamentares do PCP vieram vivamente denunciar, o Executivo de Guterres, com a sua proposta de lei de alterações ao Código Penal - contra a qual os comunistas votaram - visou no fundamental a criação do crime de «cortes de estrada, com o qual o Governo PS quer combater uma das formas de indignação que as políticas governamentais vêm suscitando. Ilustrando com um

exemplo recente, como seria no caso da pesca o Governo mandar prender os armadores por três anos, por bloquearem os portos, em vez de se sentar à mesa a negociar com eles».

No plano institucional, os entendimentos com o PSD, surdos à participação das outras forças políticas, nomeadamente do PCP, e marginalizando de facto a Assembleia, já mostraram o que valem ou, como se afirma nas conclusões das Jornadas, «evidenciam o carácter prejudicial do acordo. PS e PSD confirmaram a sua intenção de limitar o direito à greve, sacrificar o Sector Público da economia e de enfraquecer as responsabilidades do Estado na concretização dos direitos sociais, económicos e culturais».

Enquanto avança de parceria com o PSD para - atropeladamente, sem debate sério e sacrificando direitos dos deputados - concluir esta nefasta revisão constitucional, o PS esquece-se mais uma vez do que prometeu antes a toda a gente - a Regionalização.

Fica, entretanto, o PS confrontado com o desafio que Carlos Carvalhas lhe lançou no Porto, fazendo-lhe notar que tem um caminho a seguir, se quiser cumprir o seu Programa nesta matéria - «primeiro, aprovar na especialidade a lei de criação das regiões nas próximas semanas, com base nos projectos aprovados há um ano (2 de Maio); segundo, romper com o vergonhoso acordo de revisão estabelecido com o PSD para, de facto, impedir a regionalização». É que, conforme recordou o dirigente comunista, «estão já aprovados os mapas propostos pelo PCP e pelo PS, e foi feita a consulta aos municípios. Basta, assim, que haja vontade política de avançar».

O prazo de trinta dias, proposto pelo Secretário-geral do PCP, é tempo bastante para que o PS demonstre se quer encher a gaveta com mais uma promessa ou se pretende cumprir o que é tão fácil de realizar.

Fica o PS desafiado a assumir, perante o País, as suas responsabilidades. Entretanto, e ao contrário do que é costume com outras forças políticas, os portugueses sabem que o PCP, por seu lado, assume sempre as suas. Com coerência e frontalidade. Avançando propostas e soluções para os problemas nacionais e lutando por elas firmemente, procurando sempre que correspondam aos interesses dos trabalhadores e do povo, que convenham ao País e ao seu desenvolvimento.



A CGTP-IN promove uma campanha contra a destruição do sector empresarial do Estado

RESUMO

4
Quarta-feira

Os **skinheads** acusados da morte de Alcino Monteiro são condenados a penas entre dois e 18 anos de prisão ■ Lionel Jospin, o novo primeiro-ministro francês, constitui governo, incluindo no executivo membros do PCF, Os Verdes e outras forças de esquerda ■ Tropas do Gana partem para a Serra Leoa, para se juntarem às forças da ECOMOG, no dia em que a OUA condena «vivamente» o golpe de Estado do passado dia 25 de Maio.

5
Quinta-feira

Dezenas de embarcações de pesca fundeiam na barra do Tejo e bloqueiam o Porto de Lisboa, protestando contra a portaria governamental que impõe um recolher obrigatório dos barcos das 18 horas de sábado às 18 horas de domingo, todos os fins-de-semana ■ Carlos Carvalhas visita Almada ■ A CGTP promove uma jornada de protesto contra a destruição do sector empresarial do Estado ■ Na AR, a proposta do Governo para um novo Código Penal é rejeitada ■ Em Lisboa, adeptos do Benfica atacam a equipa de hóquei do FC Porto ■ Na Argélia, o RND, o partido do presidente Liamine Zeroual, vence as eleições legislativas ■ Forças do exército do Congo atacam a residência do ex-presidente Denis Sassou Nguesso, em Brazzaville, provocando a resistência da sua milícia privada.

6
Sexta-feira

Iniciam-se, no Porto, as Jornadas Parlamentares do PCP ■ O ministro da Agricultura chega a um acordo com os armadores ao restringir a proibição de pesca, por um período de 24 horas, à zona até 12 milhas ■ Os ferroviários entram em greve, reivindicando a revisão das carreiras, a redução dos horários de trabalho e a garantia dos postos de trabalho após a divisão da CP ■ A polícia indonésia anuncia que prendeu 130 timorenses, na sequência dos recentes ataques da guerrilha ■ O Fianna Fail, de centro-direita, vence as eleições legislativas na Irlanda.

7
Sábado

Inicia-se o VI Congresso Regional dos Açores do PCP ■ No dia em que o PR visita as gravuras de Foz Côa com o rei Juan Carlos de Espanha e o director-geral da Unesco, Federico Mayor, este anuncia que o Vale do Côa será

património mundial no fim de 1998 ■ Um grupo de deputados federais brasileiros chega a Lisboa para contactar as autoridades portuguesas sobre a questão dos dentistas do seu país radicados em Portugal ■ O secretário-geral da ONU manifesta-se preocupado com o ressurgimento de violência em Timor-Leste ■ O enviado europeu no Próximo Oriente anuncia que o primeiro-ministro israelita propôs a Yasser Arafat uma «espécie de congelamento da colonização judaica nos territórios palestinos» visando o reinício do processo de paz.

8
Domingo

No Encontro Nacional de Dirigentes Associativos, os estudantes do Ensino Superior decidem continuar a luta contra as propinas ■ Jorge Sampaio inicia a «Semana da Interioridade» ■ Violentos confrontos armados prosseguem em Brazzaville entre forças governamentais e a milícia do antigo presidente Nguesso ■ Representantes palestinos e israelitas reúnem-se, no Cairo, para prepararem a nova fase do processo de paz ■ A ONU apela a Israel que pague danos de 300 mil contos pelos danos materiais causados pelo bombardeamento de Abril de 1996 a um campo das Nações Unidas no sul do Líbano.

9
Segunda-feira

Moradores da Urbanização do Alto da Faia, em Telheiras, bloqueiam as obras do Eixo Norte-Sul, como forma de protesto pelo desvio daquela via, em cerca de 8 metros, do traçado previsto ■ A França, na abertura da Ecofin, pede período de reflexão para o pacto de estabilidade ■ Tem início, no Zimbabwe, a 10ª reunião da Convenção Internacional sobre Espécies Ameaçadas ■ Começa em Madrid o julgamento do coronel Juan Alberto Perote, antigo chefe do CESID, acusado de desvio de documentos secretos.

10
Terça-feira

Nas comemorações do 10 de Junho, em Faro, o dirigente comunista Carlos Brito é homenageado com a Ordem do Infante ■ Com cerca de um milhão de visitantes, a Feira do Livro encerra em Lisboa e Porto ■ Portugal recusa ajuda do Programa Internacional para a Abolição do Trabalho Infantil, com a alegação de que pode «resolver sozinho o problema» ■ Ministros da Justiça de 40 países reúnem-se em Praga para discutir novas medidas de combate ao crime organizado.

Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soares Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90.
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rosa — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial de Maia
Sector IX
Rua B L4. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL
(Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 8 100\$00;
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 28 600\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 46 100\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Quatro notas soltas

A quatro dias da Cimeira de Amsterdão, onde se prevê que os Chefes de Estado e de Governo da União Europeia firmarão uma primeira vinculação dos seus países à revisão do Tratado de Maastricht, a Assembleia da República debate hoje, com a presença do Primeiro-Ministro, a posição portuguesa sobre essa grave e relevante questão.

A propósito - e a pretexto - deste acontecimento, que certamente marcará os noticiários de hoje, gostaríamos de deixar apenas quatro notas soltas.

A primeira destina-se a avisar que provavelmente os noticiários vão apresentar este debate como resultando de uma iniciativa do PP, o que poderá provocar em muitos cidadãos a ideia erradíssima de que, sem a preséntima lembrança do PP, o Governo iria para Amsterdão sem debater o assunto na Assembleia. A verdade é que este debate teria sempre de ocorrer e só vai ocorrer incrustado num agendamento do PP porque o Governo, com o esfarrapada desculpa de dificuldades de datas, assim o entendeu num manifesto favor ao PP que paga passados e futuros favores do PP.

A segunda nota, por falar em PP, destina-se a lembrar que, em 2 de Março de 1995, a Assembleia da República votou o projecto de Resolução nº 140/VI condensando as orientações que aquele órgão de soberania entendia deverem ser seguidas por Portugal na Conferência Intergovernamental com vista à revisão do Tratado de Maastricht. Com inteiro respeito pela verdade, pode-se afirmar que o que mais negativamente caracterizava esse projecto de resolução era a recusa de qualquer rectificação do caminho federalista consagrado em Maastricht e da marcha para a 3ª fase da União Económica e Monetária. Pois bem: este projecto de resolução foi aprovado, com o voto contra do PCP e com os votos a favor do PSD, do PS e... do PP!

A terceira nota é para pedir ajuda aos leitores no sentido de evitar que caiamos precipitadamente num severo juízo sobre a qualidade da nossa democracia na base de uma notória falta de debate sobre questões que terão consequências imensas sobre a vida do nosso país. Trata-se de apelar, a quem por-

ventura o souber, para que nos diga quantos e quais debates televisivos, de composição pluralista, se realizaram nos dois últimos anos sobre a revisão de Maastricht ou sobre a moeda única.

A quarta nota tem em vista registar a forma como em Portugal foi tratada a notícia de que a Suécia tinha anunciado a sua intenção de não integrar o «pelotão da frente» da moeda única. A notícia foi dada nas rádios eram para aí quatro da tarde e, pela sua importância, devia ter dado origem a uma vasta e excitada mobilização de variados comentários e tomadas de posição. Mas nem pensar: os telejornais passaram pelo assunto como cão por vinha vindimada e o «Público», que é, na nossa terra, a catedral mediática da ortodoxia maastrichiana, arrumou o tema com treze linhas na última página. E é assim, e também com doses subitamente reforçadas de conversa cínica sobre a Europa social, que os fanáticos da moeda única julgam poderem impedir o alastramento do «eurocepticismo»

■ Vítor Dias

Duas medidas

No dia 10 de Junho de 1995, um bando ideologicamente embriagado por ideias racistas e fascistas quis comemorar o «Dia da Raça» arranjando, num insulto a Camões e à Pátria, uma caça ao negro nas ruas de Lisboa que culminou no bárbaro e cobarde espancamento até à morte de Alcino Monteiro, aos 27 anos.

As severas condenações que o Tribunal impôs aos assassinos na semana passada foram recebidas como apoio generalizado pela reprovção que tais actos levantaram no País. Mas o Dr. Pacheco Pereira, numa demonstração do seu específico «humanismo», no Domingo passado, no conforto do seu programa «Flash Back», apareceu a discordar da sentença: no fim de contas, disse ele, tratou-se apenas de um excesso de gente nova, é certo que reprovável, concedia, mas não merecedora de tão graves penas...

A condenação à morte de Alcino Monteiro (esse sim, sem culpa alguma) é encarada, ao que parece, com indulgência por esse tal humanismo. Excessiva, para ele, foi a punição dos executores.

Não estaremos perante uma desculpabilização do «racismo de brandos costumes» durante meio século fomentado pelo chamado Estado Novo?

Mas curioso é que, nesse mesmo programa, P. Pereira retomou com ardor a companhia que vem desenvolvendo nas múltiplas capelas da comunicação social que lhe dão púlpito contra o que chama a «perda de autoridade do Estado».

Manifestações? Bloqueios? Pressões «de rua» sobre as autoridades? «Há que pôr cobro a esses desafios ao Estado democrático» - brada P. Pereira. E nem é preciso esperar pelo novo Código Penal do Governo PS: as leis actuais, assegura PP, chegam para isso.

Fica, pois, claro que os defensores do «menos Estado» (para os direitos sociais, entenda-se) são também ardentes defensores de «mais Estado» (para a repressão social). Mais: os que a pretexto de «aproximar os eleitos dos eleitores» defendem o desmantelamento da proporcionalidade na conversão dos votos em mandatos, para com menos votos assegurarem a «estabilidade governativa», pretendem também, como se vê, reduzir as liberdades democráticas para as manietarem num jogo parlamentar saneado. Fora dele, sentenciam, já a democracia não suporta protestos.

Não eram semelhantes os conceitos da chamada «democracia orgânica» de Salazar? A «defesa da autoridade» sempre foi bom pretexto para os fascismos, e os racismos uma das suas muletas.

Poderá dizer-se (e é certo) que racismo e fascismo não encontram terreno propício na esmagadora maioria dos portugueses.

Mas o insidioso avanço de tais concepções sempre se faz à socapa - até à sua brutal imposição como doutrina oficial. E não é certamente ocasional que esse avanço se verifique principalmente nas situações de crise, infiltrando-se entre as brechas das regressões económicas e sociais, das desilusões criadas pelas demagogias políticas, pelas incertezas quanto ao futuro, pelas campanhas de descrédito contra a democracia.

O crescimento dos neofascismos e dos racismos em França, na Alemanha, Áustria, Bélgica (em coincidência com as desastrosas consequências sociais da política de Maastricht) não deixam de merecer atenção.

Sem alarmismos. Mas é bom estar atento.

■ Aurélio Santos

EUROPA
A encruzilhada

A vitória eleitoral da esquerda em França, derrotando o golpista Chirac, mostra antes de mais que afinal, ao contrário do que nos querem fazer crer, a «engrenagem» não é «inevitável, incontornável e sem alternativa». Não o foi para o povo francês que, para já, fez sair o tiro pela culatra à direita, afirmando soberanamente a sua vontade de mudança.

A derrota da direita em França é consequência das devastadoras consequências sociais que as políticas do grande capital, sob o figurino de Maastricht, impuseram aos trabalhadores e ao povo francês; do descrédito dos políticos que, para imporem essas políticas, mentiram repetidamente ao seu povo; do movimento massivo de protesto laboral e popular que tenazmente se lhes opôs; da capacidade que as forças de esquerda tiveram para coincidir, ao menos em largos traços, numa política alternativa que respondesse aos principais anseios e necessidades dos trabalhadores e das populações. Uma grande expectativa está criada, e o trabalho mais difícil está ainda pela frente. Como preveniu Robert Hue, «uma nova política de esquerda tem de traduzir-se rapidamente em actos senão a decepção será terrível». Com todas as ambiguidades que percorrem o PS francês, a memória das suas práticas perversas não longínquas, e as pressões a que já está a ser sujeito o novo governo - é essencial que a acção governamental se desenvolva «em ligação com o movimento social e cívico», como justamente assinala o comunicado do Comité Nacional do PCF ao anunciar a decisão de participar no governo Jospin.

Sem dúvida, a vitória da esquerda em França veio acentuar ainda mais a euro-incerteza reinante, em vésperas da Conferência Inter-Governamental (CIG) para a revisão do Tratado de Maastricht, a realizar em Amsterdão, já em 16/17 de Junho. As nefastas consequências das políticas e planos de Maastricht verificam-se por toda a Europa, suscitando resistências e lutas populares. Os «critérios de convergência» eram e são tão avessos às realidades e necessidades dos povos, que por todo o lado criaram ou agravaram problemas de difícil solução ao próprio grande capital no poder. Pois se nem a toda poderosa Alemanha os consegue cumprir, ela que queria impô-los a todos os outros! E por isso Kohl decide agora agravar ainda mais os (contraproducentes...) «planos de austeridade» para o seu povo, quer vender à pressa as «jóias de família» (Deutsche Telekom, Lufthansa, Postbank...) e ao desbarato toda a «prata da casa» (incluindo a rede de estações de serviço das auto-estradas, os correios, os caminhos-de-ferro, o enorme património dos *Länder*, etc.), e mesmo, cúmulo dos cúmulo, pretende impor ao sacrossanto *Bundesbank* uma «reavaliação» das reservas de ouro, para assim tapar o enorme buraco orçamental e artificialmente cumprir os famosos «critérios». Vale tudo, agora, ao que parece... A situação é tão incerta e instável, que a Suécia, à cautela, já se pôs meio de fora do jogo da moeda única. E o Congresso do Partido Socialista Europeu, há dias realizado em Malmøe, confundiu em vez de clarificar as perspectivas da CIG, ao revelar uma vez mais as ambiguidades e contradições da social-democracia. Pois não foi lá Tony Blair propor aos seus pares a receita *thatcheriana* de «maior flexibilidade do mercado laboral» como «remédio» para o magno problema que a todos aflige na Europa, o desemprego? É preciso descaramento e cegueira.

A Europa está numa encruzilhada. E não será na CIG de Amsterdão que ela tomará o rumo certo - o rumo do progresso social, da cooperação entre nações soberanas e iguais em direitos. De pleno emprego e emprego com direitos. De democracia - política, económica, social, cultural. De paz e segurança. A Europa dos Povos são os povos que a têm de conquistar e construir, pelo desenvolvimento e convergência das suas lutas e pelo entendimento entre todas as forças progressistas. Essa é que é a alternativa civilizacional incontornável para o século XXI.

■ Carlos Aboim Inglês



Foto: Jorge Caria

Pescadores Muita luta, pouco peixe

SEMANA



Morreu Sebastião Rodrigues

Morreu Sebastião Rodrigues, um dos maiores criadores gráficos deste século em Portugal, cuja obra nas décadas de 50 e 60 impôs ao grafismo no nosso país uma dimensão visual própria, autónoma da pintura e do desenho. Como afirma João Pinharanda no *Público*, poder-se-á «talvez afirmar que Rodrigues é o responsável pelo estabelecimento dos parâmetros e da tipologia de formas (...) nos anos 50 e 60». O seu trabalho na elaboração de capas de livros primou pela originalidade e fez escola, produzindo obras para editoras tão significativas como a Verbo, a Sá da Costa, a Arcádia ou a Ulisseia, ou ainda para a Fundação Gulbenkian, já nos anos 60, para a qual passaria a trabalhar como funcionário. A sua vasta e originalíssima obra gráfica compreende trabalhos tão importantes como a realização das capas de uma das mais importantes revistas que agitaram o panorama intelectual português durante a ditadura fascista, o «Almanaque», de efêmera existência entre 1960 e 1961. «Desenho com a maior parcimónia os mais diversos símbolos, para os dispor da melhor maneira que sei em variadíssimos espaços; além da parcimónia, também utilizo a alegria, [...] o jogo, [...] o improviso e até o imprevisto», afirmou ele em 1986. Sebastião Rodrigues nasceu em 1929 e faleceu após prolongada doença.



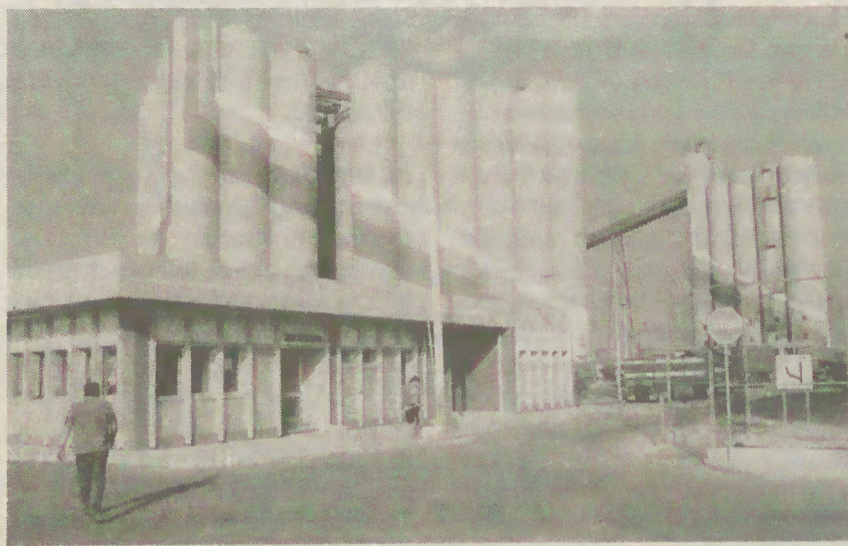
«Desemprego» e «riqueza» definirão fundos da CEE

O quadro financeiro que entrará em vigor depois de 1999 continuará a beneficiar as regiões mais desfavorecidas da União Europeia (UE) com dois terços do montante global atribuído aos fundos estruturais, mas com um possível pormenor: o cálculo da distribuição desses fundos reservados às zonas comunitárias mais pobres poderá assentar em dois critérios, o do «desemprego» em cada região a ser favorecida e a «riqueza nacional» do país a que cada região pertença. A importância relativa de cada um destes indicadores ainda está por definir mas, à partida, Portugal será prejudicado pelo critério «desemprego» e benefi-

ciado pelo de «riqueza nacional». Monika Wulf-Mathies, comissária europeia responsável pela política regional, afirma-se entretanto disposta a aplicar escrupulosamente o critério de elegibilidade para o «objectivo um» (o que define as regiões mais pobres), recusando-se a admitir excepções, como se fez no passado. Neste contexto, a região de Lisboa e Vale do Tejo poderá ser excluída (em 1994 havia sido integrada no «objectivo um» por critérios políticos), o mesmo acontecendo às Canárias e Cantábria, em Espanha, a Molise e a Sardenha, em Itália, à Córsega, à República da Irlanda e a várias outras regiões.

Pagar dívidas da EPAC para depois a privatizar

O Governo de António Guterres decidiu prestar um forte auxílio financeiro à EPAC tendo em vista «viabilizar» a sua privatização no próximo ano. Ainda este ano, a Secretaria de Estado das Finanças deverá sanear a dívida da Silopor à EPAC, que ascende a 30 milhões de contos, segundo afirmou ao *Público* o presidente do conselho de administração desta empresa, Moura Vicente, criando-se ao mesmo tempo condições para a



privatização da Silopor. Até que consuma a privatização, a sobrevivência da EPAC será garantida por um empréstimo de 30 milhões de contos avalizado

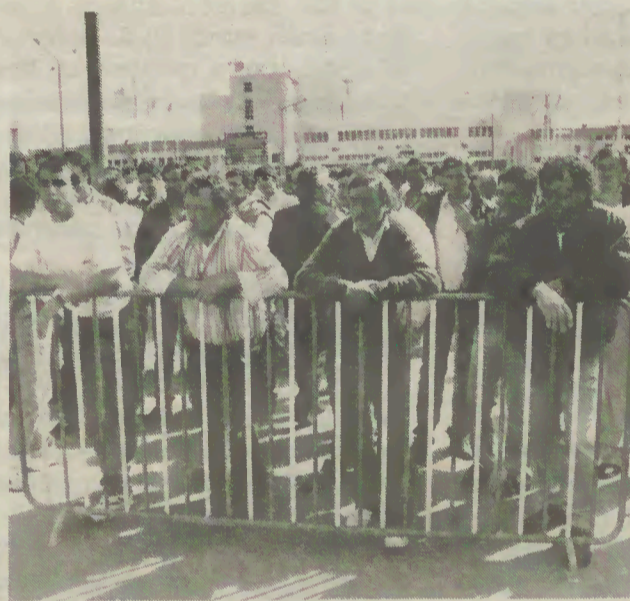
pelo Estado e outro de 20 milhões de contos a médio prazo, com juros favoráveis. Segundo o mesmo Moura Vicente, já «há empresas nacionais e estran-

geiras interessadas na privatização da EPAC», referindo-se como um dos potenciais interessados a Nutrinveste, empresa do grupo Mello. A factura-

ção da EPAC este ano deverá situar-se entre os 42 e os 45 milhões de contos, valor ligeiramente superior ao volume de negócios do ano passado.

Superado conflito entre armadores e Governo

O conflito que opôs os armadores da pesca a uma portaria do secretário de Estado das Pescas obrigando os pescadores portugueses a uma paragem de 24 horas por semana - o que levou ao bloqueio do Porto de Lisboa por dezenas de embarcações mobilizadas pelos armadores - foi aparentemente sanado num encontro de seis horas entre os representantes dos armadores e o próprio Ministro da tutela, Gomes da Silva. Ficou acordado entre o Ministério e os armadores um dia de paragem, entre as 18 horas de sábado e as 18 horas de domingo, mas apenas até às 12 milhas marítimas, podendo os pescadores operar todos os dias entre as 12 e as 200 milhas, o que a anterior Portaria pretendia proibir no referido dia de paragem.



O « tiro pela culatra » do preço fixo nos livros

O preço fixo dos livros, durante anos uma reivindicação de editores e livreiros, parece estar a desencadear efeitos perversos. Sete meses após a entrada em vigor da nova lei, marcadamente proteccionista, que impôs o preço fixo na presunção de travar a concorrência «desleal» dos hipermercados em relação às livrarias tradicio-

nais, parece desenharse um efeito contrário ao pretendido, ou seja, são os supermercados que mais estão a lucrar com a regra do desconto máximo de 10% sobre o preço de capa estabelecido. José Sucena, administrador da Editorial Caminho, explicou ao *Diário de Notícias* que «antes da lei, o hipermercado podia

repercutir o desconto obtido no preço ao consumidor, mas agora não». Ou seja, como a lei do preço fixo não permite reduções superiores a 10% face ao preço indicado no livro, «os hipermercados estão a praticar descontos menores ao consumidor, ao mesmo tempo que continuam a exigir os mesmos descontos às distribuidoras».

Por outro lado, e de acordo com vários editores contactados pelo *DN*, a maioria das livrarias não está a praticar o desconto máximo permitido por lei, nem mesmo as grandes cadeias livreiras, apesar de já começarem a beneficiar de descontos da mesma ordem de valores dos que são oferecidos pelas editoras às grandes superfícies.



FRASES

«As elites sabem que um voto é igual a zero. E as massas também: «Votar nunca mudou nada», refere o colunista do *Financial Times*.»

(Fernando Ilharco, *Público Economia*, 9.6.97)

«Nas assembleias gerais das empresas globais, o fenómeno vai mais além. As equipas de gestão que conduzem os destinos dos novos impérios não controlam directa ou indirectamente mais do que escassos pontos percentuais. A abstenção dos restantes accionistas, que sabem não saber o que fazer e não poder fazer nada, legitima o poder dos detentores do *know-how*.»

(idem *ibidem*)

«O fim da democracia parlamentar virá. Daqui a seis meses, seis anos ou seis décadas. E quando vier será pelas «boas razões». As boas razões é que podem ser outras.»

(idem *ibidem*)

«O Governo não olha para nós como devia. Fez demasiadas promessas, que não cumpriu.»

(Ludgero Marques, presidente da AIPortuense, *Diário de Notícias*, Secção «Negócios», 9.6.97)

«Considerar-me-ia insultado se dissessem que poderia ser o presidente de uma Câmara, porque isso significaria que não estou a prestar um bom serviço.»

(idem *ibidem*)

«Se não recebermos do Governo mais apoios, decerto vamos recebê-los da Galiza. Iniciámos já contactos para, se for necessário, desviarmos feiras para a Galiza. Ou Lisboa olha para nós de uma forma diferente ou vamos associar-nos a quem o faz e donde mais poderemos ganhar.»

(idem *ibidem*)

«A regionalização seria extraordinariamente prejudicial para o Norte. Seria o seu enfraquecimento, com a criação de vários nortes.»

(idem *ibidem*)

«O Norte é um sentir próprio. Está bem definido geográfica e magneticamente.»

(idem *ibidem*)

«Valho bem três milhões de dólares»

(Futebolista Zahovic ao *Expresso*, 7.6.97)

«A única Santa Aliança que se tem verificado é entre o Governo e o PP. O facto é que o Governo é um Governo minoritário e deverá comportar-se democraticamente nesta situação.»

(Teresa Patrício Gouveia, porta-voz da CP Nacional do PSD, *Semanário*, 7.6.97)

«[o Primeiro-Ministro] adoptou o terrorismo como comportamento político e passa a vida com ameaça de bombas»

(idem *ibidem*)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Jornadas Parlamentares do PCP

Revisão assim, não!

Não é possível concluir o processo de revisão constitucional até 31 de Julho num contexto de trabalho sério que reúna o mínimo de condições para debate das propostas, concluíram os deputados comunistas nas suas Jornadas Parlamentares, realizadas no final da semana transacta, no Porto. Os parlamentares do PCP, que reiteraram a sua oposição ao conteúdo do acordo PS/PSD sobre a revisão constitucional e à forma como ele foi consumado, com marginalização da Assembleia da República, vão mesmo mais longe e entendem que "qualquer tentativa de impor a aprovação até 31 de Julho só pode ser feita com votações a mata-cavalos, sem debate ponderado e com sacrifício dos direitos de intervenção dos deputados".

Esta uma das principais conclusões saídas das Jornadas Parlamentares do PCP no ponto da sua ordem de trabalhos dedicado à agenda do calendário parlamentar até

Proibir despedimentos ilícitos

A proibição de despedimentos colectivos ilícitos, atribuindo ao Ministério da Qualificação Profissional e Emprego competências para actuar neste plano, constitui uma das medidas preconizadas em projecto de lei da autoria dos deputados comunistas entregue esta semana no Parlamento. Anunciada publicamente nas suas Jornadas Parlamentares, esta iniciativa parlamentar do PCP vem assim alterar o regime do despedimento colectivo em termos que visam impedir que no futuro se repitam situações como a dos trabalhadores da Grundig, alvo de um processo que lhes roubou o posto de trabalho, sem fundamento, com gravíssimas consequências sociais. Um outro projecto de lei, este relativo às uniões de facto, foi igualmente entregue na Mesa da Assembleia da República. Trata-se de um diploma que, na sequência de dois outros também da iniciativa do PCP, tendo em atenção a situação das famílias em união de facto, visa aprofundar o respeito pela livre opção dos que optaram por "constituir família sem a sujeição às normas que regulam a família baseada no casamento", dando cumprimento aos preceitos constitucionais que protegem as famílias. No quadro das iniciativas parlamentares a desenvolver até final da sessão legislativa, foi ainda decidido que a interpelação ao Governo, já agendada para o dia 10 de Julho, será centrada na "política geral do Governo PS".

final da sessão legislativa. No centro do debate estiveram ainda a regionalização, bem como algumas iniciativas legislativas da autoria dos parlamentares comunistas, em relação às quais, pela sua importância, atribuem um carácter prioritário.

Na apresentação das conclusões das Jornadas, em conferência de imprensa, o líder parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, aludindo ao processo de revisão constitucional e à forma como ele tem decorrido na Comissão, voltou a enfatizar o "carácter prejudicial do acordo" celebrado entre o PS e o PSD, criticando o facto de estes partidos manterem a intenção de "limitar o direito à greve, sacrificar o sector público da economia e de enfraquecer as responsabilidades do Estado na concretização dos direitos sociais, económicos e culturais".

Octávio Teixeira não deixou de fazer notar, porém, que têm surgido na CERC "sinais das dificuldades para o PS e PSD resultantes da oposição ao acordo firmado", exemplificando, a este respeito, com o facto de a apreciação das alterações ao regime de extradição estarem suspensas.

Depois de lembrar que a revisão constitucional vai entrar no capítulo do poder político - "onde o acordo PS/PSD é particularmente negativo", frisou -, o presidente da formação comunista chamou a atenção para a natureza "surrealista" do calendário que o PS quer impor, pondo em relevo a circunstância de ainda estarem praticamente dois terços das alterações à Constituição por apreciar na CERC.

Analisado no decorrer das Jornadas foi igualmente o comportamento do Governo em relação à Assembleia,

"Qualquer tentativa de impor a aprovação até 31 de Julho só pode ser feita com votações a mata-cavalos, sem debate ponderado e com sacrifício dos direitos de intervenção dos deputados"

nomeadamente, o significado a reter da apresentação em Abril de um pacote de 32 propostas de lei e, mais recentemente, de um novo pacote de 21 propostas. Comentando este frenesim demagógico, revelador de uma "tentação governamentalizadora da Assembleia que lembra a dos Governos PSD", Octávio Teixeira interpretou-o ainda como uma tentativa do Governo para «mostrar serviço», escondendo simultaneamente que "não está a resolver os problemas fundamentais do País".

Alvo de apreciação por parte dos deputados comunistas foi ainda a questão das finanças locais, sobretudo à luz de algumas imprecisões fomentadas pela propaganda governamental quanto à posição do PCP nesta matéria. Clarificando a posição da



Octávio Teixeira na apresentação das conclusões das Jornadas

sua bancada, Octávio Teixeira assinalou que as votações na generalidade "destinam-se somente a viabilizar o necessário debate aprofundado na especialidade", pelo que, esclareceu, não existe "nenhum vínculo" relativamente às soluções concretas

avanzadas quer pelas outras forças políticas quer pelo Governo.

No concreto, porém, face ao que se conhece das propostas governamentais no plano das finanças locais e de transferência de competências, o líder parlamentar enten-

deu deixar desde já clara a firme e frontal oposição da sua bancada a tais soluções, as quais, precisou, "se fossem lei, seriam estranguladoras da capacidade financeira dos municípios e os esmaga-

Carvalhas desafia PS

Querem ou não a Regionalização?

A intensa, diversificada e qualificada intervenção do grupo parlamentar do PCP é uma realidade que é reconhecida por quantos acompanham mais de perto os trabalhos parlamentares e mesmo pelos nossos adversários.

Essa intervenção que sai dos parâmetros da política-espectáculo e que, por isso, nem sempre é do conhecimento do grande público, traduz aquele que é um dos traços mais significativos da intervenção do PCP, o de contribuir com propostas, medidas concretas, projectos de lei para a solução dos problemas reais com que o povo e o País estão confrontados. Esta é a grande marca da intervenção e do empenho do PCP na Assembleia da República, nas Autarquias, no Parlamento Europeu, nas Associações e Colectividades, e em todas as esferas da vida nacional onde exercemos influência. Intervimos com soluções e trabalhamos com afinco para rasgar audaciosamente a perspectiva de um novo rumo para o nosso país.

Portugal necessita, não de farsas entre dois partidos sobre pseudocrises, quando é sabido que estes se entendem, e muito bem, no que é essencial e estruturante. Portugal necessita, sim, de medidas concretas que dêem combate ao desemprego, ao trabalho precário, ao enfraquecimento e secundarização do nosso aparelho produtivo.

O País está farto desta telenovela e deste espectáculo lamentável que nenhuma saúde dá à democracia e às suas instituições que é o ver-se os principais dirigentes do PSD e do PS a acusarem-se mutuamente de óvrigens ofendidas, de «descompensados», de «traquinas e birrentos», de «mentirosos», tudo numa grande «elevação»...

Ao assistirem a este degradante espectáculo, o que dirão os milhares de reformados, com pensões de miséria, os desempregados que não encontram emprego, os agricultores, os pescadores, os pequenos e médios comerciantes e industriais?

A política-espectáculo, a política politiqueria, pode desviar as atenções das reais e graves questões do País, pode ocupar espaço e dar grandes títulos na comunicação social, mas não resolve um único dos grandes problemas que temos pela frente. Mas por isso também são cada vez mais os sectores profissionais que se vêem obrigados a publicamente manifestarem o seu protesto. E que faz o Governo? Procura soluções? Não. Procura antes a criminalização do direito à indignação. Magnífico governo socialista e ma-

gnífico Ministro da Justiça que ainda há não muitos meses erguia, na Assembleia da República, como Deputado da oposição, a sua voz de protesto contra a política de repressão do PSD em relação aos justos protestos dos agricultores, pescadores, trabalhadores da Marinha Grande, polícias, utentes da Ponte 25 de Abril...

Será que alguns membros deste governo se lhes poderá aplicar o aforismo popular: se queres ver o vilão mete-lhe o pau na mão.

A chamada «nova maioria» envelheceu depressa.

Está velha e cheia a mofo. Daí o desencanto, o desinteresse e o descontentamento em relação a este governo.

O País, precisa de uma nova política, de uma política de esquerda, de uma política que estimule as actividades produtivas e que corte com o fundamentalismo em relação à moeda única e aos critérios de Maastricht. O País precisa que a sua produção e os seus serviços sejam valorizados, defendidos e promovidos.

O PS que na oposição dizia que os portugueses estavam primeiro, coloca agora primeiro que tudo, antes de tudo e à frente de tudo, numa autêntica postura de «Xiitas» europeus da moeda única, o cumprimento dos critérios de convergência nominal de Maastricht e coloca como absoluta prioridade nacional a participação de Portugal na 3ª fase da UEM com manifestos sacrifícios para os trabalhadores e o emprego e com manifesta secundarização da aproximação de Portugal aos outros países da UE em termos de desenvolvimento real, salários, nível de vida e bem-estar social.

A elevação do nível de vida e do poder de compra nomeadamente, das camadas e classes mais desfavorecidas seria não só uma medida de justiça social como um factor de dinamização de toda a actividade económica. Há meios que permitem a elevação das reformas nomeadamente, das mais baixas, bem assim como dos vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública.

A política de travagem da expansão do Produto Nacional e do investimento privado têm como consequência o agravamento da situação económica e social de muitos sectores da economia e da sociedade.

E uma política monetarista e de «deixa andar» vai acentuar os desníveis de desenvolvimento entre as diversas regiões do País.

O primeiro Relatório da União Europeia sobre a Coesão Económica e Social mostra que os desequilíbrios se agravaram. Os dados revelam que são profundos os desequilíbrios na distribuição

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Jornadas Parlamentares do PCP

Revisão assim, não!

riam com encargos, tudo em prejuízo das populações".

Quanto à proposta de lei de alterações ao Código Penal -, outro dos temas abordados durante as Jornadas - foram igualmente esclarecidas na conferência de imprensa as razões que presidiram ao voto contra do Grupo comunista. A principal, foi dito, prende-se com a proposta de criação do crime de «corte de estrada», o que é entendido pelo PCP como uma medida destinada a "combater uma das formas de indignação que as políticas governamentais vêm suscitando", isto é, o Executivo mais não visa do que "con-

trariar e punir a luta social que as suas medidas provocam".

"Seria como, no caso da pesca, o Governo mandar prender os armadores por três anos, por bloquearem portos, em vez de se sentar à mesa a negociar com eles", exemplificou Octávio Teixeira.

À atenção dos parlamentares comunistas, noutro plano, não escapou também a Conferência Inter-Governamental (CIG) e o debate parlamentar de hoje sobre esta matéria. Reafirmada a este propósito foi a ideia de que a questão central que continua a estar na ordem do dia é a da

"construção de uma Europa onde o desenvolvimento e o emprego com direitos estejam no centro das decisões políticas".

Nesse sentido, para Octávio Teixeira, "não bastam operações de cosmética ou frases piedosas em torno da dimensão social da Europa". Mais, advertiu, a "solução da questão do desemprego e a construção de uma Europa com dimensão social exigem pôr em causa a própria arquitectura, a política monetarista de Maastricht e o caminho para a moeda única, o que é recusado pelo PS e por toda a direita portuguesa".

Damos ao PS 30 dias

A criação das regiões administrativas assume, no caso do Porto - que ocupa o último lugar do País em matéria de saneamento básico -, uma extraordinária importância não apenas enquanto instrumento corrector dos actuais desequilíbrios mas também como factor capaz de garantir o desenvolvimento regional. A esta conclusão chegaram os deputados comunistas após cumprirem um programa de contactos e reuniões com entidades da região no decorrer dos quais foi consensualmente reconhecida a necessidade de concretizar a regionalização administrativa.

Nos encontros com a Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN), Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Norte, União dos Sindicatos do Porto e Assembleia Metropolitana do Porto, os parlamentares do PCP puderam igualmente constatar ser comum a preocupação quanto aos atrasos do processo e quanto a uma eventual inviabilização da criação das regiões administrativas.

Foram estes atrasos, note-se, que levaram o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas (ver intervenção nesta edição) a lançar o repto ao PS

para que este responda até 4 de Julho se quer ou não avançar com o processo de regionalização.

"Se o PS quiser demonstrar que efectivamente não quer pôr a regionalização na gaveta - declarou o dirigente comunista -, então daqui o desafiamos a debater e a deixar aprovar, na Assembleia da República, como prioridade, o mapa das regiões administrativas, isto é, que regiões em concreto devem ser criadas e qual deverá ser a área de cada uma delas".

Traço igualmente significativo a reter das visitas efectuadas pelos deputados comunistas foi, por outro lado, a constatação por si efectuada sobre a "manutenção e agravamento da situação do desemprego", a par da "precariedade e degradação das relações laborais". A testemunhar esta realidade, como assinalou Octávio Teixeira na conferência de imprensa para apresentação das conclusões das Jornadas, está a elevada taxa oficial de desemprego no Grande Porto (11,4 por cento), bem como o clima de crescente descontentamento e protesto social, de que é exemplo o processo de luta pelas 40 horas de trabalho semanal sem diminuição de retribuição.

Carvalhas desafia PS

Querem ou não a Regionalização?

de fundos comunitários. E sabe-se também que os investimentos do PIDDAC acentuaram essas assimetrias.

A regionalização administrativa do Continente não será um milagre nem é a única forma de corrigir desequilíbrios. Mas pode ser um importante instrumento para os corrigir. Deveria substituir as cinco Comissões de Coordenação Regional e as dezenas de serviços regionais dos ministérios, com oitenta divisões diferentes do País que introduzem a confusão e dificuldades de coordenação. E poderia contribuir para uma gestão mais democrática e transparente dos dinheiros públicos e dos fundos comunitários, bem assim como para se distribuir melhor os investimentos públicos no território. Dessa forma, a regionalização tal como a concebemos será um importante instrumento para corrigir as desigualdades de desenvolvimento regional e não um factor de mais burocracia como dizem alguns centralistas, demagogicamente.

Se o PS quisesse cumprir o seu Programa em matéria de Regiões, tinha e tem um caminho a seguir: primeiro, aprovar na especialidade a lei de criação das regiões nas próximas semanas, com base nos projectos aprovados há um ano (2 de Maio); segundo, romper com o vergonhoso acordo de revisão estabelecido com o PSD que, de facto, impede a regionalização.

Se o PS quiser demonstrar que efectivamente não quer pôr a regionalização na gaveta, então daqui o desafiamos a debater e deixar aprovar na Assembleia da República, como prioridade, o mapa das regiões administrativas, isto é, que regiões em concreto são criadas e qual a área de cada uma delas.

Não há nada que impeça que isso seja feito. Pelo contrário. Estão já aprovados na generalidade os mapas propostos pelo PCP e pelo PS, e foi feita a consulta aos municípios. Basta assim que haja vontade política de avançar. Não é preciso muito tempo.

Desafiamos o PS a fazê-lo no prazo de 30 dias, até 4 de Julho! Se o não fizer, fica claro qual é a verdadeira vontade do PS.

Se o PS não rectificar o seu comportamento, ficará claro que não só não cumprirá a promessa de realização de eleições regionais em Dezembro, juntamente com as eleições autárquicas, como não cumprirá também os calendários que tem vindo a anunciar. Se o PS teimar em ir para a frente e a mata-cavalos com o indecoroso acordo de revisão constitucional, onde até a palavra povo e a exigência de um sector público são incómodas (!), é uma evidência que a regionalização se «há-de ver por um canudo» como dizia sarcásticamente Marques Mendes.

Há uma grande diferença entre as palavras e os actos. E os defensores da regionalização do PS aqui no Porto sabem-no bem. Têm andado no faz-de-contas.

Mas sabem que todo o comportamento do Governo vai no sentido de continuar a acenar a bandeira da Regionalização até às eleições autárquicas para depois a remeter para o «terceiro milénio»... Sobre o comportamento do Governo e sobre a submissão do PS ao PSD acerca da regionalização, os regionalistas de serviço do PS

aqui no Porto remetem-se a um cúmplice silêncio. Aos costumes dizem nada.

Será mais uma promessa a meter na gaveta, entre tantas outras... É o caso, por exemplo, do cumprimento da Lei de Finanças Locais. A actual lei foi aprovada por unanimidade e publicada em 2 de Janeiro de 1987. O PSD não a cumpriu, e o PS sempre protestou. Agora fez o mesmo. Meteu a Lei na mesma gaveta em que meteu o socialismo, a regionalização, as 40 horas e tantas outras promessas e compromissos.

A verdade, no entanto, é que a lei das finanças locais e o seu cumprimento deviam ser mais uma forma de corrigir desigualdades regionais e dar às populações, através do Poder Local Democrático, aquilo a que têm direito.

O Governo que talvez não fizesse mal em prestar atenção à posição dos Governos sueco, dinamarquês..., prefere esquecer promessas em homenagem à política monetarista, à política de concentração da riqueza e ao sacralizado euro, a única prioridade à qual tudo o resto se deve sacrificar.

Ou então prefere ligar, demagogicamente, a transferência de meios financeiros à imposição de encargos que seriam superiores aos valores transferidos: O que o PS quer não é transferir novas atribuições e competências. Quer, sim, transferir o descontentamento da porta dos ministérios para a porta das autarquias.

É o que se passa, por exemplo, com áreas como a do pessoal auxiliar das escolas, com as polícias municipais de segurança ou com o combate aos fogos florestais. O Governo não investiu o que devia. Agora seriam transferidos os encargos sem as verbas correspondentes!

Noutros casos, os municípios seriam transformados em meras entidades paga-

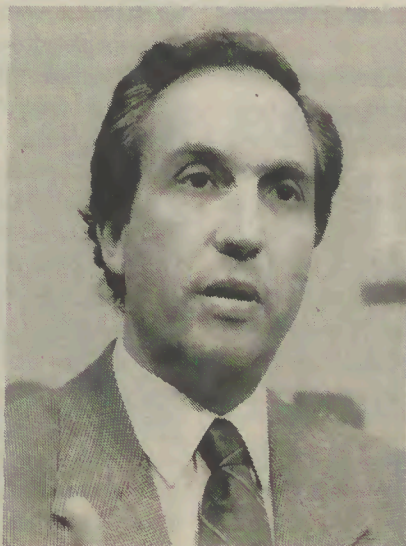
doras sem poderes verdadeiros.

Entretanto, a proposta de Lei de Finanças Locais apresentada pelo Governo aumenta as despesas de cobrança dos impostos que revertem para as autarquias em 3 milhões de contos e procura legitimar os cortes de verbas dos municípios que os governos do PS fizeram no seguimento do comportamento dos governos do PSD que denunciaram quando estiveram na oposição.

Naturalmente que não vamos avaliar o enfraquecimento financeiro do Poder Local e o seu esmagamento com encargos ou a legitimação do corte de verbas.

O autoritarismo e a arrogância não são virtudes democráticas. No entanto, o PS instalado nas cadeiras do poder, imita, cada vez melhor, estes negativos traços do cavaquismo. Vê cada vez mais o País pelas janelas do «Terreiro do Paço», a política como uma sucessão de factos e políticas e actos de propaganda e os cidadãos como agentes passivos a quem periodicamente se lhes pede o voto a troco de umas falsas promessas.

Pela nossa parte, na Assembleia da República e fora dela, continuaremos a empenhar os nossos esforços na defesa de um Portugal de progresso e justiça, numa Europa de emprego com direitos, de paz e de cooperação.



Oposição chumba Código Penal

O Grupo Parlamentar do PCP acusou, faz hoje oito dias, o Governo de promover "a mais profunda e fraudulenta demagogia" e acusou o ministro da Justiça de "tentar enganar os portugueses". Nestes termos reagiu o líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, à conferência de imprensa em que o ministro da Justiça antecipou as consequências do "chumbo" da proposta de lei do governo com alterações ao Código Penal. O diploma, apesar dos apelos da bancada do PS aos restantes partidos com vista à sua viabilização, foi rejeitado com o pleno dos votos contra da oposição.

"O ministro tentou enganar os portugueses, incutindo a ideia de que a rejeição da sua proposta de lei impediria, nomeadamente, a penalização dos crimes sexuais contra menores e o agravamento das penas contra os reincidentes", sublinhou.

Octávio Teixeira considerou que tudo isso "é falso", lembrando que "a pedofilia já é penalizada no actual código", antes de frisar que "nenhum problema de segurança dos cidadãos é posto em causa" com a rejeição da proposta de lei do governo.

Para o líder parlamentar comunista, a "questão central" da proposta de lei do governo é a "criação de um novo crime" para as acções que possam impedir a livre circulação em qualquer estrada, mesmo que não haja danos para ninguém, medida que o levou a afirmar que "nem o governo de Cavaco Silva ousou tanto aquando dos acontecimentos na Ponte 25 de Abril".

Depois de ter recordado que, no actual Código, os cortes de estrada já são punidos com prisão, quando provocarem perigo para a vida, Octávio Teixeira salientou que "o governo do PS não suporta qualquer manifestação social de desagrado face às suas políticas" e, por esse motivo, "quer impor a todos os grupos parlamentares as suas más opções".

Octávio Teixeira concluiu afirmando que a posição assumida pelo Governo, através do ministro da Justiça, é "uma fraude, uma tentativa de chantagem e uma inqualificável provocação".

Novas vilas e cidades

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, em votação final global, os projectos de lei de elevação de cinco vilas a cidades e de 29 povoações a vila. As cinco novas cidades aprovadas no plenário foram Foz Côa (distrito da Guarda), Sacavém (Lisboa), Fátima (Santarém) e Alcácer do Sal e Sines (Setúbal).

Em Lisboa passam a vila o Carregado, Bobadela, Olival Basto, Camarate, Sobralinho, Alhandra, Turcifal, Ribamar e Arranhó, enquanto em Viseu subiram de categoria Souselo, Nespereira, Canas de Santa Maria, S. João do Monte, S. João de Areias, Leomil, S. Martinho de Mouros, Cambres e Britiande.

As outras povoações contempladas foram Canedo, Oliveirinha, Torreira, S. João de Ovar e Aguada de Cima (Aveiro), Beringel (Beja), Soalheira (Castelo Branco), Ceira e Souselas (Coimbra), Turquel (Leiria) e Alhos Vedros (Setúbal).

Na mesma votação foram aprovadas a alteração dos limites entre Santo António dos Cavaleiros (concelho de Loures) e a integração do lugar de Taberna Seca na freguesia de Castelo Branco (concelho de Castelo Branco).

6º Congresso Regional do PCP/Açores

Um partido atento à realidade

Eram exactamente 16h30 do passado domingo, dia 8 de Junho, quando Paulo Valadão, deputado regional, abriu a sessão de encerramento do 6º Congresso Regional do PCP/Açores. A partir desse momento, os açorianos das nove ilhas puderam acompanhar esse importante acontecimento político-regional, transmitido em directo pela RTP/Açores.

Os quase noventa delegados, bem como algumas dezenas de convidados, enchem por completo o auditório dos CTT, em Ponta Delgada.

No espaço reservado a convidados especiais, viam-se, entre muitos outros, representantes do PS, do PSD e da UDP, representantes dos Gabinetes do Ministro da República e do Presidente do Governo Regional, representantes da CGTP-IN/Açores, do STAL, do SEP e de vários outros sindicatos, representantes da Associação Agrícola de S. Miguel e muitas personalidades ligadas à vida económica e social da região.

A sessão de encerramento abriu com a apresentação pública dos órgãos de Direcção - Conselho Regional, com 19 membros eleitos na sessão anterior, e DORAA com 12 membros -, tendo sido também anunciada a composição do Secretariado e a recondução de José Decq Mota como Coordenador do PCP/Açores, eleições estas feitas já pelos novos órgãos de direcção.

Dando prosseguimento à sessão de encerramento, usaram da palavra Carlos Carvalhas, Secretário-geral do PCP (ver extractos nesta página), Leonel Nunes, deputado regional e membro da DORAM, que dirigiu uma saudação ao Congresso; Shegundo Martinez, Coor-

denador-geral da Esquerda Unida Canária e Secretário-geral do Partido Comunista das Canárias, que, para além de saudar o Congresso, referiu-se largamente à problemática da insularidade distante; o deputado Edgar Silva, da CDU-Madeira, que saudou o Con-

gresso e abordou algumas questões sociais; e José Decq Mota, que, encerrando os trabalhos, caracterizou e anunciou as principais decisões do Congresso.

Congresso pequeno Congresso grande

Dos noventa e quatro delegados previstos no Regulamento

na fase preparatória, 86 estiveram efectivamente presentes. Desses 86 delegados, 44 passaram pela tribuna ao longo das sessões de trabalho.

Intervenções que, abordando quer as grandes questões regionais quer os problemas do quotidiano, marcaram este como sendo um Congresso onde a qualidade, o rigor, a ligação aos trabalhadores e às populações sobressairam de forma muito evidente.

Como disse José Decq Mota, «este é um Congresso pequeno porque a isso nos obriga todo o condicionamento insular e a

dos, 10 intelectuais e quadros e 19 diversos, incluindo estudantes. Destes delegados, 59 eram homens e 26 mulheres, o que significa uma muito positiva evolução da participação das mulheres na vida do PCP nos Açores. De destacar ainda é a composição etária dos delegados, 22 dos quais com menos de 30 anos e 13 com menos de 20 anos, números que permitem avaliar o reforço recente da adesão de jovens no Partido. A inserção do Partido na vida e na luta - evidente em todo o Congresso -, foi patente na ligação dos delegados ao concreto: 11 delegados eram dirigentes sindicais, 11 eleitos em autarquias, 10 dirigentes associativos e 1 deputado regional.

Mais justiça, melhor democracia

«Mais justiça, melhor democracia» é o título da Resolução Política aprovada pelo 6º Congresso, em que é profundamente analisada a grande modificação que a vida regional teve com o afastamento do PSD do poder e em que são aprovadas as mudanças de política nos planos económico, social, do emprego, do ambiente e cultural - urgentes para que tal modificação possa ser consolidada.

Para o 6º Congresso, o «caminho da cedência ao PP seria o caminho da desilusão, da crise, do retrocesso», impondo-se de facto medidas urgentes que vão de encontro à anulação das situações que geraram o profundo descontentamento político-social que esteve na base da derrota do PSD/A e consequente vitória, com maioria relativa, do PS/A.

A caracterização do Movimento Sindical, dos movimentos dos agricultores e lavradores e dos pescadores, do movimento juvenil e das lutas das mulheres, como movimentos sociais fundamentais e determinantes para a criação de uma correlação de forças sociais favoráveis a mudanças de políticas e comportamentos, é outra das características fundamentais deste importante documento.

Consolidar a modificação verificada, aprofundar a ligação do PCP às populações foram, entre outras, algumas das principais tarefas definidas pelos comunistas dos Açores que, para isso, consideram decisivo o reforço organizativo do Partido e o envolvimento dos militantes e apoiantes nas tarefas partidárias. Outra tarefa que o PCP/Açores definiu como essencial para o ano de 1997 é a preparação e realização das eleições autárquicas no final do ano, em que se propõe concorrer a todos os órgãos municipais.

Apoio «impecável»

Numa região como os Açores, a organização de um Congresso levanta difíceis problemas logísticos e de apoio: chegadas de avião nas mais diversas horas; dispersão dos alojamentos; muitos delegados que visitam pela primeira vez a ilha onde se realiza o Congresso, são problemas que obrigam a um aturado tratamento.

Pode-se, por isso, considerar que os serviços de apoio do 6º Congresso Regional foram, de facto, impecáveis, nomeadamente na organização das refeições para os delegados.

A título de curiosidade, é também de registar o excelente trabalho realizado por diversos simpatizantes que, apesar de não serem militantes do PCP, voluntariamente se ofereceram para colaborar.

gresso e abordou algumas questões sociais; e José Decq Mota, que, encerrando os trabalhos, caracterizou e anunciou as principais decisões do Congresso.

nossa própria dimensão real, mas foi também um Congresso grande porque demonstrou ser o PCP/Açores uma força política insubstituível, porque é a única que integra o ponto de vista e os interesses de quem trabalha nas suas análises e propostas».

Dos 86 delegados presentes, 23 eram operários industriais e assalariados agrícolas, 9 lavradores e pescadores, 25 emprega-

JCP avança com estrutura regional

A JCP tem nos Açores cinco núcleos activos nas ilhas de S. Miguel, Flores, Faial, Terceira e Pico mas não dispunha até agora de um órgão de coordenação e direcção regional.

Paralelamente ao 6º Congresso Regional do PCP/Açores, os 21 delegados membros da JCP/A realizaram uma reunião regional, na qual resolveram criar um Secretariado Regional provisório, composto por 5 camaradas e coordenado por Teresa Barbosa, da Direcção da JCP.

Lançar uma campanha de dinamização política e organizativa dos núcleos da ilha, assumir as posições da JCP/A face à política juvenil regional e preparar um Encontro Regional da JCP/A - a realizar no prazo máximo de um ano -, são as principais tarefas deste Secretariado Regional criado depois de um período de claro crescimento dos núcleos da JCP, reflectido, aliás, na elevada percentagem de delegados jovens no 6º Congresso do PCP/A.

Uma cooperação necessária

Facto importante ligado à realização do Congresso foi a presença da Esquerda Unida Canária e do Partido Comunista das Canárias, através de Shegundo Martinez, Coordenador-geral da EUC e Secretário-geral do PCC, que seguiu atentamente todos os trabalhos.

No final do Congresso, este dirigente comunista das Canárias, Leonel Nunes, da DORAM, o deputado Edgar Silva, da CDU/Madeira, Mário Lemos, da CDU/Açores, António Nunes, do Secretariado da DORAA, e José Decq Mota realizaram um jantar de trabalho destinado a avaliar as possibilidades de cooperação entre a

EUC e o PCC e as Organizações Regionais do PCP dos Açores e Madeira e as Comissões CDU de ambos os arquipélagos.

De acordo com declarações de José Decq Mota, «esta cooperação é essencial, porque a problemática da insularidade e as suas consequências para os trabalhadores e as populações têm uma natureza comum. Concluímos pela necessidade de se realizarem iniciativas concretas que envolvam quer as nossas organizações, quer a dimensão nacional dos nossos Partidos, quer ainda o GEU/EVN do PE e vamos trabalhar para passar à prática».

Carlos Carvalhas «Sugestões» ao Governo

Afirmando que «é preciso arrepiar caminho», Carvalhas defendeu para Portugal uma nova política económica, que «valorize a actividade produtiva», estimule o investimento e crie «empregos com direitos». Transcrevemos extractos da intervenção:

(...)

Há hoje na sociedade portuguesa um reconhecimento quase geral de que, nas questões mais essenciais, o Governo da República tem uma política que não se distingue da que foi praticada pelo cavaquismo.

Descontando o blá, blá, se se substituísse, por exemplo, o actual ministro das Finanças pelo deputado Francisco Torres, do PSD, ou mesmo o ministro Mateus pelo ex-ministro Mira Amaral, alguém daria conta de alguma diferença na política seguida? Eu creio que não.

Ferraz da Costa, da CIP, o chamado patrão dos patrões, disse há dias que Guterres é ainda mais liberal que Cavaco Silva. Ferraz da Costa sabe do que fala.

Dáif o desencanto e o descontentamento de quantos acreditaram na mudança e nas promessas do Secretário-geral do Partido Socialista.

Os protestos aí estão vindos dos mais diversos sectores profissionais: só nos últimos tempos tivemos o protesto dos armadores de pesca, das agências funerárias, guardas florestais, agricultores, ferroviários, professores e alunos, trabalhadores da têxtil, vestuário, calçado, trabalhadores da administração central e local, etc., etc.

É caso para dizer que é preciso ter-se arte para em tão pouco tempo congregar tantos e tão diversificados descontentamentos e protestos públicos.

Este Governo PS é sem dúvida um dos mais neoliberais e conservadores entre os diversos governos socialistas e social-democratas da União Europeia.

Incapaz de ter sequer uma leitura crítica do tratado de Maastricht ou de ter um mínimo de distanciamento em relação à União Económica e Monetária, o actual Primeiro-Ministro aparece hoje como o principal defensor e «ayatolla» europeu dos critérios de Maastricht!

Mas é sabido que uma política assente nos dogmas dos critérios de Maastricht é uma política que vai criar mais desemprego, mais precarização e mais liquidação de pequenas e médias empresas.

É, por isso, pura propaganda e mero exercício de farfarce e de hipocrisia andar a defender-se a introdução de um capítulo, com votos pios sobre o emprego, na revisão do tratado de Maastricht, quando se deixa intactos os critérios da União Económica e Monetária.

O Governo socialista faria bem em meditar nas recentes posições tomadas pelos governos Sueco, Dinamarquês, Francês, ou mesmo Inglês sobre a moeda única.

É preciso arrepiar caminho.

Portugal precisa de uma nova política económica que defenda e valorize a actividade produtiva, que estimule e dinamize o investimento e que crie empregos com direitos.

Por isso, aos socialistas portugueses o que lhes dizemos é que deixem de discutir o «sexo dos anjos» com o PSD.

Deixem-se de farsas e de pseudocrises, prefabricadas, e procurem dar resposta, com empenho e seriedade, aos graves problemas sociais, económicos e de desequilíbrio regional com que o País se defronta: a habitação, o desemprego, ao combate ao flagelo da droga, o desenvolvimento. É tempo de mudança!

Ao Governo da República deixamos, por isso, cinco breves e simples sugestões para que mudem de rumo. O convite aqui fica.

Cinco sugestões ao Governo PS

A primeira sugestão é para que o Governo ponha de lado a política neoliberal e monetarista, para que junte a sua voz àqueles que na União Europeia se distanciam dos critérios de Maastricht e defendem uma política de convergência económica e social, de expansão da economia europeia e de verdadeira cooperação.

A segunda, para que defenda como primeira prioridade a concretização do princípio de coesão económica e social, o pleno emprego como principal critério de Maastricht, a regra da unanimidade e a efectiva igualdade entre cada Estado, opondo-se a que se deem mais passos na criação de um «directório de grandes potências».

A terceira, que dinamize o consumo interno, por exemplo, pelo aumento das reformas e pensões mais baixas - o que pode fazer desde já - estimulando ao mesmo tempo o investimento e a valorização e a defesa da produção nacional, nomeadamente a produção agrícola e industrial e suprimindo os vultuosos benefícios fiscais às actividades financeiras e especulativas.

A quarta, para que de uma vez por todas acabe com as «artimanhas» das «pausas», faça aplicar a lei das 40 horas, desbloqueie a contratação colectiva e melhore a distribuição do Rendimento Nacional.

A quinta e última sugestão vai para que ponha fim ao processo de Revisão Constitucional a «mata-cavalos» e ao vergonhoso «Acordo» que fez com o PSD, suspendendo as privatizações das empresas básicas e estratégicas e fazendo avançar a regionalização.

O País não precisa nem está suspenso de nenhuma revisão constitucional.

LISBOA

Uma privatização impensável

Apesar de repetidas declarações do PS, quando na oposição, sobre a «importância intrínseca» das comunicações, designadamente para a «resolução das assimetrias existentes», o Governo PS vai agora mais longe que o próprio PSD, denuncia a Coordenadora Nacional do PCP para os Correios. Na proposta de lei de delimitação dos sectores, o PS admite inclusive privatizar o serviço público de correios, um dos poucos serviços cuja entrega até hoje era impensável. É «inadmissível», para o PCP, que um serviço que, «de uma forma universal deve garantir um direito fundamental dos cidadãos», seja alienado pelo Estado a privados, «cujo interesse se resumirá à exploração das regiões e serviços de clara rentabilidade». Uma tal medida teria ainda como consequência a redução do emprego, a criação de ritmos de trabalho insustentáveis nos CTT, o aumento dos custos dos serviços postais, a eliminação de postos de correio, o fim da distribuição diária e ao domicílio em zonas com menos habitantes. Por isso, o PCP vai intervir, nomeadamente «no quadro da elaboração e discussão de legislação específica sobre os Correios», no sentido de defender os postos de trabalho e direitos e garantir um serviço público de correios de qualidade.

LOURES

Urge construir um Hospital

A construção de um Hospital em Loures é uma «exigência do povo e das autarquias locais», diz a Comissão Concelhia de Loures do PCP, lembrando que o Hospital para Loures «é uma antiga e justa aspiração e objecto de inúmeras lutas da população do concelho». Em comunicado, os comunistas consideram, assim, ser urgente «uma decisão favorável por parte do Governo» e solidarizam-se com esta reivindicação, «determinante para a qualidade de vida do concelho»

MONTIJO

Carta aberta ao PS

«Tudo tem um limite e quando alguém ultrapassa esse limite não resta outra opção que não seja reagir», afirma a Comissão Concelhia do Montijo do PCP, em «Carta Aberta» à direcção do PS, referindo-se a um conjunto de aspectos que esta tem vindo a colocar sem ter em consideração «os mais elementares princípios da ética, do respeito, da verdade e da razão». Por se tratar de uma prática que perverte uma actividade nobre - a política - e desacredita quem de «forma apaixonada» trabalha pelo bem comum, a Concelhia do PCP deseja ver debatidos aspectos como a utilização dos cargos públicos (pelos eleitos pela deputada, pelo governador civil); a capacidade, a competência, as propostas e o trabalho realizado pelos eleitos; as manifestações de apoio aos trabalhadores e às aspirações das populações pelos órgãos de poder local e central; os grandes projectos para o futuro e o empenhamento das várias forças políticas. Nesse sentido, a Concelhia do Montijo do PCP convidou publicamente o PS/Montijo - e aguarda resposta - para um debate público a que a população possa assistir.

VIANA DO CASTELO

Alastra «cultura de empresa»

Numa pergunta escrita à Comissão Europeia, o eurodeputado comunista Honório Novo deu conta da redução, em seis anos, da frota da Empresa de Pesca de Viana, de 12 para 3 barcos e de 300 para 70 trabalhadores - 39 dos quais havendo já recebido carta de despedimento -, e chamou a atenção para o facto de a Administração da empresa se recusar a pagar indemnizações, com o argumento de que não possui dinheiro para tal. A comissária Emma Bonino, na sua resposta, confirmou a imobilização de nove barcos e a entrega a esta empresa de pesca de 1.176.033.000\$00 pela Comunidade Europeia e 631.174.000\$00 do Governo português - num total de cerca de dois milhões de contos -, referindo ainda que a Comissão, nos «prémios» à imobilização definitiva, não previa financiamento específico «a medidas de carácter social». Face a isto, a Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP conclui que a UE significa de facto «agruras para quem trabalha» e «bens para o capital» e que o comportamento da Empresa de Pesca de Viana demonstra a existência de uma «cultura de empresa» que permite aos patrões fazerem o que bem entendem. Por fim, afirmando que «seria interessante» conhecer os apoios que a EPV teve do Governo quando adquiriu os barcos que agora mandou abater, o PCP lembra que esta empresa vai ainda receber (ou já recebeu) dinheiro pela venda dos barcos para a sucata e que, segundo consta, dois dos barcos «abatidos» continuam a pescar com identificação diferente, apesar de já ter sido paga a indemnização pelo seu abate. A administração da Empresa de Pesca de Viana devia «ter vergonha» quando diz que não paga indemnizações aos trabalhadores porque não tem dinheiro, acusa a DORVIC.

Braga

Legislação de trabalho serve estratégia do patronato

O agravamento da situação social no distrito de Braga está-se a tornar cada vez mais um elemento de perturbação da própria realidade económica e do desenvolvimento da região, afirma a Direcção da Organização Regional de Braga do PCP, ao mesmo tempo que considera a evolução e dimensão do desemprego real (desemprego oculto, subemprego, generalização do emprego precário) como dos mais graves problemas.

Em nota à comunicação social, os comunistas sublinham como consequência desse agravamento a onda de protestos que se faz sentir no distrito, nela destacando a luta - com seis meses de duração - dos trabalhadores da I. Têxtil, pela redução do horário de trabalho sem prejuízo das pausas como direito adquirido, e a dos trabalhadores do Complexo Grundig, empresa onde se verificou um primeiro despedimento de 108 trabalhadores - após quase seis meses de luta - e, posteriormente, um outro de 400.

São factos, diz a DORB, que têm de ser analisados para além das suas graves consequências sociais. O processo de despedimento da Grundig, por exemplo, mostra como as transacções impõem os seus inte-

resses ao Governo PS, como a «liberdade» de entrada e saída de capitais, no quadro da integração europeia, significa facilidades e subsídios para o grande capital e permanente ameaça à estabilidade de emprego

patronato e não defende nem protege os trabalhadores.

Por seu lado, o PCP apoiou desde o início a luta dos trabalhadores da Grundig e levou o respectivo processo à Assembleia da República e ao Parla-

mentar, a Direcção do PCP em Braga constatou que existe «um reforço claro da dinâmica local» e que a CDU está presente e activa em centenas de freguesias, confirmando o objectivo traçado de apresentação de



A legislação de trabalho dos Governos do PS e PSD, nos últimos 20 anos, têm servido para criar a instabilidade no emprego e atacar direitos fundamentais dos trabalhadores

mento Europeu, contrariamente à actuação do Governo PS que não se opôs aos planos de despedimento desta empresa. No balanço que também fez ao processo de preparação de listas para as próximas eleições

para os trabalhadores e como a legislação de trabalho dos últimos 20 anos, dos governos de direita e do PS (lei de contratos a prazo, da flexibilidade e polivalência, dos despedimentos e outras), serve a estratégia do

candidaturas e um número superior de Assembleia de Freguesia, relativamente a 1993. Quanto às listas municipais, falta apenas definir o cabeça de lista a uma Câmara Municipal, no conjunto de 13 concelhos.

Guarda

Governo reage sob pressão

O Conselho Coordenador Regional da Guarda do PCP, procedendo à análise da situação política e social do distrito, constatou um agravamento da mesma, sem que o Governo PS tenha tomado quaisquer medidas no sentido de debelar os problemas existentes, designadamente os do sector têxtil, da agricultura e da desertificação.

Sobre estes problemas, o Governo e o PS só reagem quando «pressionados pela luta insistente e as propostas realistas do PCP». Foi assim com a Operação Integrada de Desenvolvimento e agora com os processos relativos à

TLC, Estevão Ubach, Fisel, Vodatrex e Gartêxtil, empresas sobre cuja situação o deputado do PCP Bernardino Soares dirigiu requerimentos ao Governo, no sentido de pedir esclarecimentos e de exigir o desbloqueamento dos respectivos processos. Foi, pois, no seguimento dessas iniciativas que o Governo «fez circular uma pretensa «fuga de informação»», através do «Diário Económico», dando conta de uma hipotética prioridade do Plano Mateus para estas empresas, desconhecida pelos próprios administradores.

O Conselho Coordenador da Guarda denunciou ainda a política de «fotocópia» do PS em relação ao que criticava no PSD, visível, por exemplo, na «inacreditável exclusão» da Serra da Estrela do Plano Natura 2000 - em clara cedência às pressões de interesses imobiliários e especulativos - ou no «agravamento insupportável» das prestações para a

segurança social dos agricultores que - com duas subidas já em 1997 -, se situam agora nos 18 contos mensais.

Por fim, O Conselho Coordenador Regional decidiu a realização de uma homenagem pública, no dia 24 de Agosto, em Pinhel, ao «comunista de convicções profundas» que foi Mário Canotilho.

Edite Estrela esquece parecer camarário

«Incompreensivelmente, Edite Estrela não fez chegar atempadamente à Assembleia da República o parecer camarário que aprovava a elevação a cidade das vilas de Queluz, Agualva-Cacém e Mem-Martins, bem como os respectivos processos de reorganização administrativa». Na denúncia que faz, a Comissão Concelhia de Sintra do PCP afirma que, devido a este atraso, a Assembleia da República não sujeitou a votação esta decisão, o que veio «ferir a justa aspiração

destas vilas de elevação à categoria de cidade». Sob proposta da CDU, foram marcadas duas reuniões para discussão e aprovação desta questão, tendo o PSD tomado iniciativa idêntica para discutir a elevação a vila de Belas e Colares. Ao «guardar» estas decisões e deixar passar o prazo, Edite Estrela adiou-as incompreensivelmente e desprestigiou o concelho de Sintra, diz a concelhia do PCP, considerando que a Presidente da Câmara de Sintra deve ser por isso responsabilizada.

CAMARADAS FALECIDOS

Alfredo Lopes Ventura - Faleceu recentemente, com 84 anos de idade, o camarada Alfredo Lopes Ventura (Jiribi), reformado da Parry & Son. Foi membro da Comissão de Freguesia de Alcântara.

Francisco Aleixo - No passado dia 31 de Maio, com 89 anos, faleceu em Ovar, de onde era natural, o camarada Francisco Aleixo, pertencente à organização local. Emigrado durante 50 anos nos Estados Unidos da América, desenvolveu aí intensa actividade política e social em defesa dos direitos dos trabalhadores, actividade que manteve após o seu regresso a Portugal. Era militante do Partido desde 1974.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Organizações assinalam Dia Mundial do Ambiente

Reflectindo as crescentes preocupações com a preservação do ambiente e a qualidade de vida das pessoas, algumas organizações do PCP, de que destacamos Almada e Bragança, assinalaram, no passado dia 5 de Junho, com iniciativas diversas, o Dia Mundial do Ambiente.

Inúmeras pessoas acorreram, na passada quinta-feira, ao Parque da Paz, em Almada, para assistir a uma comemoração carregada de simbolismo que a Comissão Concelhia de Almada do PCP aí promoveu a propósito da passagem do Dia Mundial do Ambiente. O Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, acompanhado de uma delegação do PCP e de membros do Partido Ecologista «Os Verdes» plantou uma árvore que ofereceu à Câmara Municipal, ali representada pela sua presidente, Maria Emília de Sousa.

A cerimónia não mereceu, contudo, cobertura por parte

da estação pública de televisão, o que motivou um protesto do Gabinete de Imprensa do PCP, dirigido à RTP, estranhando o desinteresse manifestado por esta cadeia de televisão, «até por se tratar de uma iniciativa não tradicional e associada a uma efeméride a que a RTP normalmente não deveria ficar indiferente».

Este desinteresse, aliado ao facto de não ter sido noticiada a visita do Secretário-geral do PCP ao litoral alentejano no sábado anterior, e, da mesma forma, ter sido ignorada a conferência de imprensa da Comissão Política do PCP, na segunda-feira seguinte, sobre a questão da «lei de finanças

locais/eleições antecipadas» e sobre o processo de privatizações, levou a que tenham «decorrido seis dias consecutivos sem noticiário no Telegiornal (20 horas) da RTP1 sobre a actividade do PCP na esfera não parlamentar». O que, na opinião do Gabinete de Imprensa do PCP, «manifestamente não se pode considerar nem natural nem aceitável».

Bragança

A Direcção da Organização Regional de Bragança lembrou neste dia a «posição clara e firme» que tem tomado sobre a problemática, sublinhando que a «ausência de planificação e ordenamento da região tem impedido nomeadamente a resolução atempada e eficaz de alguns graves problemas ambientais existentes.»

Apesar da deficiente recolha e tratamento de resíduos, que contribui para a criação de focos de poluição com repercussões negativas em cursos de água, degradação dos solos, etc., o Nordeste Transmontano mantém potencialidades na sua grande riqueza e diversidade paisagística e pode contribuir para a afirmação e desenvolvimento da região, afirma a DORBA.

Referindo como factores positivos as áreas protegidas «Parque Natural de Montesinho» e «Parque Natural do Douro Internacional», os comunistas vêem, contudo, com apreensão a ausência de participação das populações residentes na sua gestão. Assim como as verbas aplicadas segundo interesses de conjuntura e sem obedecerem a critérios objectivos e o teor dos Decretos Regulamentares dos Parques Naturais de Montesinho e do Douro Internacional

que, no essencial, mantêm o impedimento da participação das populações e forças vivas.

Entretanto, em declarações à Rádio Local, o presidente da Comissão Directiva do Parque Natural de Montesinho teceu alguns comentários relativos ao comunicado dos comunistas, que estes se apressaram a esclarecer. Designadamente em relação às propostas do PCP para Rio de Onor, a DORBA afirma que o presidente do PNM continua a «estabelecer lamentáveis confusões» já que o que o PCP propôs para o PIDDAC 97 foi 10.000 contos para a construção de um Parque de Merenda e 5.000 contos para o funcionamento e animação da Casa do

Povo. Propostas - diga-se - contra as quais o deputado do PS Mota Andrade votou, com a «esfarrapada» justificação de que já existiria «o Parque de Merendas».

Sublinhando a «incontestável» importância das áreas protegidas na preservação e valorização do património natural e cultural da região, e na promoção da qualidade de vida das populações, a DORBA do PCP considera que as populações destas áreas não podem ser marginalizadas do processo e alertadas para a necessidade da sua activa participação na elaboração dos respectivos Planos de Ordenamento.

«Novos Valores» e «Arraial»

A Festa está a chegar!



O Palco Liberdade foi ponto de encontro para muitos jovens que aí podiam dar largas à sua alegria.

Depois do êxito assinalável do espaço «Novos Valores» na Festa do «Avante!» do ano passado, estão já a decorrer as inscrições de novos grupos ou solos que pretendam trazer ao Palco Liberdade - que funcionará na zona de Setúbal - as mais diversas expressões artísticas.

No acto da inscrição, os candidatos devem enviar à Organização Central da Festa uma cassete áudio, CD ou disco para audição, com os temas que pretendem apresentar, cabendo à Organização Central decidir sobre a aceitação ou rejeição das propostas de actuação. O tempo de actuação não deve ultrapassar os 35 minutos, quer se trate de actuação a solo ou de agrupamento e, no caso de actuações musicais, a preferência irá para os temas em português. Previsto também no programa central está o funcionamento do Palco Arraial, com localização entre as organizações de Santarém e Alentejo.

Espaço vocacionado para a actuação de ranchos folclóricos e bandas de música de dança para bailes populares, este palco procurará este ano diversificar a programação e origem regional dos agrupamentos que nele irão actuar.

A Festa está a chegar. O Secretariado da Festa chama atenção para a necessidade de proceder com rapidez à inscrição dos artistas interessados em participar.



Acordo na Lisnave Um negócio escandaloso

O Sector Naval em Portugal chegou a representar mais de 4,5% do volume de emprego da indústria transformadora (28 mil trabalhadores) e cerca de 6% do PIB, afirma em comunicado a Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, acusando a política de direita de sucessivos governos e os «chamados processo de reestruturação» de a terem reduzido hoje a um volume de emprego de 7 mil postos de trabalho e a uma participação insignificante no PIB.

Como se isto não bastasse, prossegue a DORS, o Grupo Mello e os Governo, sem audição prévia aos trabalhadores, preparam-se para «transferir 20 milhões de contos do erário público para os cofres dos Mellos, despedir mais de um milhão de trabalhadores» e entregar-lhes «por meia dúzia de patacas» (5 milhões de contos) o Estaleiro da Mitrena (beneficiado com um investimento de 15 milhões de contos).

Entretanto, denunciam os comunistas, em paralelo vai ser criada uma empresa pública - a Gestnave - que «absorverá» cerca de 1.900 trabalhadores e as actuais dívidas da Lisnave, «ficando a futura Lisnave com a obrigatoriedade mínima de garantir trabalho a 750 trabalhadores por sub-contratação, sem dívidas, com um estaleiro recuperado e apenas 1.339 trabalhadores. Isto é, os prejuízos são assumidos pelo Estado, os lucros pelos privados».

Para sublinhar o «escândalo deste negócio», o PCP recorda o acordo de 1993, entre os Mellos e o Governo (na altura PSD), que concedeu 12 milhões de contos para subsídios de despedimentos e avaliou os terrenos do Estaleiro da Margueira em 43 milhões de contos, devendo este encerrar até final de 1996 (encerramento agora adiado até 2000). Tratou-se de um acordo com que visou retardar a aprovação do PDM de Almada que, posteriormente aprovado com a exclusão destes terrenos e dos do Estaleiro do Arsenal do Alfeite, permitiu ao Governo transformá-los em zona de especulação imobiliária.

Por fim, a DORS do PCP, solidarizando-se com os trabalhadores da Lisnave na «defesa dos seus direitos e da Lisnave como empresa única ao serviço da economia nacional», reafirma a sua convicção de que é possível lutar contra a entrega da economia nacional «a meia dúzia de famílias».

Barreiro quer discutir resíduos industriais

Notícias vindas a público sobre a ida de resíduos industriais para o Barreiro levaram o Executivo da Comissão Concelhia do PCP a questionar o Ministério do Ambiente sobre a veracidade das mesmas.

A confirmação da existência de um estudo sobre a possível instalação no Barreiro de um plataforma de tratamento de resíduos industriais destinado às cimenteiras, um local de pré-selecção, enquanto é analisada uma proposta da Quimiparque para a instalação de um aterro para os lixos fabris, mereceu dos comunistas uma tomada de posição pública.

«É estranho e reprovável», diz o PCP, que um Governo que se intitula de dialogante não tenha tido sobre o assunto uma palavra para as autar-

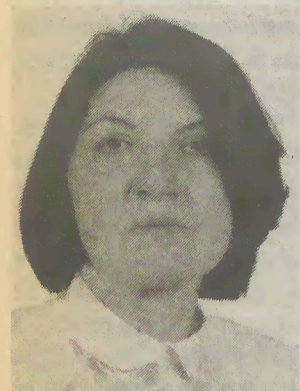
quias, sindicatos, comissões de trabalhadores, Associações ou população.

Se é lógico e exigível a construção de um aterro para os resíduos industriais - há décadas na actual Quimiparque -, o mesmo não se pode dizer em relação à plataforma de pré-selecção de resíduos industriais tóxicos destinados às cimenteiras, solução que prefigura o favorecimento de interesses de grandes grupos económicos em prejuízo do Barreiro e dos seus habitantes

Reclamando uma informação mais completa e transparente sobre o processo, a concelhia do Barreiro reafirma as suas posições de melhor aproveitamento e rentabilização do Parque Industrial do Barreiro (para o efeito infraestruturado) e defende para a Quimiparque a instalação de novas indústrias não poluentes.

Candidatos da CDU

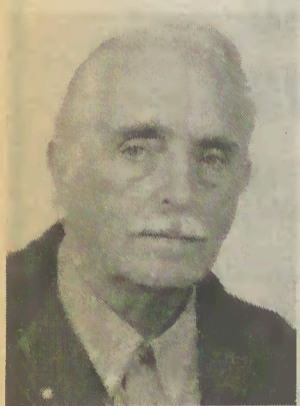
CELORICO DE BASTO



Maria de Fátima Cunha

Maria de Fátima Marques Cunha é a cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Celorico de Basto. A candidata é natural da Freguesia de Briteiro e é professora na Escola EB 2 e 3 de Celorico de Basto. Exerceu os cargos de delegada de disciplina, delegada à profissionalização em exercício, directora de turma. Durante dois anos, integrou o projecto Minerva. Encontra-se actualmente no 2º ano do Curso de Estudos Superiores Especializados em Educação Visual e Tecnológica.

ESPOSENDE



Júlio Anciães Monteiro

Reforçar a votação da CDU no concelho de Esposende é o objectivo das candidaturas de Júlio Anciães Monteiro, à Câmara, e de Manuel Fernando Carvoeiro, à Assembleia Municipal. Em nota à imprensa, a CDU chama a atenção para os graves problemas do concelho, acusando a gestão PSD de fazer «grandes asneiras» com a complacência do PP e do PS. É por isso que «várias pessoas que me têm abordado falam na necessidade de reforçar a votação da CDU. Muitos dizem mesmo que a Assembleia Municipal tinha prestígio quando a CDU nela estava representada», sublinha o candidato da Coligação.

Júlio Monteiro tem 72 anos, é licenciado em Farmácia, arquitecto e membro do PCP há mais de 40 anos. Manuel Carvoeiro, tem 33 anos, é professor primário e estuda Direito na Universidade de Coimbra, onde é dirigente associativo.

GOLEGÃ



Manuel Vicente Madeira

No passado sábado, a CDU promoveu uma sessão pública para apresentar a recandidatura de Manuel Ferraz Vicente Madeira à Câmara Municipal da Golegã, em que esteve presente José Casanova, membro da Comissão Política do PCP. Impedido de participar como estava previsto, o escritor José Saramago enviou uma mensagem em que lamenta duplamente a sua ausência: «por perder assim uma sempre grata ocasião de voltar aos lugares da minha infância e da minha adolescência e por não poder reforçar a minha própria confiança política e as minhas esperanças cívicas e militantes com a confiança e o entusiasmo dos candidatos. Para eles vão as minhas saudações, e também os votos de um êxito eleitoral que permita a continuação do admirável trabalho que tem vindo a ser realizado a favor da população do concelho».

Na sua declaração, Manuel Madeira deixou claro que o mandato a que se candidata «é para cumprir», desmentindo alguns boatos lançados por outros partidos no sentido de que desistiria após a eleição. O candidato e actual presidente da CM da Golegã garantiu que o trabalho da Câmara nas diferentes frentes terá continuidade, sublinhando: «foram até agora quase oito anos a contar tostões e a recuperar atrasos bastante significativos. Nunca nos preocupámos com a falta de visibilidade da maioria das obras que são da nossa responsabilidade, com a consciência de que são obras necessárias, não demagógicas, e com a certeza de que a população saberá reconhecer o seu valor».

SANTA MARIA DA FEIRA



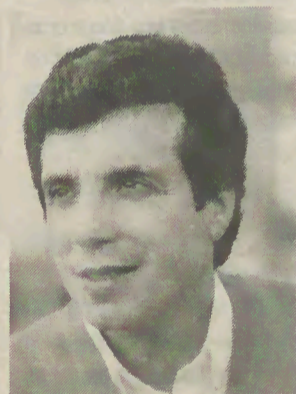
Manuela Silva

A CDU divulgou recentemente os seus cabeças de lista à

Câmara e Assembleia Municipal de Stª Mª da Feira. São, respectivamente, Maria Manuela Antunes Silva e Ricardo Jorge Dias Cardoso. Manuela Silva tem 49 anos, é licenciada em História, professora na Escola EB 2 e 3 Fernando Pessoa. É membro do Comité Central, da Direcção Regional de Aveiro e da Comissão Concelhia de Stª Mª da Feira do PCP. Faz ainda parte do Direcção e Conselho Nacional do Movimento Democrático das Mulheres, é coordenadora da Direcção Distrital de Aveiro-Norte do Sindicato dos Professores do Norte e é membro do Conselho Nacional da FENPROF. Foi cabeça de lista da CDU pelo círculo eleitoral de Aveiro nas últimas eleições legislativas e, entre 1976 e 1989, foi membro da Assembleia Municipal de Stª Mª da Feira.

Ricardo Cardoso tem 30 anos é licenciado em Ensino de Educação Visual e é professor na Escola EB 2 e 3 Fernando Pessoa. É membro da Direcção Regional de Aveiro e da Concelhia de Stª Mª da Feira do PCP. Dirigente do Sindicato de Professores do Norte, foi membro da Direcção Distrital da União de Sindicatos de Aveiro e dirigente da Associações de Estudantes, no Ensino Secundário. É eleito na actual Assembleia Municipal de Stª Mª da Feira.

TOMAR



António Rosa Dias

A candidatura como independente de António Rosa Dias à presidência da Câmara Muni-

Jornada de propaganda em clima de confiança

A CDU no distrito de Lisboa realizou em pouco mais de uma semana «mais de 500 acções e iniciativas em que contactou mais de um milhão de habitantes da região», revela o gabinete de imprensa da Coligação, adiantando que a «o ambiente e receptividade verificados confirmam as fortes possibilidades de reforço das posições eleitorais».

Durante a semana, inserida na Jornada Nacional de Propaganda da CDU, foram colocados mais de três mil pendões e cartazes e distribuídos cerca de 100 mil folhetos. Foram ainda promovidas várias festas e convívios de jovens, um passeio de barco no Tejo com idosos e reformados e diversas sessões de apresentação de candidatos. A presença da CDU foi igualmente marcada por um estúdio móvel que circulou pelos 15 concelhos do distrito.

Também na região de Setúbal, numerosos activistas e candidatos da CDU participaram em várias iniciativas inseridas na Jornada Nacional que decorreu entre 30 de Maio e 8 de Junho. Para além dos contactos de rua e outras acções, durante este período, a CDU manteve em funcionamento um pavilhão nas Festas Populares de Brejos de Azeitão que esteve sempre cheio e onde se destacou a presença de jovens.

No passado domingo, na noite de encerramento das Festas, a Coligação promoveu um jantar-convívio que juntou cerca de 60 pessoas, entre os quais os cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal de Setúbal, respectivamente Ruben de Carvalho e Anita Vilar.



cipal de Tomar foi divulgada, na passada semana, pela CDU, considerando-a «uma alternativa credível capaz de unir os cidadãos em torno de objectivos concretos que visem a resolução dos problemas do concelho».

Rosa Dias tem 54 anos, é professor, tendo exercido durante 10 anos (1983-93) o cargo de vereador eleito pela CDU na Câmara de Tomar. Na sua declaração, explicou que a candidatura assenta nas permissas do «diálogo, trabalho, honestidade, competência e do amor à terra», sublinhando que aceitou este «desafio» porque «acredito que a população do concelho corresponderá com o seu apoio».

A coordenadora local da CDU irá promover no próximo dia 27 do corrente mês uma sessão pública que contará com a presença dos presidentes das câmaras da Chamusca, Constância e Golegã, bem como do vereador da CM de Lisboa Rui Godinho.

Rectificação



Vivaldo Peres

Em edição anterior, o «Avante!» noticiou a apresentação do cabeça de lista da CDU à Câmara de Felgueiras, cujo nome, que infelizmente saiu *gralhado*, agora rectificamos aproveitando também para publicar a sua fotografia. Trata-se de Vivaldo Peres, licenciado em História e actual membro da Assembleia Municipal de Felgueiras.



Viana do Castelo – sair do atraso

Em sessão pública, em que participou Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, a CDU divulgou as listas completas da CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Viana do Castelo, encabeçadas respectivamente por Alberto Marques Midões e António Gonçalves da Silva. A ocasião foi ainda aproveitada para dar a conhecer os nomes dos cabeças de lista às freguesias do concelho e divulgar as propostas da Coligação.

Alberto Midões fez um discurso altamente crítico das gestões do PSD e, nos últimos quatro anos, do PS, o qual «é em muitos aspectos uma cópia exacta das práticas imediatamente anteriores», considerou.

O candidato da CDU fez uma análise exaustiva às obras e projectos da autarquia, muitos dos quais não passaram de intenções, e pôs o dedo na ferida ao lembrar que **15 por cento dos vianenses não têm água potável nos seus domicílios e que 60 por cento do concelho não possui saneamento básico**. Mas tão grave como isto, no entender da CDU, «é o carácter das opções tomadas que, em vez de hierarquizar prioridades, beneficiou a coloração política de algumas freguesias prejudicando, como de mero mercantilismo político se tratasse, muitas outras».

Em contrapartida, a Coligação propõe um gestão democrática, baseada na «concepção representativa das estruturas políticas, económicas, sociais, culturais e dos cidadãos». Considerando que o desenvolvimento deve ter carácter integrado, a CDU pretende que Viana e Alto Minho saiam da cauda da Europa, já que se encontra entre as três regiões mais atrasadas da Comunidade Europeia.

É nesse sentido que Alberto Midões apresentou uma longa lista de medidas concretas a aplicar por uma gestão CDU, sublinhando: «devolveremos Viana do Castelo a todos os vianenses e, em estreita ligação com todas as autarquias, independentemente da sua composição político-partidária, assumiremos o desenvolvimento e o progresso da Região Altominhota».

Eleitoralismo em Portimão

O presidente da CM de Portimão organizou recentemente uma exposição sobre o concelho onde dava conta das obras realizadas, dos projectos e perspectivas para o futuro. O facto de estarmos em eleições autárquicas não terá sido «uma mera coincidência», como observa a CDU. Contudo, o que a Coligação não pode deixar em claro é o facto de o presidente se aproveitar da iniciativa para a sua promoção pessoal.

Acontece que, à entrada da exposição, pomposamente chamada «Portimão século XXI», em vez do brasão do Município, estava colocada a fotografia do presidente da Câmara. A CDU reagiu de imediato afirmando que «as obras realizadas e outros projectos apresentados foram discutidos e aprovados não pelo presidente individualmente mas pelo executivo camarário, constituído por mais seis vereadores, e pela Assembleia Municipal». Acresce que na exposição surgiam como se fossem obras do Edil, projectos que resultaram de propostas da CDU, caso do arranjo urbanístico da zona ribeirinha ou a instalação do museu na antiga fábrica Feu. «Mesmo o novo Hospital do Barlavento foi proposto na Assembleia da República há muitos anos pelo então deputado comunista Carlos Brito».

Condenando «o eleitoralismo desbragado» do presidente, o eleito da CDU propôs em reunião de Câmara a retirada da fotografia da exposição, o que foi aprovado pela maioria dos vereadores que assim pôs cobro a um acto de abuso de poder.

Minorias étnicas nas listas CDU

A Coordenadora da CDU da Amadora divulgou na passada semana os nomes dos nove candidatos das comunidades africanas que integram as listas aos diferentes órgãos autárquicos do concelho.

A Coligação refere que na Amadora residem cerca de 25 mil cidadãos de origem estrangeira que se debatem contra «um edifício legislativo hostil e sem espaço para afirmação plena de culturas, línguas, religiões e identidades diversas». Neste sentido, considera que as políticas municipais devem reflectir de um modo «mais vivo e interveniente esta realidade interétnica, contribuindo para a sua harmoniosa integração e para a erradicação de factores de exclusão socioeconómica».

Por outro lado, a CDU critica os obstáculos burocráticos impostos ao recenseamento de estrangeiros, nomeadamente a obrigatoriedade de uma certidão atestando a sua residência em Portugal há mais de dois anos, e o número insuficiente de postos de atendimento que provocaram enormes filas de espera. Os dados globais apontam para cerca de 2.200 novos inscritos no concelho oriundos dos PALOP's.

TRABALHADORES

Precariedade

Cerca de 30 jovens concentraram-se segunda-feira frente à delegação do Ministério do Emprego no Porto, em protesto contra a precariedade de emprego. Miguel Moreira, dirigente da Interjovem, disse à Lusa que o Ministério «anda a brincar com os desempregados, já que, por um lado, propagandeia as chamadas políticas activas de emprego mas, por outro, nada faz no terreno». Salientando que «o que falta é actuar», o dirigente criticou a forma como a Inspeção-Geral do Trabalho tem respondido às denúncias feitas pelos sindicatos, quer pela forma tardia como o faz quer pelo facto de, «quando visita as empresas, dizer sempre que está tudo bem quando todos sabem que a realidade não é assim». «O que vemos é empresas a contratar jovens a recibo verde para receberem benefícios fiscais relacionados com o primeiro emprego e depois despedirem-nos quando as vantagens terminam, indo buscar outros, num entra-e-sai que não beneficia nenhum jovem», frisou Miguel Moreira.

Hotelaria

O 7º Congresso da Federação de Sindicatos de Hotelaria e Turismo aprovou sexta-feira, em Tróia, os estatutos da Feshot/CGTP e um caderno reivindicativo a entregar nos ministérios do Emprego e da Economia e na Secretaria de Estado do Turismo. Em declarações à Agência Lusa, Joaquim Pires referiu que os trabalhadores da hotelaria «estão a ser discriminados, uma vez que se trata de um sector que já contribui com 6 por cento para o PIB, mas onde os salários não crescem na mesma proporcionalidade». Por isso, acrescentou aquele dirigente sindical, «uma das principais conclusões do congresso aponta a necessidade de uma reposição do poder de compra e de uma aproximação dos salários na hotelaria e turismo a níveis europeus».

Pesca de Viana

A União dos Sindicatos de Viana do Castelo solicitou a intervenção da Inspeção de Trabalho para investigar o comportamento discriminatório da Empresa de Pesca de Viana no pagamento de salários aos trabalhadores. Em comunicado, a USVC refere que a EPV procedeu dia 5 ao pagamento do salário do mês de Maio a alguns trabalhadores e não o fez aos 39 que foram ilegalmente despedidos no passado mês de Fevereiro, mas que foram posteriormente reintegrados por ordem do Tribunal de Trabalho.

Ferroviários pararam dia 6

Um «êxito retumbante e indelével» - é esta a avaliação da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses à greve de dia 6 de Junho na CP. «Foi suprimida a maioria dos comboios de passageiros em toda a rede do País e suprimida a totalidade de comboios de mercadorias», afirma-se em comunicado da FSTFP/CGTP, que refere que a própria empresa reconheceu o sucesso da greve.

Um resultado tanto mais significativo quanto, afirma a federação, «o CG da CP tudo fez para pôr os comboios a circular», mesmo que violando as normas de segurança da empresa e a lei da greve, ao recorrer à «substituição de trabalhadores em greve».

A greve, convocada pela FSTFP, o Sinafe/UGT, o SINFB, o Sifa e a Fentcop, teve por objectivo reclamar do conselho de gerência da CP respostas concretas para as reivindicações dos trabalhadores. Para a FSTFP, «com a sua adesão massiva à greve, os trabalhadores do sector ferroviário quiseram dizer ao Governo e às administrações das empresas que não bastam as declarações de boa vontade do ministro João Cravinho, sobretudo quando elas são desmentidas pelos acontecimentos, poucos dias depois

de proferidas». Os ferroviários, afirma a federação, «exigem garantias reais e não conversa fiada» e querem «que as promessas de estabilidade nas empresas não sejam postas em causa com a facilidade que se verificou no caso do sector rodoviário».

Motoristas

Promovida pela ITF - Federação Sindical Mundial de Transportes, que contou com a adesão de todos os Sindicatos Europeus, realizou-se dia 9 de Junho, em todas as fronteiras dos países europeus, uma jornada de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores de transportes rodoviários de mercadorias e de passageiros.

Os sindicatos portugueses e espanhóis realizaram esta acção na Fronteira de Vilar Formoso.

Os objectivos desta jornada prendem-se com a reivindicação da alteração do Regulamento Comunitário 3820, exigindo os trabalhadores menos tempo de trabalho, mais tempo de repouso e melhores salários - refere uma nota da Fesfru/CGTP.



Guardas florestais expressam desagrado

Guardas florestais de todo o País deslocaram-se dia 5 a Lisboa para manifestarem ao primeiro-ministro o seu desagrado perante o atraso na aprovação e publicação de um diploma, negociado no final de 1996 com os sindicatos, sobre a revalorização e actualização funcional da carreira profissional. Na carta, dirigida a António Guterres, que deixaram em São Bento, os guardas florestais denunciam ainda a falta de garantia de que o diploma a aprovar traduza o resultado da negociação efectuada.

Corrida para a moeda única agrava situação social em Viseu

A União dos Sindicatos de Viseu denunciou sexta-feira a degradação da situação laboral de milhares de trabalhadores do distrito devido à «teimosia do Governo em integrar o pelotão da frente da adesão à moeda única». «Há sinais visíveis de degradação das condições de trabalho na maior parte das

empresas nos diversos sectores», afirma a USV/CGTP, adiantando que «há encerramentos de empresas já concretizados e prevêem-se novos despedimentos em estruturas empresariais importantes, como a Jacob Rohner, de Oliveira de Frades». Segundo a estrutura visense da CGTP, «na generalidade das

empresas do distrito não se cumpre a legislação laboral e os direitos dos trabalhadores são violados»; como exemplos são referidas as empresas Jacob Rohner e Brintons, de Oliveira de Frades, a Briosio, a Malhacila e a Markebell, de Mangualde, e a Ridão, de Viseu, todas do sector têxtil, e, do sector meta-

Braga mobiliza-se para a marcha pelas 40 horas

A União dos Sindicatos do Distrito de Braga promove no dia 21, sábado, uma «grande marcha pelas 40 horas, pelo emprego, pelos direitos» e apela a todos os trabalhadores, particularmente aos que há mais de 27 semanas lutam pelas 40 horas, aos desempregados, à sociedade civil, às autarquias, para apoiarem e participarem nesta iniciativa.

No último sábado, no distrito, mais de 20 mil trabalhadores estiveram em luta pelas 40 horas, refere uma nota da União. Realizaram-se plenários nas empresas Rioplele e ATMA, com a presença de Carvalho Silva, e nas empresas Somelos, Têxtil Manuel Gonçalves e Têxtil Vizela.

Os trabalhadores destas empresas manifestaram o seu interesse em participar na marcha, que parte às 10 horas, da Nespereira (cruzamento Vizela-Moreira de Cónegos) para Guimarães (Largo do Toural).

No dia 18, quarta-feira, a CGTP leva a cabo em Lisboa, junto ao Ministério do Emprego, uma «tribuna pelas 40 horas», chamando a atenção da opinião pública e do Governo para os muitos casos de empresas de vários sectores e regiões onde a lei de redução do horário de trabalho não está a ser aplicada. Na Praça de Londres vai ser erguido um «muro das violações das 40 horas».

Para 5 de Julho está agendada uma manifestação no Porto.

Reunião no Ministério

No final de uma reunião que os sindicatos tiveram dia 9 com Maria João Rodrigues, Manuel Freitas, coordenador da federação sindical dos Têxteis (Fesete/CGTP), informou que os trabalhadores de 150 empresas, consultados nos últimos dias sobre as propostas apresentadas pela ministra a 27 de Maio, só estão dispostos a aceitá-las com ajustamentos.

«A questão de acabar com o trabalho ao sábado para quem trabalha por turnos já é ponto assente, mas os sindicatos querem garantias escritas do patronato sobre as condições de trabalho dos novos trabalhadores que vierem a ser admitidos para cobrir os sábados, domingos e feriados», disse o sindicalista, citado pela Agência Lusa.

Por outro lado, os trabalhadores estariam dispostos a aceitar que o intervalo para refeição fosse reduzido dos actuais 30 minutos para apenas 20, como quer o patronato, mas pretendem ver esse período incluído no período normal de trabalho.

Nas empresas de trabalho intensivo, onde a produção é cronometrada ao minuto, os trabalhadores querem que os patrões voltem à prática anteriormente seguida de incluir uma pausa de dez minutos de manhã e outra à tarde no período normal de trabalho.

«Seja qual for a solução adoptada, os trabalhadores não aceitam um período normal de trabalho superior às 40 horas a partir de Dezembro», sublinhou Manuel Freitas.

O coordenador da FESETE afirmou que «enquanto não houver um acordo escrito e assinado pelo patronato, os trabalhadores vão continuar a greve e as formas de luta que duram há sete meses».

Jornada da construção na Suíça

Milhares de trabalhadores da construção civil e obras públicas confluíram para Berna, no dia 28 de Maio, respondendo ao apelo da Confederação Europeia dos Sindicatos, do SIB e da FCTCM. Esta concentração, que reuniu 10 mil trabalhadores, segundo a polícia, «revelou muita coragem e um evidente espírito de luta», nas palavras de Manuel Beja. Num depoimento para o «Avante!», este dirigente sindical, adiantando que entre os manifestantes estariam cerca de 2 mil portugueses, salienta que esta foi «uma manifestação de grande risco, por se tratar de um dia normal de trabalho, o que obrigou ao encerramento de algumas obras, apesar das pressões exercidas pelas empresas».

Na intervenção do presidente do SIB, Vasco Pedrina, foi denunciado o facto de que vários sindicalistas tinham sido ameaçados pelos patrões para que não fizessem greve no dia da Jornada Europeia pelo Emprego. «Nós temos pela frente a renovação da convenção colectiva, a mais difícil da nossa história, como resultado da péssima situação do nosso sector, mas não estamos dispostos a aceitar tudo o que nos querem impor» - afirmou este dirigente, sublinhando que «esta manifestação prova que uma jornada de trabalho também se pode transformar em jornada de acção e, talvez, em dias de greve».



Separar águas no conflito das Pescas

1. As movimentações, e as expressões de protesto e luta ocorridas no sector pesqueiro e particularmente as verificadas na semana passada com a concentração de embarcações no Porto de Lisboa, tiveram como face visível e motivação a reacção do meio ao conteúdo de uma série de Portarias que o Governo PS acabava de publicar, instrumentos apresentados com a justificação de promover a defesa dos recursos pesqueiros.

Neste protesto, apoiado por várias Associações de Armadores, acabaram por assumir papel de destaque duas Associações: a ADAPI, que representa sobretudo os interesses da grande pesca industrial, e a AMAP, com sede em Peniche, representante do sector polivalente da grande pesca artesanal.

Num sector de actividade como este, no qual os interesses de cada subsector da pesca se apresentam frequentemente em conflito, a aliança conjuntural que se verificou exprime sobretudo a reacção de todo o sector pesqueiro à profunda crise que o mesmo atravessa em resultado das políticas praticadas pelo Governo do PSD, no fundamental seguidas pelo actual Governo de maioria PS que, em obediência cega às decisões tomadas na União Europeia, conduziram à destruição da frota e à perda de oportunidades de pesca em pesqueiros fora da União Europeia.

Reflectem também a insegurança quanto ao futuro em que este vasto e importante sector da economia se encontra face às decisões tomadas no âmbito do POP IV (Programa Operacional das Pescas) no qual se consagram mais medidas visando a redução dos esforços de pesca, objectivo em que se inserem o conteúdo das polémicas Portarias agora publicadas pelo Governo.

Mas, se as Portarias em causa necessitam de facto de correcções a que adiante nos referiremos, é necessário ter em conta que a dramatização do actual conflito e o protagonismo que no mesmo foi dado sobretudo à ADAPI, reflecte uma outra realidade que os factos ocorridos posteriormente viriam a confirmar. Isto é, a tentativa dos sectores mais reaccionários do patronato da pesca instrumentalizaram o descontentamento do sector em seu benefício político para, «montando-se» no mesmo, defenderem sobretudo os seus particulares interesses junto do Governo.

O resultado das negociações realizadas entre o Ministro da Agricultura e Pescas e as Associações de Armadores atrás referidas, para além do contorcionismo político e da desautorização que revelaram em relação a declarações e propósitos de outros membros do Governo, consagra duas monstruosidades: o Governo escolheu como interlocutores os representantes do grande armamento, cedendo às pretensões dos que operam para além das 12 milhas deixando de fora, em consonância com os propósitos da ADAPI, o vasto sector da pesca artesanal que opera no mar territorial, cuja importância económica no seu disperso conjunto é, entretanto, em termos de país e sector, bem mais importante. Consagra politicamente a ADAPI como grande interlocutor dando-lhe um relevo e importância próxima de uma espécie de CAP para as pescas, objectivo desde há muito perseguido por esta Associação. Que se cuidem, e rapidamente, as restantes Associações na urgente e necessária separação das águas em defesa dos seus legítimos interesses.

Em todo este cenário não estará certamente ausente a conhecida influência política do PP junto da ADAPI e o papel de ben-

gala que o Partido de Manuel Monteiro tem representado, na aliança espúria que mantém com o PS.

2. As Portarias contêm imprecisões e erros graves que este Governo, que se tinha proposto de diálogo, deveria ter reconhecido. A defesa dos recursos é uma questão sobre a qual tem de ser prestada a maior atenção e não pode ser posta em causa. As medidas que o Governo preconiza em nome dessa defesa não têm fundamentação científica consistente. Não haverá certamente nenhum cientista que as subscreva seriamente.

O número de palangreiros portugueses afectados, bem como o número de embarcações espanholas a operar nas mesmas condições, referidas pelo Secretário de Estado revelam, para além de outros elementos quantitativos, um grande e grave desconhecimento sob a realidade do sector, por parte deste membro do Governo.

Antes da publicação das Portarias, o Governo tinha a obrigação de prever as consequências que as medidas nelas contidas poderiam ter a jusante e a montante da actividade pesqueira. O problema da sua articulação com a venda do pescado em Lota, os períodos estipulados para o chamado defeso no marisco e na pesca do polvo, a situação de desigualdade em que colocava a frota portuguesa da espanhola são, entre outros, alguns exemplos disso mesmo. Mas, tão grave quanto isso, é agora a desigualdade de tratamento que consagram em relação aos palangreiros que operam na zona das 12 milhas medidas que, a irem por diante, inviabilizam, sem que daí advenha qualquer vantagem para a preservação dos recursos, um importante segmento da pesca artesanal como, entre outros, o dedicado à pesca do peixe-espada.

3. Neste complexo quadro, não se podem pôr em causa o legítimo direito dos pescadores ao seu descanso semanal, direito inalienável numa classe que tarda em ver reconhecidos direitos mínimos hoje consagrados à maioria dos trabalhadores. Direitos que hoje não têm uma consagração em Lei pelas cedências que este Governo acabou por fazer aos armadores em sede de discussão da Legislação de Trabalho a Bordo de Embarcações de Pesca. Porque sendo certo que os pescadores estão objectivamente interessados na manutenção da frota pesqueira, como garantia de posto de trabalho, tal interesse não é contraditório com a defesa das suas reivindicações e direitos, entre os quais avulta o seu direito ao descanso. Mesmo que para tal se tenha que adaptar o seu usufruto às características em que os vários segmentos da frota operam. Isto é, o direito a um dia de descanso poder ser transformado em dois dias, em períodos quinzenais. Também aqui há que separar as águas.

4. Por último, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um Projecto de Resolução na Assembleia da República, visando a suspensão das Portarias pelo período de um mês, para que as mesmas possam sofrer as adaptações e correcções necessárias. Trata-se de uma importante iniciativa que, reconhecendo a necessidade de algumas das medidas nelas contidas, procura garantir que as alterações se processem rapidamente com a participação de todos, e não só de alguns dos sectores interessados.

■ Carlos Luís Figueira

Alentejo Jornada pelo desenvolvimento

“Do Alentejo ao País e aos Órgãos de soberania” – é o documento resultante da Jornada pelo Desenvolvimento do Alentejo, promovida pelo MARD/Movimento Alentejo pela Regionalização e o Desenvolvimento do Alentejo ao longo dos meses de Abril e Maio, e que envolveu 21 debates concelhios sobre desenvolvimento local e regional.

Uma Jornada que culminou, dia 27 de Maio, com concentrações e desfiles em Beja, Évora, Portalegre e Litoral Alentejano, em que participaram milhares de pessoas, com uma reivindicação central - o desenvolvimento, o emprego e a criação da Região Alentejo.

Para o próximo dia 19 de Junho está agendada uma reunião entre o Primeiro-Ministro e o Conselho da Região do Alentejo. Reunião que o MARD pretende “não seja apenas um gesto formal” e que dela “possam resultar medidas concretas e excepcionais para o desenvolvimento do Alentejo”.

Do Alentejo ao País

O Alentejo representa “cerca de um terço do território nacional”, começa por referir o documento aprovado na jornada, que afirma ainda que “o Alentejo tem potencialidades, história, forte identidade cultural e vontade para vencer a grave crise estrutural (económica, social e de desemprego) que as anacrónicas estruturas produtivas, sobretudo as agrícolas, e as opções escolhidas nos últimos anos têm provocado”.

Os resultados concretos destas opções estão à vista. E o documento do MARD refere alguns exemplos:



Alentejo quer sair da crise

* A grave crise estrutural, económica, social e de desemprego, que atinge praticamente todos os sectores, com excepções na fileira da vinha e do vinho, actividade turística e indústria extractiva e transformadora de rochas ornamentais.

* O processo de desertificação humana e duplo envelhecimento, desemprego estrutural, trabalho precário e sazonal.

* Agravamento da situação de exclusão social e de pobreza - a taxa de pobreza é da ordem dos 30%; 50% dos desempregados não recebem qualquer subsídio; a grande maioria das pensões de velhice e invalidez são inferiores a 30 contos mensais.

Propostas estratégicas

É neste quadro que o MARD avança com cinco propostas estratégicas para o desenvolvimento e criação de emprego.

A primeira proposta é - mais investimento - pelo menos 10% do total do Quadro Comunitário de Apoio (QCA), conforme inicialmente previsto (e que até agora se ficou pelos 4%); reforço do Programa Operacional da Região do Alentejo em 25 milhões de contos; um crescimento significativo da parte do Orçamento de Estado para os anos de 1998, 1999 e 2000, através do PIDDAC, pois “não é uma atitude coerente”

afirmar que se quer desenvolver a região e destinar “aos três distritos do Alentejo, no Orçamento de Estado para 1997, apenas 4,85% do PIDDAC regionalizado e 2,44% do total nacional”; um adequado pacote específico de incentivos ao investimento empresarial.

O ajustamento do quadro comunitário de apoio é a segunda proposta estratégica. Ajustamento que se deverá processar, segundo o Relatório de Avaliação Intercalar do programa Operacional da Região Alentejo, “quer nos seus objectivos, quer nos comportamentos de gestão (que possibilitem, designadamente, maior participação das autarquias locais na tomada de decisões)”.

As reformas estruturais e os grandes empreendimentos e projectos surgem como uma terceira vertente, que o documento apresentado pelo MARD desdobra em várias propostas concretas.

* A concretização de um Projecto Agrícola Regional - pela reconversão de grandes áreas ao regadio; medidas concretas com vista à correcção da estrutura actual de posse e de uso da terra; nova política de gestão e planeamento de recursos hídricos, que integre as componentes ambiental e económica e a questão quantidade/qualidade da água; aplicação da nova Lei de Bases da Política Florestal; concretização de um sistema específico de apoio às 45 mil explorações agrícolas de pequenos e médios agricultores, às cooperativas e de incentivo a jovens agricultores; baixar os custos dos factores de produção; uma reforma da PAC/Política Agrícola Comum.

* Construção de um sector industrial diversificado, “assente, sempre que possível, no conceito de fileira de produção de base regional”, e envolvendo, em particular - a indústria agroalimentar; extractiva

e transformadora; fabrico de produtos metálicos e máquinas, equipamentos e matérias de produção; plataforma industrial de Sines; aproveitamento de energias renováveis; turismo.

* Grandes empreendimentos e infra-estruturas, de Sines ao Alqueva, da distribuição de gás à concretização do Plano Rodoviário Nacional, passando pelo apoio à agro-pecuária e pela compatibilização do Plano de Ordenamento do Litoral com os Planos Directores Municipais.

* Articular e vocacionar o ensino na Região - pela formação de jovens, a investigação aplicada, a criação de instituições viradas para a investigação do regadio e o apoio ao sector florestal e a articulação entre universidades e institutos politécnicos.

O Plano estratégico de desenvolvimento para o Alentejo e um Programa integrado de desenvolvimento para a zona de influência do Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo, que “tenham a participação efectiva na elaboração e mereçam o apoio das principais entidades regionais” - é a quarta proposta estratégica.

Por último, o MARD sublinha o facto de “a maioria absoluta das Assembleias Municipais do Alentejo se terem pronunciado favoravelmente pela criação de uma única Região Alentejo” e defende “a criação e a institucionalização rápida das regiões administrativas no País”.

INTERNACIONAL

Alemães duvidam do euro

Repressão na campanha eleitoral marroquina

O Partido da Vanguarda Democrática Socialista (PVDS) apelou ao boicote das eleições locais marroquinas que se realizarão amanhã, reagindo contra aquilo que classificam como uma «campanha eleitoral marcada por operações de terror e repressão visando o PVDS e os seus militantes». Quase 70 militantes do partido foram presos em dez regiões diferentes, na tentativa de impedir a difusão das suas ideias e propostas, numa clara violação dos direitos humanos e da liberdade de opinião e expressão. Abdellah Mounassir, membro do PVDS e secretário do Sindicato dos Pescadores, foi raptado a 27 de Maio e assassinado. O seu cadáver foi encontrado no dia 1 de Junho numa doca do porto de Agadir, com pés e mãos amarrados e ostentando marcas de tortura.

Confrontos no Congo-Brazzaville

Brazzaville continua a ser palco de violentos confrontos entre as forças governamentais e a milícia privada do antigo presidente Denis Sassou Nguesso, os «Cobras», até ao momento do fecho da nossa edição. A capital congoleza encontra-se dividida entre as duas partes desde sexta-feira. As forças de Nguesso, às quais se juntaram unidades de blindados e da Marinha, ganharam posições no centro e perto do aeroporto, dois sectores inicialmente controlados pelo exército, e tomaram os edifícios do Governo e do Tesouro. Algumas fontes adiantam que já morreram centenas de pessoas.

Eleições na Irlanda

O Fianna Fail, de centro-direita, ganhou as eleições gerais irlandesas realizadas na passada sexta-feira. Ao que tudo indica, Bertie Ahern, líder do partido vencedor, será o novo primeiro-ministro. Mas, nem o Fianna Fail nem o Fine Gael, do actual governo liderado por John Burton, obteve uma maioria parlamentar, pelo que terão de se unir a outros partidos. O Sinn Fein, a ala política do IRA, conseguiu eleger um deputado pela primeira vez em 40 anos.

Os alemães estão cada vez mais inquietos com a moeda única. Uma sondagem, publicada na passada quinta-feira pelo semanário «Die Woche», revela que 71 por cento da população é favorável ao adiamento da entrada em vigor do euro, enquanto 45 por cento considera que Bona não conseguirá cumprir a tempo os critérios de Maastricht.

De acordo com a sondagem divulgada pelo «Die Woche», realizada entre 30 de Maio e 2 de Junho, apenas 37 por cento dos alemães acredita que o país está em condições de cumprir os critérios para a moeda única, que prevêem designadamente a redução do défice orçamental a três por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e a limitação da dívida pública a 60 por cento do PIB. Um número ainda menor (21 por cento) apoia o chanceler Helmut



A 10 de Junho, em França, a exemplo do ocorrido noutras capitais europeias, os trabalhadores manifestam-se pelo pleno emprego e a Europa social, contra a Europa de Maastricht

Kohl na sua interpretação restrita dos critérios de convergência para decidir quais os países que poderão entrar no euro.

Quanto à polémica questão da reavaliação das reservas de ouro e divisas alemãs pretendida por Kohl

para satisfazer os critérios de convergência, as opiniões são manifestamente de rejeição: 57 por cento manifestaram-se contrários a tal eventualidade, apoiada apenas por 22 por cento dos inquiridos. Recordar-se que o Governo de Bona aca-

bou por renunciar à medida, cedendo à oposição do Bundesbank.

O facto de o marco aparecer como a referência-chave para a criação do euro não consegue vencer as crescentes dúvidas dos alemães: 71 por cento da população é favorável ao adiamento da entrada em vigor da moeda única, enquanto 45 por cento considera que Bona não conseguirá cumprir a tempo os critérios de Maastricht

O braço de ferro entre o ministro das Finanças, Theo Waigel, e os responsáveis do Banco Central não contribuiu de resto para melhorar a imagem do Governo. Segundo a sondagem, 52 por cento dos 1002

inquiridos considera que Waigel se deve demitir, e só 35 por cento acha que não é caso para tanto.

O pessimismo alemão não será fácil de ultrapassar. Com um número de desempregados que ultrapassou há muito os quatro milhões de pessoas (mais de 11 por cento da população activa) e uma taxa de crescimento no primeiro trimestre deste ano de 1,4 por cento (contra 1,9 no último trimestre de 1996), não é de estranhar que a esmagadora maioria dos alemães (71 por cento) pense que o Governo de Kohl não tem condições para resolver os problemas económicos do país.

É urgente desminar o planeta

O Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) lançou um «apelo especial» para a angariação de um montante de 12,24 milhões de dólares (2 milhões de contos) para assistência às vítimas de minas antipessoal.



Estima-se que haja em todo o mundo pelo menos 250 mil pessoas deficientes devido ao rebentamento de minas antipessoais

De acordo com informações do CICV veiculadas pela agência Lusa, vinte e cinco países enfrentam actualmente um «estado de crise» por causa das minas que infestam o seu território. As regiões mais afectadas são Angola, a Eritreia, Moçambique, Somália (norte do país), Afeganistão, Camboja, Bósnia e o Iraque (Curdistão).

Cento e dez milhões de minas terrestres antipessoal estão disseminadas por 64 países e há outras tantas em reserva em arsenais de todo o mundo. Sessenta e cinco milhões de minas antipessoal foram colocadas depois de 1980, data da entrada em vigor da convenção sobre as armas clássicas que visou regulamentar a sua utilização.

A resolução do problema passa necessariamente pela proibição do uso de tais armas, tanto mais que a experiência demonstra que os elevados custos da sua desactivação constituem um sério obstáculo à respectiva remoção (o preço de uma mina varia entre 510 e 5100 escudos, mas procurá-la e desactivá-la custa entre 51 a 170 mil escudos). Acresce que por cada 5 mil minas desactivadas, um sapador morre e dois outros ficam feridos.

Brutais são igualmente os custos sociais das sequelas provocadas pelas minas. Segundo o CICV, que já disponibilizou próteses a 60 mil vítimas de minas de 21 países desde 1980, 30 por cento dos feridos por minas têm de sofrer amputações, sendo que uma criança com 10 anos ferida por mina, à medida que cresce, terá sucessivamente necessidade de 25 próteses durante a sua vida, o que representa um custo de mais de 530 contos. Nos países com fracos recursos, justamente onde a utilização destas armas é mais frequente, a maioria dos amputados fica condenado ao uso muletas.

Ao ritmo actual de desminagem, diz o CICV, e se nenhuma nova mina for colocada, serão necessários onze séculos e 33 mil milhões de dólares para eliminar todas as minas colocadas no planeta.

Argélia Eleições contestadas

O presidente do Movimento da Sociedade para a Paz (MSP, ex-Hamas), Mahfoud Nahnah, e o líder da União para a Cultura e a Democracia (RCD), Said Sadi, denunciaram a existência de uma «fraude maciça» nas eleições legislativas da Argélia do passado dia 5 de Junho.

Nahnah acusou alguns membros da polícia e das milícias populares contra os grupos armados integralistas de terem «ameaçado os eleitores que votaram a favor» da oposição.

Quanto a Said Sadi, garantiu que o seu partido foi «espoliado de um importante capital de votos, nomeadamente em Argel», onde alegadamente terá vencido «com grande margem». Sadi afirma que «as assembleias de voto foram por vezes evacuadas à força para que o escrutínio decorresse apenas na presença exclusiva de representantes do partido no poder».

Também o líder do partido islamita moderado «Ennahda» (renascimento), Abdallah Djaballah, denunciou fraudes nas eleições.

Segundo dados oficiais, os cerca de 16 milhões de

eleitores inscritos, cuja percentagem de participação foi da ordem dos 65,49 por cento, elegeram 155 deputados do RND (União Nacional Democrática, pró-presidencial), 69 do MSP, 64 da FLN e 34 do «Ennahda» - os quatro partidos mais votados nestas legislativas para o primeiro parlamento pluralista argelino.

Segundo o líder da RCD, para quem a taxa de participação foi aumentada para «único benefício do mesmo partido», «os resultados não deixam prever nada de bom para o futuro do país», já que «provam que a tentação hegemónica continua forte no seio do regime».

A RCD, que obteve 19 lugares, apresentou queixa à Comissão Independente de Supervisão das Eleições Legislativas (CNISEL), que irá agora analisar o assunto.

Os observadores internacionais que acompanharam as eleições não fizeram declarações que pusessem em causa o escrutínio, tendo o representante da Liga Árabe sublinhado mesmo «a regularidade do escrutínio e a neutralidade da administração».

CGTP traçou na rua o quadro negro das Parar a razia para reflectir

Na passada quinta-feira, as estruturas da CGTP-IN e comissões de trabalhadores denunciaram no exterior da Assembleia da República os prejuízos graves que a política privatizadora traz ao País, aos utentes de serviços públicos, aos contribuintes, aos trabalhadores. Enquanto PS, PSD e CDS aprovavam, no interior do Parlamento, alterações propostas pelo Governo à lei de delimitação dos sectores (que vão agora mais longe do que foi o próprio regime fascista na abertura ao capital privado), na rua os trabalhadores exigiam mais uma vez que seja posto termo ao esbulho do erário público e que se faça uma reflexão séria sobre as privatizações e o futuro do sector empresarial do Estado.

Vindos de todo o País, quase quatrocentos representantes dos trabalhadores de 41 empresas concentraram-se desde o meio da manhã no Jardim das Francesinhas. Aqui funcionou até meio da tarde uma «tribuna pública» de denúncia da política de privatizações, foi aprovada uma carta dirigida a todos os deputados da AR e uma resolução onde os sindicalistas e membros de comissões de trabalhadores lançam «um grito de alerta para que se ponha um imediato travão na razia privatizadora, sob pena de se comprometer o futuro económico e social do País, a sua independência e a democracia».

O «quadro negro das privatizações», traçado na «tribuna pública», é sintetizado em oito pontos, na resolução:

- Os sucessivos escândalos dos milhões oferecidos, directa ou indirectamente, aos grandes capitalistas portugueses, responsáveis pela opressão e exploração do povo português durante 50 anos de ditadura fascista;

- Os milhões de contos alienados nas subavaliações feitas a empresas leiloadas;

- Os milhões e milhões de contos de lucros, dividendos e impostos que o Estado deixou de receber das empresas, bancos e seguradoras privatizados;

- Os muitos milhares de postos de trabalho liquidados com o processo privatizador, enquanto os tachos se multiplicaram;

- Os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores eliminados ou desrespeitados;

- Os serviços às populações que foram suprimidos, degradados e encarecidos;

- O assalto do capital estrangeiro, aumentando a dependência do nosso país, acentuada pela diminuição da capacidade produtiva nacional;

- A diminuição progressiva e liquidacionista das alavancas de que o Estado dispunha para dinamizar a actividade económica e assegurar o exercício dos direitos sociais às populações;

- A subversão da democracia, com o aumento do poder económico do capital privado, em moldes a ditar pressões e reclamar benesses ao poder político, a quem deveria subordinar-se.



EDP na Bolsa, protestos na rua

Na próxima segunda-feira terá lugar na Bolsa de Valores de Lisboa a Operação Pública de Venda de 30 por cento do capital da Electricidade de Portugal, SA. Nesse dia, a célula comunista da EDP em Lisboa promove uma ampla distribuição de um folheto em que é severamente condenada a opção política da entrega do sector eléctrico ao capital privado. Durante toda a

semana passada, foram feitas outras distribuições, também acompanhadas com carro de som, junto a 16 locais de trabalho, centros de distribuição e postos de atendimento da EDP e terminais de transportes públicos. No total, os comunistas da EDP entregarão, no distrito, cerca de 60 mil folhetos, adiantou ao «Avante!» o camarada Alexandre Teixeira, do CC e da DORL, salien-

tando que esta é «uma das maiores acções de massas contra a privatização da EDP», durante a qual têm encontrado confirmação «a rejeição e as preocupações» dos trabalhadores face à abertura ao capital privado e «o sentimento da opinião pública, de que a electricidade, tal como outros sectores básico, deve manter-se no sector empresarial do Estado».

A FSTIEP/CGTP e os seus sindicatos têm levado a cabo plénários de trabalhadores na EDP e acções públicas e, no dia 5, entregaram na residência oficial do primeiro-ministro uma carta-aberta dirigida a António Guterres. No dia 16 vão marcar presença no local onde decorre a OPV, a Bolsa de Valores de Lisboa.

Milhões nossos para as mãos deles

Os representantes dos trabalhadores do sector empresarial do Estado chamam a atenção para o facto de se tratar de «uma batalha ideológica de gigantesca desproporção de meios disponíveis pelos trabalhadores e pelo Governo», comentando que, «se este sentiu necessidade de gastar milhões de contos (do nosso dinheiro) para mentir e tentar manipular os portugueses sobre as privatizações, é porque sabe que o silêncio das vozes que se opõem não foi suficiente, continuando a maioria da população a preferir o sector público (provado até por inquérito feito pela Universidade de Coimbra), ou seja, «os trabalhadores do SEE e suas organizações não estão sozinhos nesta luta, opondo-se à passagem do património que é de todos nós para as mãos de uns poucos».

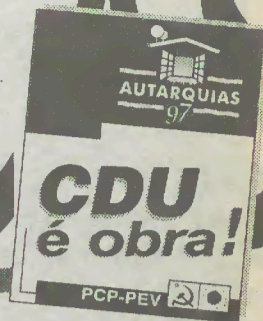
Na resolução, contesta-se o argumento, esgrimido pelo Governo, de que, com as privatizações, o Estado se libertaria de encargos, ficando com mais recursos para a saúde, a educação e a protecção social: «A

PRIVATIZAÇÃO DA EDP UM ESCÂNDALO UMA VERGONHA!

DEFENDA UMA EDP PÚBLICA



AUTÁRQUICAS



ÉVORA Zona dos Mármorees trabalha para o desenvolvimento

A Zona dos Mármorees abrange os concelhos de Alandroal, Borba, Estremoz e Vila Viçosa. É uma área grande, de grandes potencialidades e com significativa influência da CDU. Os eleitos locais destes concelhos, designadamente os comunistas e seus aliados, fizeram de algumas iniciativas e empreendimentos uma directriz exemplar para outros casos de incidência de recursos locais e debilidades da economia geral.

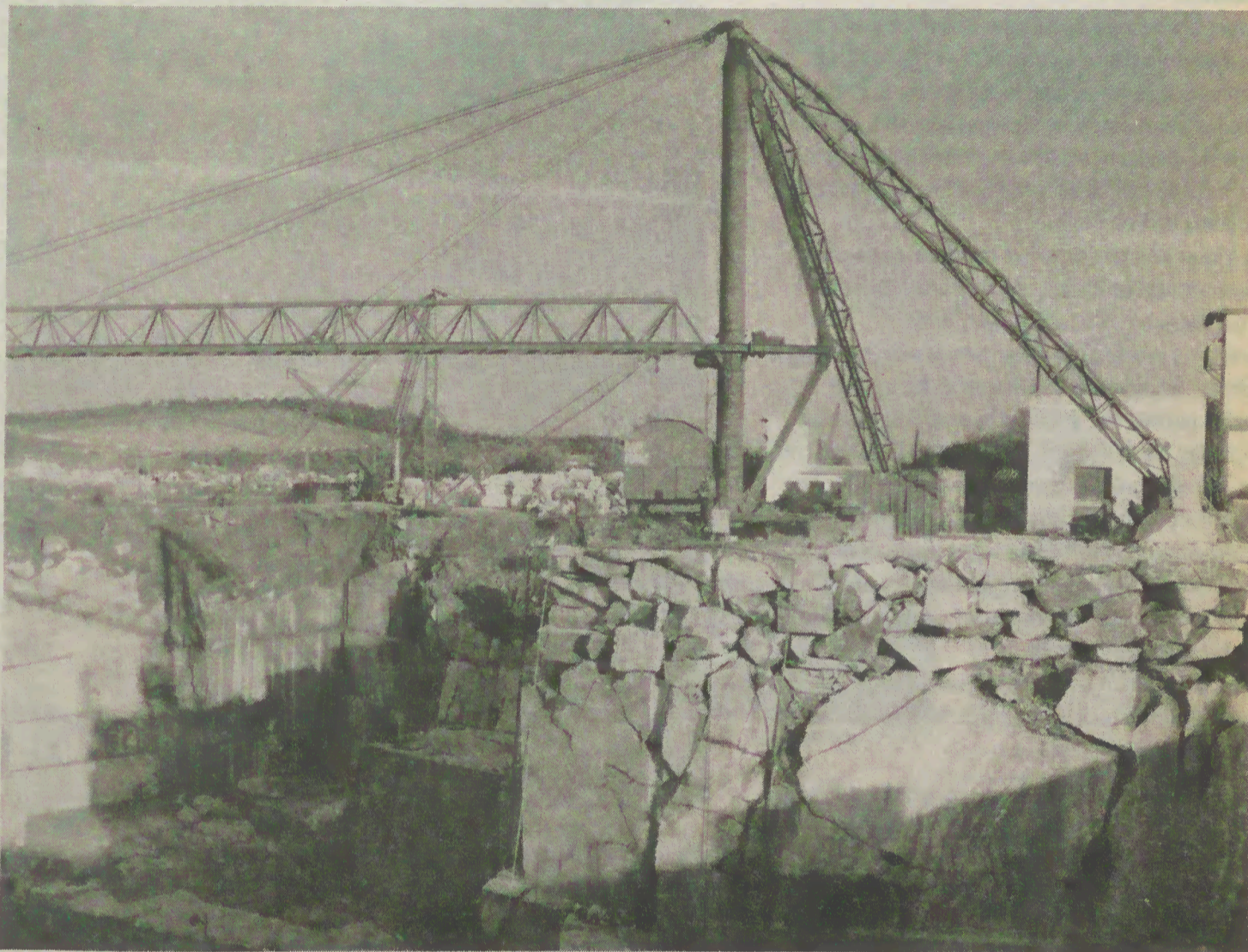
A obra feita pela CDU em Borba, Estremoz e Alandroal demonstra a validade da sua gestão em contraposição com as obras de fachada prosseguidas em Vila Viçosa, hoje de maioria PSD.

A Zona dos Mármorees constitui, no grande vazio da produção nacional, um marco relevante de expectativas e de promessas de futuro. Assim haja investimento público e incentivos à criação de emprego sustentável e duradouro. Nestes concelhos, as Autarquias deram uma prova significativa de dinâmica e de planificação estratégica.

Esta realidade é sobretudo notória em Borba e Estremoz. Por razões locais, o Alandroal ainda não atingiu a sua melhor «performance». E, por razões de errada opção política da Autarquia, Vila Viçosa encontra-se desde há vários anos em rotação de patinagem e de cruzeiro, numa demonstração cabal de que não segue os exemplos dos concelhos limítrofes da CDU.

Em média, a criação de zonas industriais e a atracção de investimentos e de turismo tem tido o condão de fazer desta zona quase uma ilha de desenvolvimento.

Para que a Zona dos Mármorees se desenvolva, é urgente que o trabalho das Autarquias se sustente em investimento complementar essencial da parte do Estado. É essencial que o PIDDAC passe a contemplar as obras e infra-estruturas que os eleitos locais desde há muito reclamam, e que os fundos comunitários sejam reforçados, tal como o FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) e a Lei das Finanças Locais. A criação da Região do Alentejo, como, de



Os mármorees de Estremoz são responsáveis por 58 por cento das exportações nacionais do sector

resto, a regionalização do País, acarreta uma maior adequação das decisões sobre investimento

público e privado, nacional e estrangeiro, relativamente, quer à rentabilização dos recursos

regionais e sua potenciação, quer em relação às prioridades, as quais até agora têm aparecido sempre

distorcidas, e ao lado daquilo que seria um pilar de sustentação de um desenvolvimento económico integrado e global.

O MARD (Movimento Alentejo/Regionalização/Desenvolvimento) e o Conselho da Região do Alentejo têm deixado claras as linhas de evolução que defendem o progresso, acautelam o futuro do Alentejo e poderão inverter a actual trajectória artificial de desertificação e de debilidade económica.

Um Plano Estratégico de Desenvolvimento e um Programa Integrado de Desenvolvimento passam pela participação sistemática dos eleitos locais em defesa das populações.

Quando impostos de cima e sem atender às potencialidades da região dão os frutos que se vêem: um Alentejo desertificado por políticas erradas, um Alentejo desinteressante para os investidores, um Alentejo com o seu potencial em «stock», em vez de rentabilizado e dinamizado.



A vitivinicultura é hoje uma das actividades mais dinâmicas de toda a região

Vila Viçosa – uma terra bonita mas tão maltratada

Em 1993, faltaram à CDU menos de 200 votos para a vitória nas eleições para a Câmara Municipal de Vila Viçosa. O projecto da CDU tem um objectivo popular: voltar a fazer de Vila Viçosa a «Princesa do Alentejo» – como já lhe chamaram em tempos. Mas hoje, como disse ao «Avante!» o Vereador Manuel Condenado, «as pessoas como que têm vergonha de assim falar, dada a degradação e até a falta de limpeza, e devido à falta de perspectivas para desenvolver uma terra com tantas potencialidades como a nossa. E é pena, diz Manuel Condenado, porque as terras mais pequenas como Borba ou mesmo Estremoz, com outra forma de gestão, vão no bom caminho».

Manuel Condenado é professor e conhece a sua terra. Fala dos projectos com entusiasmo e com o carinho dos autarcas dedicados. E fala da má gestão do PSD no concelho. Pelo contrário, diz, «em Bencatel, única freguesia de maioria CDU, está em curso um processo de criação de habitação social que foi impulsionado pela Junta de Freguesia».

Vila Viçosa não tem especiais problemas de ensino. As suas escolas satisfazem e até atraem alunos de Borba, Estremoz, Alandroal e Redondo.

A droga e a prostituição, os problemas de segurança e similares são idênticos aos de outras terras, e as soluções passam por políticas, económicas e sociais adequadas. Tudo isto leva este eleito local a falar com a pena dos revoltados estampada na voz. A desilusão vem do facto de sucessivas promessas eleitorais enganarem os eleitores e não serem cumpridas. Aos 42 anos, Manuel Condenado prepara-se para novos desafios, «para que Vila Viçosa seja uma terra onde dê cada vez mais gosto viver».

Fomos ao encontro deste eleito local e dos pontos de vista da CDU daquele concelho alentejano da Zona dos Mármoreos.

Qual é a análise que a CDU faz da gestão do PSD no concelho de Vila Viçosa?

Honestamente, somos obrigados a fazer um balanço negativo, muito negativo, não só porque suspeitamos de graves irregularidades, como temos denunciado, e mesmo de ilegalidades. Por isso pedimos a fiscalização dos órgãos competentes, mas também por duas razões políticas essenciais: primeiro, porque não estão a

ser cumpridas nenhuma das grandes promessas eleitorais com as quais o PSD enganou os eleitores há quatro anos; segundo, porque não há uma gestão que leve ao desenvolvimento do concelho nem ao aproveitamento das muitas potencialidades que estão aqui mesmo à mão e à vista de qualquer um. Especificando, quais as falhas e quais os défices de gestão do PSD?



Gerir um concelho não é só resolver as carências mais prementes. É necessário pensar no desenvolvimento económico de forma a criar novos postos de trabalho e uma vida melhor para todos. A CDU aposta na elaboração de um Plano Director Municipal que permita a instalação de novas unidades industriais abrindo outros horizontes a Vila Viçosa



Não há rigor nem disciplina nem coesão entre os próprios eleitos do PSD. Não há diálogo com a oposição:

quisemos pelouros, dissemos as nossas condições de trabalho para que não fossem apenas cargos de fachada – mas não nos foram atribuídas quaisquer responsabilidades. O PSD faz apenas oposição à oposição, ou seja, trabalha pela negativa: as nossas propostas são aprovadas, mas ficam nas gavetas, não são aplicadas, são boicotadas. Não têm coragem de rejeitar, mas boicotam depois não aplicando o deliberado.

Qual é a correlação das forças políticas?

Na Câmara: 2 PSD, 2 CDU e 1 PS; na Assembleia: 8 PSD, 6 CDU e 6 PS, sendo o Presidente um eleito da CDU; das cinco freguesias, 3 são presididas pelo PSD (incluindo as duas urbanas), uma pela CDU que é Bencatel (maioria absoluta) e outra pelo PS.

Ainda quanto aos pelouros: que condições colocou a CDU?

Apenas condições para podermos trabalhar a sério: verbas, apoio, espaço físico. Pouca coisa. Mas não foi garantido.

Quanto às Freguesias: há descentralização de poderes?

Nada. Nem pensar nisso. Já propusemos várias vezes e a Junta de Freguesia de Bencatel reclama, isso por exemplo. Mas, nada. E agora que as verbas vão directamente para as Juntas, esse problema já não se põe, mas, até há dois anos, houve sempre dificuldades para obterem da Câmara as verbas a que têm direito. Uma vergonha.

As suspeitas de irregularidades e ilegalidades dizem respeito a que sectores?

A maioria relativa do PSD, pensamos, tem utilizado mal os dinheiros dos fundos europeus, assim como há muitas embrulhadas em matérias de urbanizações e adjudicação de obras. A coisa é tão séria que o próprio anterior eleito, número dois do PSD, substituto legal do Presidente, saiu da Câmara, saiu do PSD, e hoje apresenta-se pelo PP.

Entrevista com o Vereador da CDU, Manuel Condenado



Uma gestão da CDU que diferenças apresenta à população?

Queremos garantir três coisas muito simples: mais rigor, disciplina e seriedade na gestão. Queremos criar condições para o desenvolvimento de Vila Viçosa numa perspectiva solidária: mais emprego, atraindo as empresas, e mais riqueza, dinamizando o turismo cultural e atraindo visitantes.

É um programa ambicioso. Mas quais são as prioridades?

A primeira é criar emprego sobretudo para mulheres e jovens. Podem fazer-se acordos e dar incentivos a empresários nesse sentido. É a solidariedade social no concreto, da qual falamos. Segunda prioridade: o ambiente e a limpeza. Terceira: criação de habitação não especulativa

(que é a única actividade actual).

Mas tudo deve começar pela dinamização do Parque Industrial criado pela CDU há anos e nunca implementado a sério. É preciso atrair empresas e criar parques industriais nas freguesias rurais. Como se sabe, a região é basicamente rica em mármore. Isto, que é uma forte riqueza e fonte de rendimento, tem que ser ordenado, apoiado, estudados os impactos ambientais negativos com as escobreiras e as pedreiras. Mas a economia deve ser diversificada para se consolidar o desenvolvimento. O nosso património construído e natural é rico e atractivo. Há que preservá-lo e valorizá-lo como fonte de turismo da natureza e turismo cultural. Há que apoiar a criação de uma unidade hoteleira bem dimensionada.

O Ambiente tem que ser defendido. A Vila e as localidades precisam de limpeza. A ETAR foi implementada pela CDU mas não funciona. No entanto, pensamos que estas questões só têm solução de tipo regional. É necessária uma variante externa à vila, que ligue ao IP-7. É uma prioridade estrutural importante. Em matéria de abastecimento de água, que foi um grave problema e foi promessa eleitoral, veja-se a surpresa! O INAG faz furos de reforço, mas estão inactivos. Finalmente, depois de muito a CDU batalhar, está de pé a nossa proposta de uma barragem de captação. Pensamos estar aí a solução. É bastante nos batemos por ela.

Em matéria de planeamento e ordenamento do território, qual é a situação?

Lamentavelmente, só foi feito o Plano Director. Daí para cá, nem planos de urbanização nem de pormenor – nada. E a proposta da CDU para um Plano de salvaguarda, que fizemos há oito anos, está esquecida e congelada, como tantas outras.

O que pretendemos é dar a Vila Viçosa mais qualidade de vida e melhores condições socioeconómicas, objectivo que claramente o PSD não está em condições de garantir, pelas más provas que dá. A CDU pode agora receber da população essa oportunidade de fazer de Vila Viçosa uma terra onde dê mais gosto viver.



São operações como esta que mantêm limpas as vias do concelho

Alandroal As obras de um mandato

No mandato ainda em curso (1994/1997) foram terminadas algumas obras iniciadas no mandato anterior, designadamente os arruamentos do Bairro de S. Pedro, de Hortinhas e do Rosário. Das obras iniciadas e entretanto concluídas destacam-se o saneamento básico de Casas Novas de Mares; o arruamento em Casas Novas de Mares; EM 512, entre Aldeia das Pias e limite do Concelho de Redondo; EM 513, entre Casas Novas de Mares e o limite do Concelho junto a Montoito (Redondo); Mercado Municipal e a electrificação de Nossa Senhora da Boa Nova (Terena).

Foram ainda adjudicadas outras obras, algumas das quais já em fase de concretização, outras a aguardar o visto do Tribunal de Contas. São os casos da EM 546, entre Montejustos e Aldeia da Venda; o arruamento em Casas Novas de Mares; EM 512, entre Aldeia das Pias e limite do Concelho de Redondo; EM 513, entre Casas Novas de Mares e o limite do Concelho junto a Montoito (Redondo); CM 1114, intermunicipal com Reguengos de Monsaraz, entre a EM 255 (Olival de

S.ª Clara) e Motrinhas; EM 508, intermunicipal com Vila Viçosa, Borba e Estremoz; arruamentos de Terena (Rossio e zona histórica); arruamentos em Aldeia dos Marmelos (freguesia de S. Tiago Maior).

Por falta de verbas, no âmbito do Programa Operacional Regional do Alentejo (PORA), não foi possível lançar concursos para obras que estavam no Programa Eleitoral para este mandato, como são os casos das Piscinas Municipais e da remodelação de ETAR's em Juromenha, Mina do Bugalho, Rosário e Capelins e, ainda, de uma estação nova em Montejustos (Terena).

Pela prioridade que foi dada a um determinado tipo de obras, pode verificar-se a preocupação de dotar o concelho de infra-estruturas básicas e melhorar as vias de comunicação, designadamente estradas e caminhos municipais. Lamentavelmente, a escassez de verbas próprias, oriundas do Fundo de Equilíbrio Financeiro e dos fundos comunitários, não permitiu dar o desejado salto qualitativo, criando uma rede de equipamentos, tanto no plano cultural como no desportivo e de lazer. Assim, estas áreas terão necessariamente que ser priorizadas no próximo mandato, sem prejuízo da atenção constante a prestar a obras básicas em povoações onde ainda não existem.



Com o apoio de fundos comunitários, a Câmara beneficiou largamente as estradas municipais



«Enfrentar com êxito este desafio»

«Na qualidade de militante comunista, ao ser-me colocada a questão de uma hipotética candidatura à Presidência da Câmara Municipal de Alandroal, pareceu-me não ser a pessoa mais indicada para assumir tal responsabilidade. Após troca de impressões com responsáveis distritais do Partido, e atenta às maiores dificuldades sentidas pelos camaradas do concelho de Alandroal, optei por aceitar, na convicção de que poderei enfrentar com êxito mais este desafio que me é colocado. Sintetizando, diria que o sentido de utilidade, aliado ao gosto e hábito de não fugir a dificuldades, foram factores determinantes da opção tomada».



Margarida Godinho, cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Alandroal

Estremoz

Centro do progresso

No contexto do interior alentejano, Estremoz é o pólo agregador de uma das sub-regiões em que o Alentejo, progressivamente, se organiza como espaço económico e social.

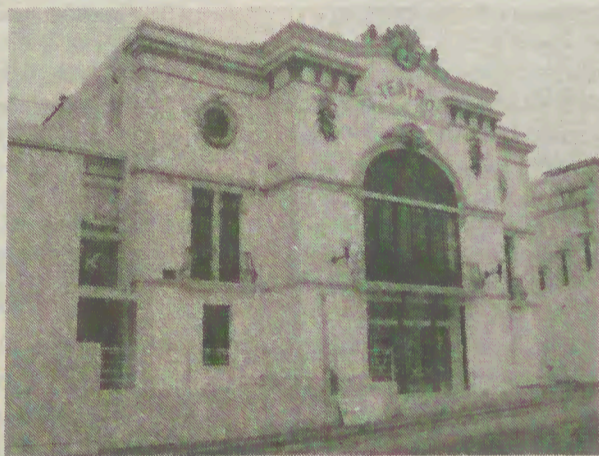
O território concelhio está dividido em 13 freguesias – Arcos, Glória, Evoramonte, Santo André, Santo Estêvão, Santa Maria, Santa Vitória do Ameixial, S. Bento do Ameixial, S. Bento de Ana Loura, S. Bento do Cortiço, S. Domingos de Ana Loura, S. Lourenço de Mamporcão e Veiros.

A população do concelho (cerca de 17 mil habitantes) não escapou ao flagelo da desertificação humana a que a acção dos últimos governos conduziu o interior do País.

Apesar disso, é o centro de atracção de serviços e pequena indústria para os concelhos de Fronteira, Sousel, Avis, Monforte, Borba, Vila Viçosa, Redondo e Alandroal.

Entre os factores que determinam a sua importância, deve referir-se a localização de Estremoz no cruzamento das vias Lisboa-Madrid e Bragança/Guarda-Beja/Faro e ainda de diferentes vias nacionais e regionais que aqui confluem. A cidade está no centro quase geográfico dos principais centros urbanos do chamado Alto Alentejo – Évora, Montemor-o-Novo, Ponte de Sôr, Portalegre, Elvas, Reguengos de Monsaraz. Estão todos num raio inferior a 67 km. Este factor deve ter sido também determinante na evolução da sua importância histórica. Mas é a ocupação de um dos pólos da principal mancha de mármore do País, a que cabe, sob o ponto de vista da exploração de rochas

ornamentais, 58% do valor das exportações nacionais do sector, que determina nos últimos decénios o seu desenvolvimento, mesmo com as vicissitudes que esta actividade tem atravessado. Da exploração intensa e indiscriminada dos recursos evoluiu-se para a crise e muito lentamente para a recuperação, agora com a localização de alguma transformação junto à origem.



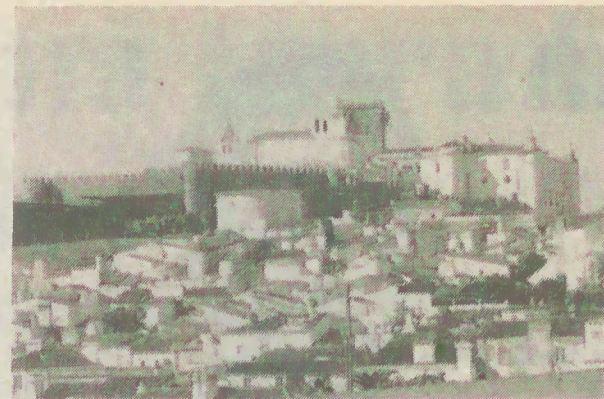
O bonito teatro de Estremoz



O melhoramento das vias do concelho é uma preocupação constante da Câmara

A perda da importância da agricultura, no âmbito da política da P.A.C., representou para o concelho a ruína das actividades de pequena indústria e de serviços. Apesar disso, a relativa boa qualidade dos seus solos agrícolas têm possibilitado a sua reconversão, que poderia ser claramente potenciada com a construção das barragens de Frei Joaquim e de Ana Loura e respectivas redes de rega, no âmbito de um Plano de Rega do Alentejo. A evolução do dimensionamento da propriedade rústica aqui

verificada, em que a pequena e média propriedade têm um peso muito apreciável com o consequente povoamento disperso se deve, sem dúvida, o actual desenvolvimento da olivicultura e principalmente da vitivicultura, que hoje ocupam uma das áreas mais dinâmicas do desenvolvimento económico de toda a região. Tal esforço e evolução são bem documentados pelo crescimento e relançamento, nestes últimos 3 anos, da feira anual de actividades económicas (a F.I.A.P.E.). A importância do passado histórico da cidade e do concelho têm possibilitado o desenvolvimento da actividade turística e, hoje, pode afirmar-se, é já uma das afirmações económicas mais importantes e com maiores potencialidades. Aliás, à exploração de tal riqueza não é estranho o valor tradicional do artesanato local em que a barrística é, fundamentalmente, representada pelos «bonecos» de Estremoz.



«A nossa terra está primeiro»

O que leva a candidatar-me é, em primeiro lugar, honrar os compromissos que assumimos com os estremocenses em 1993. Com efeito, a CDU apresentou um amplo programa de iniciativas e recolheu a adesão maioritária da população do concelho. O nosso esforço, ao longo deste mandato, desenvolveu-se ao nível dos objectivos que enunciámos no programa:

- relançar a imagem e importância do concelho enquanto pólo sub-regional;
- contribuir para a correcção e limitação dos desajustamentos e desequilíbrios sociais, económicos, ambientais e culturais que afectam o concelho;
- modernizar a autarquia, enquanto entidade prestadora de serviços de qualidade, com máxima eficiência.

Mas se o nosso empenhamento foi uma constante da nossa actividade, visível na expressiva adesão da população às nossas iniciativas, há que continuar e prosseguir o trabalho iniciado. A segunda razão é, pois, continuar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, em atenção às novas realidades sociais, económicas e culturais do concelho. A decisão da CDU, para que encabece a sua lista às próximas eleições autárquicas, constitui, pois, para mim, uma inequívoca e honrosa decisão que, com profunda satisfação, procurarei cumprir o melhor possível.

Entretanto, entre as principais obras, projectos e iniciativas referentes ao mandato que vai terminar pode destacar-se o Plano Director Municipal; o Plano Estratégico para o desenvolvimento da cidade; o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Estremoz (em fase de aprovação pelo Governo); o lançamento do Plano de Pormenor para a Zona de Grande Indústria, junto à freguesia de Arcos; o arranjo urbanístico do Rossio da Cidade (uma das maiores praças públicas do País); o restauro das Muralhas de Estremoz; a adaptação do antigo Matadouro a Centro Cívico e Cultural; o Parque de Feiras e Exposições (a aguardar financiamento comunitário); a nova Biblioteca Municipal - em processo de adjudicação; as ETAR's de Evoramonte, S. Lourenço e S. Bento do Cortiço.



Luís Mourinha
Actual presidente e cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Estremoz

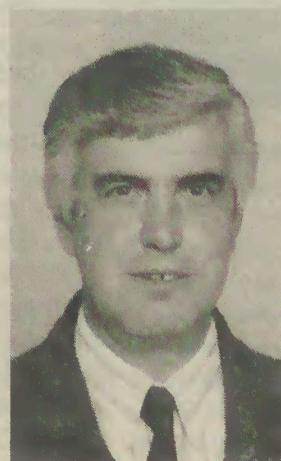
Borba Preparar o futuro



O Município de Borba tem quatro freguesias: Matriz, S. Bartolomeu, Orada e Rio de Moinhos. No total, o concelho terá perto de 8 mil habitantes. Na sua maior parte trabalham nas pedreiras de extracção de mármore e no sector agrícola, sectores que, juntamente com a fabricação de queijos e de enchidos de porco, constituem a principal fonte de rendimento dos borbenses, e também os

vectores principais do desenvolvimento da economia local. As Autarquias têm desenvolvido um trabalho intenso de qualificação de Borba e de preparação do futuro e do progresso. As zonas industriais e os investimentos, quer na rede viária quer no saneamento, juntam-se à actividade cultural e desportiva e aos investimentos na área da educação.

«Podem contar comigo»



João Proença
Actual presidente e candidato da CDU à Câmara Municipal de Borba

«É para mim uma honra e um dever continuar a coordenar a equipa da CDU em Borba. Garantir a continuação do nosso Projecto e programas em curso que vão contribuir decididamente para a satisfação de anseios e aspirações de toda a população. «Por isso, posso garantir todo o meu empenho nesta fase da caminhada de Borba rumo ao séc. XXI, para níveis de Progresso e Desenvolvimento que valorizem a nossa terra e o Alentejo e que continuem a contribuir para que consigamos melhor vida, mais emprego e maior bem-estar para todos. «Conto convosco nesta batalha! Podem também contar comigo!»

privatizações

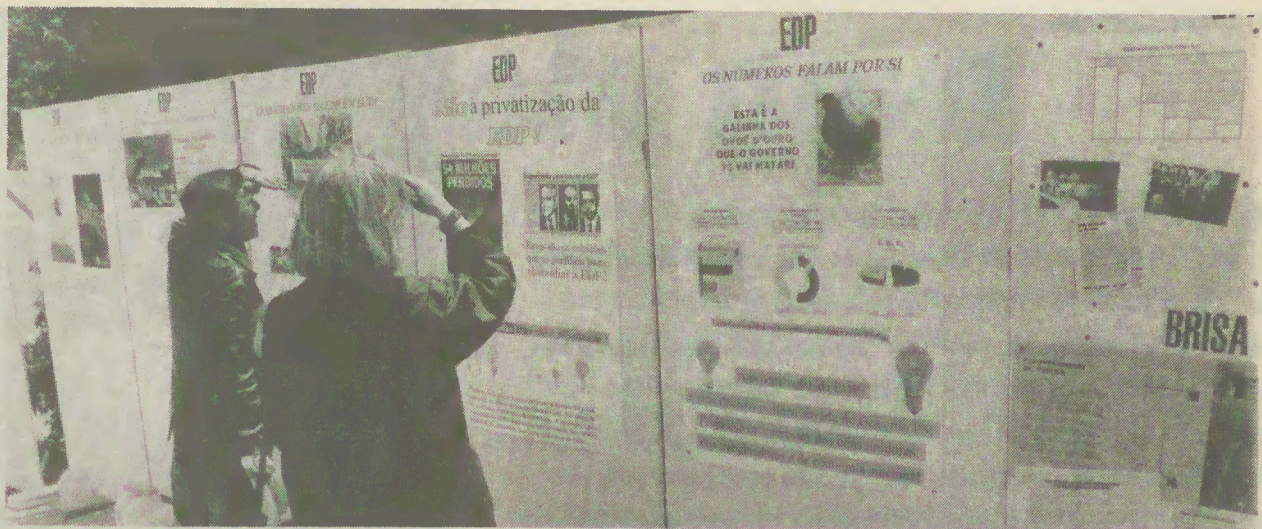


verdade é que, a concretizarem-se as privatizações anunciadas, o Estado ficará desprovido, não de encargos, mas de recursos, tendo mais tarde que optar entre o aumento dos impostos ou o corte nas despesas, ou ambas». Os efeitos das privatizações, sublinha-se, «já se sentem na decisão governamental de cortar subsídios compensatórios à CP e nos propósitos para cortar na função social do Estado: saúde, ensino, segurança social».

«Por isso, a luta dos trabalhadores do SEE contra as privatizações é simultaneamente uma luta pela defesa dos direitos sociais fundamentais e dos serviços às populações» - conclui a resolução.

No documento entregue em São Bento é veementemente criticada a visão do abastecimento de água, do saneamento, da saúde, do ensino, a segurança social, os transportes, os correios e comunicações, não como direitos que o Estado deve assegurar a todos os utentes, mas como simples áreas de negócio, onde clientes são os que auferem quando podem pagar e na razão directa das suas possibilidades. «Em que gaveta ficou a promessa de que primeiro estão as pessoas?» - interrogam os activistas da CGTP.

Na «tribuna pública» ficou expressa a determinação de prosseguir junto da opinião pública as acções de esclarecimento sobre as reais e nefastas consequências das privatizações, bem como a luta nas empresas, interligando os objectivos de defesa dos direitos, dos postos de trabalho e das reivindicações com a luta contra as privatizações.



O quadro negro

Durante a «tribuna pública» foi distribuída uma brochura onde, ao longo de 30 páginas, é feito o balanço do processo de privatizações, no global e no referente aos principais sectores e empresas. Nesse «quadro negro das privatizações» surgem significativos números e factos.

- Foram liquidados mais de 6 mil postos de trabalho nos bancos e seguros e mais de 70 mil nas empresas industriais e de transportes. Na banca houve um aumento de 1700 dirigentes e quadros superiores e médios.

- A EDP foi dividida em 22 empresas e viu os seus efectivos reduzidos em mais de 7 mil pessoas, de 1987 a 1996; entretanto, o número de administradores passou de 7 para cerca de 70. A Cimpor viu os seus administradores passarem de 5 para 40, com a formação da holding.

- Na TAP o volume de emprego passou de 9829 efectivos, em 1991, para 6744, em 1996. Com a «reestruturação» prevista para as indústrias de defesa, estão em causa 7 mil postos de trabalho.

- Nos últimos três anos, a EDP deu 190 milhões de contos de lucros e entregou ao Estado 115 milhões de contos de IRC. A ANA, só em 1996, teve cerca de 8 milhões de contos de lucros.

- Nos serviços da administração local já concessionados, verificam-se pressões para que os trabalhadores abdicuem de direitos, aumentam os ritmos de trabalho e sobem as tarifas.

- O objectivo de privatização da Siderurgia Nacional aumentou a dependência das importações de aço (passaram de metade para dois terços do consumo nacional). Os 5 planos de reestruturação cus-

taram mais de 200 milhões de contos ao erário público, que serviram para despedir cerca de 5 mil trabalhadores.

- Foram adquiridas, por cerca de 3,7 milhões de contos, 80 por cento das acções da Siderurgia Nacional - Produtos Longos; os stocks da empresa valiam 5 milhões de contos e tinha outros 9 milhões de receitas por cobrar a clientes.

- Pelo recente protocolo assinado com o Governo, o Grupo Mello compra a Setenave por 5 milhões de contos, depois do Estado investir 15 milhões em docas e assumir os custos de pessoal. À sombra da «reestruturação» da indústria naval, o Grupo Mello já recebeu cerca de 50 milhões de contos do Estado.

- Nos 3 últimos anos, em 8 bancos reprivatizados a média anual de lucros foi de 87 milhões de contos. Há bancos que já deram lucros superiores ao valor estipulado para a sua venda.

- Na Portugal Telecom, a privatização foi antecedida de um grande investimento nas infra-estruturas da rede básica, na fibra óptica e na digitalização, avaliado em centenas de milhões de contos. Os lucros ultrapassaram os 21 milhões de contos em 1994, 36 milhões em 1995 e 55 milhões em 1996.

- Em lugar da Rodoviária Nacional, com 15 mil trabalhadores, surgiram 15 empresas, com cerca de 7 mil, mas constituindo um verdadeiro império (Barraqueiro) no sector. Foram cortados serviços não rentáveis e são exigidos todos os apoios e incentivos do Estado.

- Na Carris têm vindo a ser entregues a privados a exploração da publicidade e dos bares e a medicina no trabalho. A frota de aluguer foi vendida ao desbarato e a concessão foi entregue de mão beijada.



Ouçá lá, senhor deputado...

As estruturas representativas dos trabalhadores do sector empresarial do Estado levaram à AR uma carta-aberta sobre o problema das privatizações, dirigida a cada um dos deputados e na qual, defendendo que «fechar os olhos à realidade é cegueira ou maldade», apelam à reflexão sobre alguns dos argumentos mais frequentemente arremetidos para defender a entrega aos privados.

Quem ganha?

«Em nome dos cidadãos que são trabalhadores do sector empresarial do Estado e do sector público administrativo, contamos que V.Ex.ª, como representante dos portugueses que o elegeram, se associe à nossa indignação face à mentira regada com milhões de contos e que pretende apresentar as privatizações como um objectivo com que todos ganham», dizem os sindicatos e CTs, deixando aos parlamentares perguntas pertinentes, como:

- «Que ganharam ou ganharão os milhares de trabalhadores já despedidos e os milhares que se pretendem lançar na inactividade em consequência das privatizações?»

- «Que ganharam ou ganharão os trabalhadores que viram os seus direitos suprimidos?»

- «Que ganharam ou ganharão as populações - que, com as nacionalizações, viram chegar a lugares recônditos a electricidade, a água e o saneamento, as comunicações e os transportes - com privatizações que, visando o lucro, se ocuparão apenas das localidades onde o lucro for garantido? E as populações destas localidades, onde os preços dispararão para que o lucro se multiplique?»

- «Que ganhará a receita fiscal, sabendo-se que o SEE ainda contribui com 30 por cento no IRC, enquanto o privado é brindado com isenções?»

- «Como pode um Governo em funções no Portugal democrático recorrer à infâmia da mentira e da manipulação, dizendo que o Estado se libertará de encargos quando efectivamente ficará espoliado de recursos (milhões de lucros e de património)?»

- «Como pode alguém, mesmo Governo, leiloar o que é de todos nós, para servir meia dúzia?»

Em frente para o abismo

Na carta aos deputados, são referidos os primeiros passos para levar as privatizações a sectores vitais como a água e a Defesa; o escândalo da Banca que, de contribuinte do erário público, virou beneficiária dos contribuintes; os milhões dados a Champallimaud para reconstruir um grupo sem gastar um tostão, e os milhões dados aos Mellos.

Depois dos resultados conhecidos, indignam-se os representantes dos trabalhadores, «não há o bom senso de parar as privatizações anunciadas (EDP, Telecom, Brisa, transportes aéreos e terrestres, Setenave, Quimigal e outras), antes se pretende alterar a lei de delimitação dos sectores para que a razia se amplie e prossiga impiedosamente, onde já começou, e se inicie noutras áreas, serviços e sectores, como a água e saneamento, os correios, a Defesa Nacional, sector ferroviário e portos marítimos».

O que está em causa, salienta-se na carta, «não é a liberdade de iniciativa económica privada, antes o parasitismo do capital sob a protecção do Estado e às custas dos dinheiros públicos». Perguntando «que impediu a iniciativa privada de construir hospitais, escolas, caminhos-de-ferro, empresas industriais ou estabelecimentos comerciais, a rede de gás natural e outros», os sindicalistas e membros das CTs respondem que «nada, a não ser a sua completa falta de iniciativa e o parasitismo com que se habituaram a que os governos lhes entreguem empresas ou sectores lucrativos e com investimentos previamente feitos à custa dos dinheiros dos contribuintes».

Ora, «receber milhões do Estado, adquirir empresas por valor inferior ao próprio património, pegar numa auto-estrada prontinha para explorar as portagens ou criar portagens virtuais para o pagamento real e escandaloso de todos os contribuintes para benefício dos privados, como se pretende na IP5, ou uma rede de electricidade, água, telefones», «não é iniciativa, é um esbulho».



■ Edgar Correia

Membro da Comissão Política

NO PRÓXIMO dia 1 de Julho entra em aplicação plena a lei nº 19-A/96 de 29 de Junho que criou o Rendimento Mínimo Garantido (RMG). Através dessa lei, que foi votada favoravelmente pelo PCP na Assembleia da República, foi instituído um novo direito social, que integra a) uma prestação do regime não contributivo da Segurança Social e b) um programa de inserção social, "por forma a assegurar aos indivíduos e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social e profissional".



RMG - na fase da generalização

Recorde-se que o PCP foi o primeiro partido a apresentar na AR, em 6 de Maio de 1993, durante a VI legislatura, um projecto de lei visando instituir um rendimento mínimo de subsistência a que todos os cidadãos residentes em Portugal tivessem direito. O PS só viria a apresentar um projecto com idêntica finalidade quase dez meses decorridos. Mas foram ambos rejeitados com os votos contra do PSD, então maioritário, e do CDS-PP.

O PCP voltou a apresentar o seu projecto de lei na presente legislatura, ao mesmo tempo que o Governo enviava para a Assembleia da República uma proposta no mesmo sentido. Embora se possam observar algumas diferenças entre o projecto de lei do PCP e o texto legislativo que acabaria por ser aprovado na Assembleia da República - por exemplo a prestação pecuniária, na proposta do PCP, não podia ser inferior a meio salário mínimo, o que significaria actualmente 27 mil e 300 escudos - a verdade é que o Rendimento Mínimo garantido passou a constituir um novo e importante direito social abrangente de toda a população residente em Portugal, dessa forma se acompanhando um tipo de medida já concretizada em todos os países da União Europeia, com uma única excepção.

O financiamento do RMG - quer da prestação do regime não contributivo da Segurança Social, quer dos seus custos de administração - está assegurado através de transferências do Orçamento do Estado para o Orçamento da Segurança Social. Essa verba, que foi de 3,5 milhões de contos em 1996, ascende a 25,3 milhões de contos no Orçamento do Estado para 1997.

Um direito social

O agravamento das desigualdades sociais e o aprofundamento dos dualismos, com severas consequências ao nível da extensão dos fenómenos da exclusão social e da pobreza e do aprofundamento do seu carácter multidimensional, constituem sem dúvida um dos traços mais preocupantes das alterações que se vêm registando nos últimos anos na sociedade portuguesa.

A par destas alterações vem-se observando uma activa intervenção na esfera ideológica por parte de sectores conservadores e de inspiração neoliberal, seja para apresentar as crescentes desigualdades como uma consequência inevitável e inelutável da evolução económica nacional e internacional, seja para pregar o regresso aos valores e práticas assistencialistas e caritativos e à "lógica" do "Estado mínimo".

Uma atitude semelhante caracteriza o discurso do actual Governo ao esbater deliberadamente os dados que evidenciam uma rápida e acentuada degradação da situação social e ao apresentar o Rendimento Mínimo como uma autêntica "panaceia", susceptível de o desresponsabilizar pelos pesados custos sociais das principais opções políticas que tem vindo a realizar.

O Rendimento Mínimo Garantido, pela sua natureza, é uma medida que não intervém ao nível das causas das crescentes desi-

gualdades que estão na origem dos problemas da pobreza e da exclusão social. E os seus objectivos estão claramente limitados aos efeitos mais extremos da degradação da situação social e a tornar menos insuportáveis muitas situações pessoais.

Apesar dessa natureza e do alcance limitado do Rendimento Mínimo Garantido, o PCP valoriza este novo direito social e é activo defensor da sua correcta concretização. Direito que não é substitutivo, mas aditivo, em relação ao conjunto dos direitos sociais que a Constituição já consagra. E que importa que seja levado à prática como direito, contra quaisquer propósitos que pretendam transformar a sua atribuição em benesse ou em qualquer outro favor político, religioso ou pessoal.

Um primeiro balanço

O facto do Rendimento Mínimo Garantido, que só no primeiro dia 1 de Julho entra na fase de generalização, já ter vindo a ser posto em prática através de projectos-piloto experimentais de acção social, permite uma primeira avaliação do impacto e dos problemas que a aplicação desta medida revelam.

Segundo o ponto da situação elaborado em 7 de Maio último pela Comissão Nacional do Rendimento Mínimo, o nível de execução dos projectos-piloto revelava um total de processos entrados envolvente de 15.771 famílias e de 51.744 pessoas, tendo sido deferidos processos abrangentes de 6.284 famílias e 21.898 pessoas e indeferidos os relativos a 2.988 famílias e 9.118 pessoas.

Apesar do número de pessoas que estão a receber prestação pecuniária e que estão dispensadas de programa de inserção ser apenas de 1.495, verifica-se que as pessoas realmente envolvidas em acordos de inserção não excede as 3.597 - e destas apenas 535 na área do emprego - o que evidencia que a questão da inserção social constitui o ponto mais crítico da aplicação do RMG.

A estimativa feita dos projectos piloto apontava, entretanto, na mesma data, para o envolvimento total de 34.565 famílias, comportando 124.557 pessoas, ou seja, 4,1% da respectiva população residente.

No que respeita às Comissões Locais de Acompanhamento, de base em princípio municipal, compostas por representantes de organismos públicos (segurança social, emprego e formação profissional, educação e saúde) e podendo integrar representantes de outros organismos públicos, além de autarquias locais, IPSS e de outras entidades sem fins lucrativos (nomeadamente associações empresariais e sindicais), importa salientar que estavam identificadas um total de 1.018 "parcerias", com forte participação das autarquias locais (553), das misericórdias e IPSS (total de 286) e com quase nula participação sindical (2) e das associações patronais (7).

Informações que vêm de vários pontos do País mostram o acentuado interesse na aplicação do RMG de estruturas ligadas à Igreja Católica. E evidenciam a visível mobilização de estruturas

do PS a nível local e regional, com activo envolvimento dos governadores civis, procurando retirar dividendos eleitorais nas próximas autárquicas da aplicação deste novo direito social.

Correcta generalização

Iniciando-se em 1 de Julho a fase de generalização do RMG, torna-se indispensável promover a adequada informação à população sobre este novo direito social e intervir no sentido de terem resposta os múltiplos problemas que a sua correcta aplicação levanta.

Nessa perspectiva, não pode deixar de ser sublinhado o papel das autarquias locais e de outras estruturas de natureza associativa, como os sindicatos, neste processo.

Em relação às autarquias locais, importa salientar que para além das suas responsabilidades na prestação de serviços, elas detêm também o importantíssimo papel de representantes políticos das populações à escala local.

Nesse sentido nada do que diga respeito ou interesse às populações deve ser estranho à atenção e ao empenhamento dos órgãos autárquicos, sem que isso obviamente signifique aceitação da transferência de novas responsabilidades que sejam estranhas às competências do poder local ou em relação às quais não tenham sido disponibilizados os meios indispensáveis à sua concretização.

A intervenção política no âmbito das Comissões Locais de Acompanhamento, para que a aplicação do RMG seja feita como direito social e de forma correcta e transparente, para que as suas prestações possam ser mais elevadas, para que sejam dados efectivos passos no domínio da inserção social, constitui uma postura que evidentemente importa assumir. E que pode e deve ser articulada com uma atitude saudavelmente reivindicativa, em relação aos meios necessários para a aplicação generalizada do RMG, nomeadamente no que respeita à concretização dos programas de inserção social e à resolução de outros problemas sociais.

É neste quadro que assume particular importância, em ligação com a inserção social dos abrangidos pelo RMG, a abertura de uma nova e importante frente local de luta pelo emprego, que contrarie as linhas de desresponsabilização do Governo neste domínio - que estão a ser tentadas - e que amplie em sentido contrário a exigência de políticas e de medidas nacionais para enfrentar os flagelos do desemprego e do trabalho precário.

Outros aspectos que importa igualmente valorizar dizem respeito ao envolvimento e à responsabilização da Segurança Social, das suas estruturas e técnicos, na aplicação no terreno do RMG, tanto mais quanto é à Segurança Social que a lei atribui especificamente a decisão sobre as candidaturas a deferir ou a indeferir. E ao cuidadoso atendimento das populações e à concretização de uma linha de informação permanente, que suportem a aplicação transparente e rigorosa deste novo direito social.

*

No próximo dia 21 de Junho, a partir das 9.30 horas, no Hotel Roma em Lisboa, o PCP promove a realização de um **Encontro Nacional sobre Exclusão Social, Pobreza e Rendimento Mínimo**, que permitirá certamente aprofundar o conhecimento da situação e o debate de problemas de grande importância para a sociedade portuguesa. Esta iniciativa está aberta a pessoas que, independentemente das suas opções políticas e ideológicas, estejam interessadas em participar nesse esforço de conhecimento para uma mais esclarecida e actuante intervenção. Aqui deixamos o convite.

Sopra um vento novo na Europa?

Fausto Bertinotti, Secretário-Geral da Refundação Comunista de Itália, tem construído em torno desta frase alguns dos seus mais recentes discursos.

É, sem dúvida, uma frase otimista quanto às modificações que têm vindo a acontecer ou que se perspectivam que aconteçam no movimento operário e social dos países da União Europeia. Mas se há razões para se ser otimista, também em minha opinião há razões para se ser prudente.

1. É verdade que nos últimos dois anos o integralismo neoliberal tem suscitado uma onda de críticas e contestação no plano social e proporcionado o aparecimento de uma nova literatura política económica.

As enormes lutas em França contra o desmantelamento da segurança social –

excluídos da ordem dos 18,7% nos «novos» Lander (Estados) e de 11% nos restantes; as diversificadas lutas sociais no nosso país – dos têxteis à Grundig, dos estudantes aos professores e à Administração Pública – apesar dos desesperados esforços do Governo PS de conter e esvaziar os protestos com permanentes promessas de diálogo inconsequente, são exemplos de uma nova consciência social que desperta, se reforça ou se amplifica em vários países da União Europeia e que tem tido a sua expressão nas magníficas iniciativas promovidas pelas comunistas e outras forças progressistas em Paris ou no Comício Internacional do Campo pequeno.

2. Esta consciência está também expressa na proliferação de um cada vez maior número de jornais, revistas e livros que se multiplicam em Espanha, na França ou na Itália, contra o «modelo liberal», contra Maastricht e a moeda única, contra o totalitarismo das multinacionais, contra o empobrecimento da democracia

tendo como origem não só autores e editores comunistas mas também muitas instituições universitárias e intelectuais que se mobilizam e ancoram no pensamento democrático. Entre parêntesis, é preciso dizer que Portugal é, neste momento, porventura, o país da Europa onde este tipo de literatura não começou ainda a fazer o seu caminho. O que é mais uma razão para os comunistas investirem nesta direcção.

Estes movimentos sociais e intelectuais não poderiam deixar de ter expressão no plano político. Na Itália, no Reino Unido, agora em França, e mesmo em Portugal, votou-se contra a direita e as suas políticas ultraliberais, votou-se contra as consequências sociais de uma política onde os mercados financeiros e as grandes

empresas engordam enquanto os trabalhadores caem no desemprego e no empobrecimento.

Por este lado, é justo dizer-se que «um vento novo sopra na Europa».

3. Mas, atenção! Para que esse «vento novo» não se perca num turbilhão onde tudo rodopia em círculo e em que as esperanças de mudança se frustram e perdem é preciso, como afirmava o Secretário Nacional do Partido Comunista Francês, Robert Hue na noite das eleições fran-

cesas, uma política radicalmente nova, resolutamente à esquerda.

Só que quem tem ascendido ao poder dos países onde a direita conservadora tem sido derrotada têm sido partidos socialistas ou sociais-democratas responsáveis, eles próprios, quando passaram anteriormente pelos Governos, por políticas que conduziram à vitória da direita: responsáveis pelo modelo e políticas de Maastricht e da moeda única ou cujas políticas económicas e sociais não se distinguem, no essencial, das dos seus antecessores derrotados.

Em Espanha, a política de privatizações e de desemprego, aliada a um domínio corrupto do aparelho de Estado, conduziu ao descrédito e à derrota do Partido Socialista.

Em França, o PS, que hoje, pela voz do seu primeiro-secretário Lionel Jospin após a vitória eleitoral, afirma que os sentimentos que a animam são de «uma exigência de justiça, de uma profunda renovação da vida pública e da democracia, de uma reorientação da construção europeia, de uma atenção escrupulosa aos problemas quotidianos dos franceses», é o mesmo PS que entre 1988 e 1993 conduziu, no Governo, uma política generalizada de privatizações e no plano europeu construiu Maastricht, o que levou ao desastre eleitoral de 1993.

As razões hoje de esperança numa nova política que «não desiluda os franceses» resultam, por isso e sobretudo, do PS não ter obtido agora maioria absoluta e necessitar do PCF (que obteve o seu segundo melhor resultado de sempre aumentando de 24 para 39 deputados) para governar. Veremos.

No Reino Unido, talvez a melhor demonstração de que muito pouco terá mudado, no essencial, foi a decisão do magnate da comunicação social e de uns dos maiores grupos multimedia do mundo, Rupert Murdoch, de colocar o seu império a apoiar Tony Blair e o Partido Trabalhista (quando, antes, sempre tinham apoiado os conservadores). No editorial de um dos seus jornais, o Sun, explicava-se que «o Jornal não modificou a sua linha. Foram os trabalhistas que mudaram».

Em Itália, o Governo de Prodi – com o apoio parlamentar muito crítico da Refundação Comunista – tem em curso uma política de austeridade para a todo o custo cumprir os critérios de Maastricht.

E em Portugal, todos nós conhecemos o verdadeiro conteúdo da política do Partido Socialista: se há uma maior distensão da vida política (até porque o PS não tem a maioria absoluta), a verdade é que a sua política económica e social em nada fica a dever à política do PSD e de Cavaco Silva: o euro como desígnio nacional, a privatização da economia pública e das funções sociais do Estado como nova ideologia; a moderação salarial, a flexibilidade, o emprego precário e o desemprego como uma inevitabilidade desta orientação.

Ora estas políticas, que sendo no essencial iguais às anteriores políticas de direita e conservadoras conduzem aos mesmos resultados, provocam frustração, desilusão e revolta nos trabalhadores e em todos aqueles que lutaram e votaram por verdadeiras mudanças.

4. É que as mudanças não se podem limitar a operações de cosmética, de

substituição do pessoal político ou de alterações na superestrutura do aparelho de Estado. É muito pouco o apelo permanente a um diálogo que pela sua inconsequência assume cada vez mais a função de almofada para travar e esvaziar o descontentamento social. É muito pouco (embora não dispiciendo) que nas próximas CIG seja editado um capítulo sobre política social ao Tratado da União Europeia (aliás, todas as forças políticas agora descobriram o «social») se, entretanto, continuam no essencial as mesmas políticas monetaristas (mesmo com o aligeiramento de alguns critérios) e de construção de uma moeda única que conduzem ao desemprego e a uma Europa Federal dos grandes interesses económicos das multinacionais.

Não podemos esquecer que, neste caldo de cultura de desilusões e frustrações, cresce a extrema-direita, populista e demagógica, xenófoba e racista.

5. É por isso que a construção de uma Europa verdadeira e radicalmente diferente tem que passar pela mobilização e envolvimento de uma esquerda plural, em toda a Europa e em cada país. A complexa situação francesa decorrente das eleições é um elemento novo que abre portas para o optimismo e que deve ser acompanhado com toda a atenção. Um dado é, neste momento, inquestionável: é que os acordos e as convergências à esquerda envolvendo comunistas e socialistas não são factores de derrota mas de novas dinâmicas sociais que conduzem à derrota da direita e à abertura de um novo caminho de esperança. É um exemplo em que o Partido Socialista português, actualmente o Partido Socialista mais à direita na Europa, se deveria rever.

Obviamente, não nos pode ser indiferente que no Governo de vários países estejam partidos conservadores e de direita ou partidos socialistas ou sociais-democratas com uma base de apoio e uma sensibilidade diferentes.

É fonte de alegria e optimismo o vento que, soprando e pondo em causa as teses mais duras do capitalismo, se traduz em resultados eleitorais positivos. Há razões para esperanças fundadas quando o protesto e as lutas sociais se multiplicam um pouco por todo o lado.

Mas para que esse vento seja de facto novo, é preciso que os comunistas tenham uma palavra forte, clara, construtiva, inovadora e aberta ocupando o espaço vazio da esquerda, animando o protesto e as lutas sociais, mobilizando e envolvendo outros sectores da opinião democrática e de esquerda, defendendo e propondo políticas profundamente diferentes onde se abra caminho para pôr termo ao actual modelo dominante e iníquo de apropriação e distribuição da riqueza, às desigualdades e injustiças sociais ao caminho acelerado para a moeda única e às políticas monetaristas comandadas pelos mercados financeiros e pelas grandes multinacionais onde o emprego com direitos tem cada vez menos lugar e onde a democracia é minada pela lei única do mercado. É também preciso que os comunistas consigam fazer sentir a necessidade de também estarem no poder, não para gerirem melhor o sistema mas para o transformarem, propondo e partilhando projectos com outras vozes de esquerda.

Só assim soprará, de facto, um vento novo na Europa.



que, aliás, não devem ser esquecidas no inventário que se faz agora dos factores que conduziram e explicam os resultados das eleições francesas – talvez as primeiras grandes lutas sociais contra as políticas de Maastricht: as lutas na Bélgica (com a solidariedade aos trabalhadores de outros países) contra o encerramento da Fábrica Renault de Vilvoorde; os movimentos de protesto na Alemanha contra as políticas de austeridade impostas por Maastricht e pelas consequências da aneção da ex-RDA que provocaram uma enorme massa de desempregados e de

Saúde

Um direito, uma luta

■ Margarida Aboim Inglez

Num ano em que se realizam eleições autárquicas, tem todo o cabimento a *discussão e elaboração de propostas relativas à área da Saúde*, partindo nós do princípio de que a saúde é um bem inestimável e não apenas o tratamento da doença ou de um negócio de alguns. Cabe uma particular responsabilidade ao nosso distrito, com 4 Câmaras CDU e outra – a capital do País, Lisboa –, em gestão conjunta com o PS.

A saúde está profundamente relacionada com as condições económicas, sociais e culturais da população, isto é com as suas condições de vida, de trabalho e de lazer, e tudo isto é determinado pelas políticas governamentais, quer de anteriores governos, quer do actual Governo Guterrista. A este respeito convém desde já recordar que, depois da Grécia e em termos de investimento público, Portugal é o país da Comunidade Europeia que menos gasta com a saúde. Mas, no entanto, este mesmo Governo propõe-se continuar a estar no «pelotão da frente» do «Euro» e na sequência dos antigos governos, leva a cabo uma poderosa ofensiva contra as funções sociais do Estado, designadamente contra a Segurança Social. E também na área da Saúde vai emergindo a linha de desresponsabilização do Estado.

Sobre toda esta problemática se debruçou o Encontro Distrital de Lisboa do PCP, realizado em 17.05.95.

Abordaremos neste artigo apenas alguns aspectos ligados a esta tão vasta e complexa área, que sem dúvida diz respeito à intervenção do Partido.

Cuidados prioritários

Há muito que se fala em **Cuidados Continuados**. Entendemos estes como uma **integração plena entre Centros de Saúde, Hospitais e Comunidade**, integrando os profissionais que nestas instituições trabalham e centrando os cuidados de saúde nos utentes, numa verdadeira Unidade de Saúde e que exige a participação de todos – profissionais e utentes.

Existem actualmente na Sub-Região de Lisboa 44 Centros de Saúde (CS), 153 Extensões, entre as quais 8 SAPs, 17 CUTUS e 4 unidades de internamento. De há cerca de 10 anos que apenas existem mais 13 unidades (edifícios ou em reestruturação), 3 CS a abrir neste ano e decorrem obras (ou nalguns casos já se efectuaram) em 5 CS ou extensões.

Quanto aos recursos humanos, a situação não é melhor. Faltam no distrito de Lisboa 141 médicos e 704 enfermeiros. No que diz respeito a técnicos de diagnóstico e terapêutica, é igualmente insuficiente o seu número. Ao nível dos serviços administrativos e de pessoal, é importante redimensionar as suas funções e dignificá-las. Os quadros destas carreiras deverão ser renovados e actualizados em função das actuais e previsíveis necessidades.

Consideramos os Cuidados de Saúde Primários (CSP) como uma prioridade. Trabalhar com as populações para que exerçam o seu direito à saúde, é trabalhar nas escolas, nos domicílios, nas creches, nos lares, sempre numa perspectiva de manter/promover a saúde e não apenas tratar da doença. Para tal é indispensável:

- melhorar as acessibilidades aos CS e investir na intervenção comunitária;
- humanizar o atendimento, proporcionando formação aos profissionais e melhorando os espaços do CS;
- acabar com o emprego instável neste sector;
- incentivar a formação de mais profissionais para a área dos CSP;
- dotar os CS de meios humanos e materiais suficientes ao seu bom funcionamento, aproveitando o equipamento instalado e investindo em meios auxiliares de diagnóstico para que respondam em tempo útil às necessidades;
- investir na melhoria da informação aos utentes e na sua sensibilização para que saibam reclamar o direito à saúde, reivindicar condições de atendimento dignas, especialmente os deficientes físicos;
- exigir a prestação de cuidados no domicílio.

Em resumo, **exigir a criação de mais CS e extensões e o seu melhor funcionamento, de modo a alargar a cobertura em cuidados de saúde primários à população do nosso distrito.**

O mau funcionamento das «urgências» (os «bancos») resulta, fundamentalmente, de serem os serviços que garantem um acesso imediato, constituindo por

isso a «porta aberta» do SNS. Sabemos que apenas 20% das situações são efectivamente

de urgência, sendo as restantes resultado da inexistência de atendimento eficaz a outros níveis desejável transferir para os cuidados primários e consultas hospitalares cerca de 800 000 atendimentos/ano no distrito de Lisboa.

A gestão integrada

Em nossa opinião, com a gestão integrada, articulando Centros de Saúde com o Hospital de referência (de uma determinada área geográfica), constituindo assim uma Unidade de Saúde poder-se-ão conseguir resolver inúmeros constrangimentos no acesso aos serviços de saúde e numa melhor e mais qualificada prestação de cuidados de saúde aos utentes.

É na linha de desresponsabilização do Estado na área da saúde que aparece, por exemplo, a proposta de revisão do estatuto jurídico dos hospitais. É nossa opinião que o actual quadro jurídico do SNS tem sido um pilar de estabilidade e de defesa do próprio SNS, mostrando de facto a sua enorme vitalidade (apesar dos constrangimentos existentes e das políticas de direita de sucessivos governos, orientadas para uma restrição financeira, funcional e de gestão do SNS e/ou de orientação neoliberal, de concessões feitas aos interesses instalados que dominam o sector, designadamente na área do medicamento, ou na política dos acordos com a medicina convencional e na subutilização dos recursos e potencialidades do SNS).

Assim, em matéria de gestão democrática do SNS há muito que o PCP vem reclamando, entre outras medidas, a atribuição às comunidades (designadamente às autarquias) poder de tutela sobre os ser-

Alguns aspectos e propostas para uma política de saúde no distrito de Lisboa e a necessária acção de massas para a sua concretização.

Conselhos Regionais de Saúde, maioritariamente compostos pelas autarquias, integrando associações de utentes, de profissionais de saúde e incluindo os sindicatos.

Propostas

No que toca à rede hospitalar, o Encontro avançou um conjunto de propostas, entre elas salientamos:

- a rede hospitalar deve acompanhar a evolução demográfica do distrito;
- cada Centro de Saúde deve ser referenciado a um único hospital, pelo que respeita às valências básicas, sendo indispensável a abertura de novos Centros de Saúde;
- toda a população deve estar coberta pela rede hospitalar básica com as valências médicas, cirúrgicas, especialidades de estomatologia, oftalmologia, ORL, urologia, ortopedia e as valências da mulher e da criança;
- salienta-se a importância do ambulatório, que deve incluir o hospital de dia, cirurgia ambulatória e serviço domiciliário;
- manter um conjunto de valências de alta tecnologia num conjunto de hospitais que, assim, possam responder às necessidades do distrito e mesmo de outras zonas.

De imediato, e correspondendo à importante e justa luta da população de Loures, é urgente a **construção de um Hospital em Loures**, abrangendo as valências básicas, e que cobrirá ainda os concelhos de Mafra e Sobral de Monte Agraço, com uma lotação de cerca de 474 camas.

A construção de um **novo Hospital em Vila Franca de Xira** (o actual possui 185 camas e após ampliação não tem possibilidades de expansão) que, tendo igualmente as valências básicas, abrangeria ainda a população dos concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos e Azambuja e ainda a freguesia de Benavente, com uma lotação aproximada de 340 camas.

A construção de um **novo Hospital em Cascais**, abrangendo algumas freguesias do concelho de Sintra, designadamente S. João das Lampas, S. Martinho, Colares e Terrugem, calculando-se a sua lotação em cerca de 333 camas. O actual hospital de Cascais (com 174 camas) não tem possibilidades de expansão.

O actual **Hospital Amadora/Sintra**, com 670 camas, deverá abranger as populações do concelho da Amadora, de Sintra Oriental e ainda a freguesia de Barcarena do concelho de Oeiras. É de notar que algumas freguesias do concelho de Oeiras terão de ser apoiadas por hospitais de Lisboa, designadamente pelos Hospitais Egas Moniz e S. Francisco Xavier.

No que diz respeito a Lisboa concelho, é óbvia a necessidade do Hospital Chelas/Todos-os-Santos. Para além do Hospital de Sta. Maria onde decorrem investimentos na ordem dos 10 milhões de contos, para os restantes hospitais de Lisboa importa elaborar Planos Directores.

Muita coisa ficou por abordar sobre este tema. No entanto, deve salientar-se que é para nós **decisiva a participação e luta dos utentes e dos profissionais da saúde** para a defesa de um Serviço Nacional de Saúde, de um verdadeiro direito à saúde e dos próprios direitos dos profissionais do Sector.

Potenciar e desenvolver um trabalho de massas em torno do legítimo e constitucional direito à saúde terá de ser entendido, por nós, comunistas, como uma das áreas em que mais esforços devemos investir, a bem das populações.



EM FOCO

Finanças locais e transferência de competências

■ Jorge Cordeiro

A reclamação pelas autarquias e eleitos de um novo regime de finanças locais esteve sempre subjacente a legítima expectativa de que a ela correspondesse um aumento significativo da sua capacidade financeira. A isso conduzia não só a situação de progressivo estrangimento financeiro que as autarquias estão sujeitas, como também as várias e sucessivas promessas de correcção do actual quadro. O próprio governo alimentou essa ideia.

Subitamente, o entusiasmo do governo e do PS arrefeceram. Primeiro a resistência em aceitar o debate agendado na Assembleia da República e em apresentar o seu diploma, depois a despropositada dramatização encenada e sobretudo o conteúdo da proposta de lei do Governo são disso elucidativa expressão.

A associação por parte do governo de debate da lei de finanças com a de transferência de competências não passa de uma manobra e de um expediente de recurso. Na verdade, ao contrário do que um Secretário de Estado afirmou há dias a um vespertino, o grupo de trabalho interministerial constituído para debater com a ANMP um novo regime financeiro considerou sempre e isoladamente as referidas matérias.

Finanças locais

– uma mão cheia de coisa nenhuma

Depois de ter prometido duplicar a verba à disposição das autarquias, o PS prepara-se para lhes atribuir com a nova lei um montante que, para muitos municípios, significará, se não menos, pouco mais do que receberiam se a actual lei se mantivesse em vigor.

Esquecidas que estão as promessas eleitorais e as repetidas profissões de fé em nome de uma mais justa partilha de recursos do Estado por parte das autarquias, o governo apresenta agora em nome do «sagrado» Euro, uma proposta de Lei que em nada altera a situação actual dos recursos financeiros postos à disposição das autarquias. Vamos aos factos:

– A proposta do governo prevê no seu primeiro ano de aplicação, uma transferência para o poder local de cerca de 277 milhões de contos, ou seja, pouco mais do que resultaria do montante previsível para 1998 se a actual lei se mantiver em vigor (aproximadamente 265 milhões de contos);

– Da sua aplicação em concreto resultaria, para 157 municípios uma redução efectiva das transferências financeiras comparativamente à sua participação no FEF de 1997 e, mesmo após a correcção prevista no diploma no sentido de assegurar no mínimo a todos os municípios um crescimento não inferior à taxa de inflação, 136 municípios (ver caixa) conhecerão um aumento nominal de 3%!

– Em 6 distritos do Continente (Bragança, Faro, Lisboa, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu) e na Região Autónoma dos Açores o aumento médio proposto é inferior a 6%;

– O aumento médio previsto para os municípios é de 6.4%, o que significa, atendendo à taxa de inflação e ao aumento do produto previstos, que a variação resultante do IVA poderia induzir um valor do FEF para 1998 na base da lei em vigor, pelo menos não inferior ao que resultará da proposta do governo para uma nova lei de finanças locais;

– Mesmo atendendo ao montante resultante da aplicação plena da lei em 2001 é possível concluir que a verba a transferir nesse ano não atingirá sequer o valor que em 1997 as autarquias teriam direito se a actual lei tivesse sido cumprida;

– Ainda que à margem, não deixa de ser de registar, que num quadro de tanta preocupação com a expressão dos aumentos, o governo proponha no seu projecto um aumento de 300% pelos serviços que cobra às autarquias no processo de liquidação e cobrança de impostos que são receita municipal, o que significa desde logo retirar dois dos poucos milhões de contos que parece estar disposto a dar a mais às autarquias.

O PS, que tão repetidamente levantou a voz durante o governo de Cavaco Silva reclamando o cumprimento da lei em vigor, vem agora insurgir-se com propostas que mais não visam do que afectar às autarquias, sem retroactividade, as verbas que estas já deteriam e pelas quais o PS encenou bater-se. Soa a falso o alarido de Guterres acusando o PSD de falta de autoridade por agora vir a propor um projecto (por sinal mal elaborado e cirurgicamente orientado para favorecer os seus municípios). Porque nesta matéria se o PS pretendia ter alguma autoridade, perdeu-a definitivamente ao assumir, chegado hoje ao poder, o mesmo papel daqueles que antes criticou.

A reiterada paixão eleitoral do PS pelo poder local deu lugar, na sua acção governativa, a uma obsessão doentia pelo «euro» e pelos critérios de Maastricht.

É em nome destes e não no interesse daquele que é urdida a proposta de lei do Governo. Se dúvidas houvesse, bastaria ler o preâmbulo do diploma para se conhecer que a formulação da proposta de lei «surge condicionada pelas obrigações de estabilidade financeira assumidas pelo Estado Português no quadro da Comunidade Europeia» e que «a sua formulação não pode deixar de levar em conta o cumprimento das obrigações de estabilidade financeira que constitui pressuposto

da participação do país na 3ª fase da União Económica e Monetária».

Transferência de competências

– uma mão cheia de problemas

Para eludir a questão central do financiamento das autarquias o governo tem recorrido à associação perversa do debate do regime de finanças com a proposta de transferência de competências.

Desde logo, é necessário sublinhar que a primeira questão

primário da lei (que em 1997 lhe negou 90 milhões de contos), de sucessivas isenções não compensadas (avaliadas em mais de 70 milhões de contos), de transferência de encargos com os descontos sociais dos seus funcionários (superior a 20 milhões de contos) para além de inúmeros outros encargos entretanto coercivamente transferidos para os municípios e difíceis de quantificar.

Depois, porque transferência de competências não é sinónimo de maior capacidade financeira das autarquias.

Como se demonstra pela história recente com a transferência dos transportes e acção social escolar em 1984, e particularmente com o realojamento de barracas nas áreas metropolitanas, em que as autarquias sem terem recebido qualquer meio financeiro, serão obrigadas a afectar uma verba de cerca de 250 milhões de contos para poderem dar resposta ao problema. E como o prova, tudo assim o indica, a proposta do governo de transferência de competências.

Na verdade, o que o governo prepara é uma transferência de encargos realizada na base da mesma e confirmada insuficiência de meios que hoje estão destinados ao elenco de matérias a transferir. A preocupação reiteradamente sublinhada de que a estas transferências não poderá corresponder aumento da despesa pública significa, sumariamente, que as autarquias não disporão

dos meios necessários para elevar os baixos níveis de atendimento e satisfação públicos reclamados pelas populações, herdando assim o descontentamento, pressão e ónus político transferido por esta via do governo para o Poder Local.

Duas propostas do Governo de marcha forçada para a moeda única

A proposta de transferência de competências aprovada pelo Conselho de Ministros constitui um condenável exercício de demagogia política. Realizada em nome de objectivos descentralizadores esta proposta está objectivamente inserida nas orientações neoliberais e monetaristas a que o governo pretende amarrar a condução de toda a sua política e traduzir-se-á a prazo num sério prejuízo para as populações.

A estratégia do governo não deixa margem a dúvidas. Para manter o défice público em níveis determinados pelos interesses dos grandes grupos económicos europeus, e confrontado a curto prazo com a diminuição das receitas resultantes da alienação das empresas públicas, o governo prepara-se para optar por um de dois caminhos: reduzir a despesa pública ou aumentar os impostos.

A passagem, desmuniçada de meios, para as autarquias de competências em

áreas como a saúde, serviços públicos, justiça, segurança, protecção civil e habitação transferirá o odioso dos problemas, ilibar política e aliviará o Orçamento de Estado.

As autarquias ficaria destinado, na lógica do governo, o papel de não poder dar satisfação às legítimas aspirações das populações em domínios onde as carências se foram avolumando nos últimos anos, ou encontrar os meios financeiros pelo recurso à fiscalidade local. Isto é, desta forma, o Governo e o PS imporiam às autarquias aquilo que hipocritamente agora agitam, sem fundamento, contra os projectos de lei de finanças locais.



Municípios com «crescimento nominal» de 3%

Águeda • Aguiar da Beira • Albergaria • Albufeira • Alcanena • Alcochete • Alcoutim • Alfândega da Fé • Aljezur • Almada • Almeirim • Alvaiázere • Amadora • Amares • Arcos Valdevez • Arganil • Armamar • Arouca • Arruda • Aveiro • Baião • Barrancos • Barreiro • Belmonte • Braga • Cabeceiras de Basto • Caldas da Rainha • Calheta • Caminha • Campo Maior • Carraceda de Ansiães • Cartaxo • Castanheira de Pêra • Castro Marim • Celorico da Beira • Celorico de Basto • Constância • Corvo • Entroncamento • Espinho • Esposende • Estarreja • Fafe • Faro • Felgueiras • Ferreira do Zêzere • Figueiró dos Vinhos • Fornos de Algodres • Freixo de Espada à Cinta • Funchal • Góis • Golegã • Guarda • Ílhavo • Lagoa • Lajes das Flores • Lajes do Pico • Lamego • Lisboa • Loulé • Lousã • Madalena • Mafra • Manteigas • Marinha Grande • Marvão • Matosinhos • Melgaço • Mesão Frio • Monção • Monchique • Mondim de Basto • Montijo • Mortágua • Murça • Nazaré • Nordeste • Olhão • Oliveira de Frades • Oliveira do Bairro • Ovar • Palmela • Pampilhosa da Serra • Paredes de Coura • Pedrógão Grande • Penalva do Castelo • Penedono • Penela • Peniche • Peso da Régua • Ponte da Barca • Ponte de Lima • Portimão • Porto • Porto Moniz • Porto Santo • Póvoa do Lanhoso • Povoação • Resende • Ribeira de Pena • Rio Maior • S. Brás de Alportel • S. João da Pesqueira • S. João da Madeira • S. Pedro do Sul • Sabrosa • Santana • Sardoal • Seixal • Sernancelhe • Sertã • Sesimbra • Sever do Vouga • Silves • Sines • Sobral • St.ª Cruz da Graciosa • St.ª Cruz das Flores • Tabuaço • Tábuca • Tavira • Tomar • Tondela • Vale de Cambra • Valença • Velas • Vila de Rei • Vila do Bispo • Vila do Conde • Vila do Porto • Vila Flor • Vila Franca de Xira • Vila Nova de Cerveira • Vila Real de St.º António • Vila Verde

que deve ser colocada é a de justa e legitimamente dotar os municípios dos meios financeiros que lhes garantam a capacidade de financiamento e de realização para o conjunto de competências que hoje já lhe estão cometidas.

É essa a função e objectivo essencial, num processo que se pretenda sério, que deve presidir à elaboração do novo regime de finanças locais.

É essa a questão que as autarquias pretendem ver satisfeita. Uma lei que tenha em conta a reposição ainda que parcial da capacidade financeira entretanto diminuída por anos de incum-

A hotelaria não brinca em serviço

■ Rodolfo Caseiro

O sector de Hotelaria e Turismo realizou o seu VII Congresso a 6 de Junho de 1997 e o local escolhido foi Tróia. Tróia não foi escolhida por acaso; esta escolha, teve um significado especial e profundo.

A Torralta, sendo a maior empresa de Turismo Nacional, assumiu nos últimos anos uma importância muito grande na luta dos trabalhadores do sector e do País, sendo uma referência exemplar, de resistência, de persistência, de sacrifício e de uma grande consciência de classe.

Os trabalhadores da Torralta sabem que vão continuar a ter problemas no futuro.

Mas também têm a plena consciência de que foi a sua luta que impediu o encerramento da Torralta, para desgosto de muitos abutres da nossa praça, que esperavam fazer grandes e chorudos negócios imobiliários à custa do valiosíssimo património da empresa.

Foi a luta dos trabalhadores da Torralta que permitiu que, no dia 6 de Junho o nosso sector em Congresso estivesse na Península de Tróia num espaço privilegiado para o Turismo, onde estivemos com muita força e determinação.

O Congresso fez o balanço e a análise do trabalho do sector no último triénio das várias dificuldades encontradas pelo caminho, na busca de soluções para os problemas dos trabalhadores. **Abordou questões como:**

- Crescimento dos salários reais;
- Direitos e garantias;
- Redução do horário para as 40 horas semanais e dois dias de descanso consecutivos;
- Segurança Social;
- Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho;
- Liberdade Sindical;
- O emprego;
- A qualidade dos serviços;
- Formação Profissional;
- As questões do Turismo e a Lei Hoteleira;
- A revisão da Constituição;
- A Moeda Única;
- A realidade do sector;
- A organização, etc.

Emprego com direitos organizados este foi o lema do nosso VII Congresso. E faz sentido: emprego e direitos, só serão assegurados e defendidos se estivermos organizados e estes são o principal alvo dos patrões e do grande capital, a coberto da política neoliberal, desenvolvida pelo Governo do Partido Socialista.

O patronato do sector em conluio com os divisionistas e a cobertura do Governo, tem beneficiado com esta política, através dos chamados acordos de concertação, tanto o imediato como o estratégico, intensificando a sua ofensiva contra os direitos dos trabalhadores.

Foi e é o bloqueio à negociação colectiva, foi e é a imposição de baixos salários, foram e são os despedimentos individuais e colectivos, a precariedade, os salários em atraso,

o encerramento de empresas através da gestão fraudulenta, que entre outros referimos a Clínica das Amoreiras, Hoteld-Apolo/70, Hotel Atlântis, Aldeia das Açoteias, a Ministra do Emprego mente, porque no sector, particularmente na restauração, os patrões na maioria das empresas não cumprem a Lei para a redução do horário de trabalho.

A combatividade, a qualidade das intervenções dos delegados ao Congresso, os exemplos trazidos demonstraram um profundo conhecimento e domínio dos problemas e uma vontade férrea de continuar a lutar contra a política que tem sido desenvolvida, e que está na origem dos problemas e das dificuldades dos trabalhadores.

Outro registo importante, que os delegados demonstraram compreender, foi que os Sindicatos, sendo Associações de Classe com caris reivindicativo e proponente, são também um espaço de concretiza-



ção da solidariedade, que se constituem à volta de valores e princípios, do que há de melhor na nossa vida.

Estiveram no Congresso, com muita pujança, muita força, valorizando resultados positivos nalguns processos reivindicativos e lutas nas empresas, nomeadamente, no Casino da Póvoa, Casino Estoril, Estoril-Sol, no Such, Restaurantes e Bares do Aeroporto, etc.

Com a luta resolveram-se muitos problemas e minoraram-se outros, no entanto, sem serem acrícticos às situações e questões menos positivas, sempre num espírito fraterno e construtivo, que culminou num autêntico convívio, em festa, unidade e solidariedade.

A Comunicação Social, particularmente as televisões, primaram pela ausência (excepção honrosa às rádios locais), as televisões estão



cada vez mais empenhadas em sustentar uma sociedade mediatista e empolgada por concursos apalermados e histórias novelísticas, escondem os problemas e o país real, silenciando as iniciativas dos trabalhadores, que são o motor de desenvolvimento e de progresso.

Os problemas com que os trabalhadores se defrontam não são apenas de ordem económica, são também de natureza ideológica, com a comunicação social a assumir-se como a voz do dono do grande capital, a promover o egoísmo o individualismo e a imposição da tese da construção Europeia, a cegueira de Maastricht e a fuga para a frente em relação à moeda única, que têm levado o nosso país a acentuar cada vez mais a sua dependência económica e financeira do exterior, à destruição do aparelho produtivo, com uma sede privatizadora terrível.

No nosso sector, temos apenas uma empresa pública, a Enatur, da qual já se começa a falar em privatizar. Vamos estar atentos, porque a eventual privatização da Enatur vai ter da nossa parte um combate cerrado e a denúncia, porque a Enatur tem as suas Pousadas situadas em Castelos, Palácios e Mosteiros históricos e a sua privatização seria uma escandalosa delapidação do património cultural nacional.

Estas as consequências da opção neoliberal de um capitalismo que se pretende impor com o sistema sem alternativa e único, que o nosso Congresso se comprometeu combater firmemente, demonstrando que há alternativa ao capitalismo.

O crescimento do sector e o seu desenvolvimento económico desarticulado

Somos um sector em progressiva expansão, cujo peso na economia se diz que após o ano de 2000 ultrapasse o sector petrolífero.

Nos únicos anos, o sector cresceu globalmente em termos de número de estabelecimentos e em termos de

trabalhadores, mas esse crescimento tem sido à custa de empresas que não ultrapassam os 20 trabalhadores.

E esses constituem 96% do total dos estabelecimentos e 64% dos trabalhadores do sector.

Estamos, assim, num sector que cresce, não só em termos absolutos, como também aumenta a sua importância relativa no quadro da actividade económica do País, mas, no que respeita à remuneração dos trabalhadores, comparada com o conjunto de outras actividades económicas essa tem vindo progressivamente a baixar.

De notar também que, neste crescimento, a média de idades tem vindo a baixar, estima-se em cerca de 70%, a idade compreendida entre os 15 e 34 anos; portanto, o rejuvenescimento do sector é um facto a ter em conta para reforçarmos a nossa organização precavendo o futuro.

No que respeita ao desenvolvimento económico, ele é desarticulado, com o seu peso crescente, no acolhimento anual de dez milhões de turistas gerando receitas na ordem dos 645 milhões de contos, empregando directamente, nas suas diversas vertentes cerca de 250 000 trabalhadores, tem um peso de 8% no PIB e 6% no emprego.

No entanto, grande parte da oferta turística está concentrada no Algarve, Madeira e Lisboa, que só por si recebem mais de 70% dos turistas que nos visitam.

Perante este quadro, continua a não haver uma Política Nacional para o turismo, que tenha em conta as necessidades do País, que trate e canalize os fundos, inventariação dos recursos, dos meios de promoção, desenvolvimento, ambiente, planeamento do território e regiões de forma articulada.

Tudo tem sido feito, de forma desarticulada ao sabor dos lobbies, porque no fundo é isso mesmo que interessa a esses lobbies, qualidade dos serviços na boca desta gente é blá-blá, falam em qualidade, usando-a como elefante branco.

O Turismo não se compadece com medidas pontuais, tipo remendo, como acontece com a lei hoteleira, e no que respeita à instalação e funcionamento dos estabelecimentos turísticos hoteleiros, não garante a quali-

dade dos serviços prestados ao consumidor por serem violadores de direitos fundamentais dos trabalhadores e promoverem interesses de classes (patrões), opondo-os ao interesse público.

Atribui legitimidade aos patrões para intervirem nas decisões de licenciamento, vistorias, edição de livro de reclamações, sem que haja participação dos Sindicatos ou seja, em termos associativos, o u órgãos de classe dos patrões participa e o órgão de classe dos trabalhadores é afastado, por isso o nosso Congresso também reafirma, «A Hotelaria não brinca em serviço», nem deixa que brinquem com o seu serviço e o Governo tem-nos à perna.

O Congresso esteve atento ao futuro

Fazemos parte de um Movimento Sindical, que encontra forças, na unidade, na democracia, onde todos valem, e cada um conta, onde deve ser bom trabalhar em conjunto, fraternalmente, no respeito mútuo, na abertura, tolerância e na franqueza.

Temos deficiências e queremos ultrapassá-las, temos todas as razões para redobrar esforços, no sentido de melhorar a nossa organização e estrutura sindical.

O Movimento Sindical está a percorrer um caminho de reestruturação, em duas vertentes essenciais, por um lado descentralizar a actividade dos Sindicatos, aproximando-os cada vez mais dos trabalhadores nas empresas, por outro lado centralizar ao máximo os meios administrativos e funcionamento, reduzindo quanto possível os custos da estrutura.

Nesse sentido, o Congresso assumiu estabelecer com a Federação da Indústria Alimentar, formas de cooperação, numa primeira fase e ponderar numa segunda fase, a constituição de uma Federação da Hotelaria, Turismo, Alimentação, Bebidas e Tabacos.

Adaptando, assim, a estrutura e a organização sindical, por forma a melhor responder às necessidades e interesses dos trabalhadores.

■ Jorge Messias

Um auxiliar de leitura...

O governo da Igreja ⑤

Caminhamos rapidamente para o final da apresentação genérica dos nove ministérios (dicastérios ou congregações) que integram o núcleo central do governo do Vaticano. Mas não devemos esquecer que existem outras estruturas semiautónomas cuja intervenção completa e amplia este eficiente esquema. É o que tentaremos ver, mais tarde, quando falarmos nos principais grupos de pressão ou nas grandes ordens religiosas cuja acção mais se faz notar no interior da vida da Santa Sé.

6. A Congregação dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica

Trata-se de uma congregação com um poderio tal que nem canonicamente ele pode ser descrito. Os textos orgânicos do Vaticano definem, laconicamente, o seu âmbito de acção dizendo que este dicastério tem competência em relação a «todos os aspectos da vida religiosa» dos membros que participam no movimento mundial da vida consagrada. Ora, «vida religiosa», no léxico eclesiástico, pode abranger tudo e todos e invadir, inclusivamente, as esferas de acção de outros dicastérios. É isto, aliás, o que na realidade acontece.



A congregação é actualmente dirigida pelo **cardeal espanhol ultraconservador Eduardo Martínez Somalo**, individualidade a que já anteriormente nos referimos como substituto interino de João Paulo II, em caso de falecimento do actual papa. Calcula-se que o dicastério tenha poderes directos sobre 1 milhão de servidores activos da igreja católica (800 mil religiosas e 200 mil religiosos). Por outro lado, importa referir que Eduardo Somalo acumula várias funções importantes no aparelho do Vaticano presidindo, nomeadamente, ao Colégio dos Cardeais. Deste modo, em caso de morte ou grave impedimento de João Paulo II, incumbir-lhe-á convocar e preparar os trabalhos do conclave que virá a eleger novo papa. Nessa altura, será a Somalo que virá a caber a escolha de metodologia a seguir no acto eleitoral e nada o impedirá de se propor como candidato à sucessão no papado. Caso tal se viesse a verificar, o cardeal (íntimo ou membro da Opus Dei, camarelo do actual papa e prefeito da influente e rica Congregação da Vida Consagrada) disporia, ainda, de um trunfo suplementar. É que, por inerência das suas funções, Somalo tem enorme ascendente sobre um grupo de cardeais com direito a voto e que, participando embora no Sacro Colé-

gio, conservam os vínculos disciplinares que os ligam aos institutos religiosos de origem. Com efeito, 27 cardeais eleitores (quase 25% do total dos votantes no próximo conclave) provêm de diferentes ordens religiosas – são franciscanos, jesuítas, salesianos, beneditinos, missionários de Scheut, dominicanos, clérigos de Maria, mercedários, padres brancos, societários de Maria e sulpicianos. Todos estão superiormente enquadrados pela congregação que Somalo dirige.

Aliás, convém acentuar-se que o cardeal Somalo não é um aventureiro que tente, isolado, a sua sorte. Conhecido como potencial candidato da Opus Dei à Cadeira de S. Pedro, as alianças activamente

procuradas pelo cardeal ultrapassaram, há muito, os limites demarcados pelas fronteiras entre conservadores, centristas e liberais. Numerosas correntes convergem na área de interesses representada em Somalo, nomeadamente as que se revêem nas lideranças de cardeais como Ratzinger, Deskur, Glomp, Trujillo, Skoza, Tomko, Lara,

Ruini, etc., ou os poderosíssimos grupos que se apoiam no potencial financeiro garantido pelo IOR de Marcinkus ou de monsenhor Donato De Bonis. Entre outras diferentes comunhões, alia-os um instintivo repúdio de qualquer candidatura ainda que vagamente, progressista, como se anuncia vir a ser a de **Carlos Maria Montini**, arcebispo de Milão.

Subsistem, de momento, algumas dúvidas quanto a esta candidatura de Somalo, abertamente apadrinhada pela Opus Dei. O cardeal é espanhol e muitos afirmam que o próximo papa será italiano; está claramente ligado à Obra de Escrivá de Balaguer, e bom seria para a imagem pública do Vaticano que o sucessor de João Paulo II surgisse com o perfil de um centrista isento, equidistante das correntes que cruzam a hierarquia; e, como secretário do actual papa, seria a primeira vez que um cardeal nessa situação viria a suceder, na Cadeira Gestatória, ao seu tutor directo.

Tudo dependerá da próxima evolução dos acontecimentos. Uma coisa, porém, é certa: com Somalo ou com qualquer outra escolha do Sacro Colégio, o próximo papa será um seguro herdeiro do perigoso legado que João Paulo II se prepara para oferecer às próximas gerações do mundo católico.



InterMEDIações

■ Fernando Correia

Telejornais e ideologia – I

Um estudo recente realizado nos EUA mostra que, nos últimos oito anos, se registou uma evolução dos conteúdos dos telejornais no sentido de conceder menos importância às rubricas de «política» e mais às de «sociedade». Nos telejornais da noite das três principais redes (ABC, NBC e CBS), o espaço das notícias internacionais baixou quase para metade (de 24% para 13%), tendência esta também verificada na política nacional: em 1988, o confronto entre os candidatos presidenciais Bush e Dukakis ocupou 19% do espaço total dos principais noticiários, enquanto o recente confronto entre Clinton e Dole se ficou pelos 13%.

Entre aquelas duas datas, entretanto, o tempo dedicado aos temas de saúde, criminalidade e terrorismo, no seu conjunto, mais do que duplicou, passando de 9% para 21%.

Segundo os autores do estudo, o sentido desta evolução traduz a intenção dos media e não perderem audiências, adaptando os conteúdos aos novos interesses populares. Acontece, porém, que estes interesses não nascem espontaneamente, e um dos principais factores que intevêm na sua criação são, precisamente, os próprios *media*, nomeadamente as grandes cadeias de TV, inteiramente nas mãos da classe dominante.

Para esta, o fim da «ameaça do Leste» implicou a necessidade (por motivos económicos, políticos e ideológicos) de definir novas temáticas (inclusive através do estímulo a novas «ameaças»), por um lado comercialmente vantajosas, por outro lado capazes de preencher a agenda dos *media* e, deste modo, enquadrar, ocupar e controlar e opinião pública. No que se refere aos *media*, as motivações mercantis são dificilmente separáveis das motivações ideológicas.

Telejornais e ideologia – II

Não existem análises semelhantes sobre a realidade portuguesa, mas um pequeno estudo realizado recentemente pelo **Público** sobre os três principais noticiários da RTP1, SIC e TVI é suficientemente esclarecedor. A análise de conteúdo aos telejornais emitidos entre 26 de Março e 5 de Abril, indica que ao «caso Sá Pinto» foi dedicado um total de 2h, 44m, 7s, enquanto, por exemplo, ao retrocesso do processo de paz entre palestinianos e israelitas foram concedidos 26 m, 10 s (quase cinco vezes menos tempo).

No total, **mais de metade do tempo dos telejornais** foi preenchido com noticiário sobre crimes, acidentes e fenómenos climáticos (26,13%) e sobre desporto (27,47%).

Se, para além dos números, tivéssemos

em conta aspectos mais substanciais das notícias (por exemplo, relativamente ao pluralismo na abordagem da política ou à redução do desporto ao futebol profissional, sem esquecer, em geral, os critérios de selecção e as formas de tratamento jornalístico), a análise levar-nos-ia mais longe.

Registemos apenas que, sendo esta tendência dos telejornais comum a muitos países integrados no mesmo sistema social, cada um a assumir segundo as suas particularidades próprias. No nosso caso, deve dizer-se que com o 25 de Abril e o posterior desenvolvimento do processo revolucionário, as lutas operárias e dos trabalhadores em geral, as reivindicações e as movimentações populares conquistaram, com o seu dinamismo e a sua força, um lugar ainda hoje de maior relevo do que na generalidade dos telejornais norte-americanos e mesmo europeus.

É certo que, muitas vezes, os critérios de selecção são perversos: o corte de estradas ou a ocupação do local de trabalho são apresentadas não tanto enquanto indícios de problemas sociais graves (abordados superficialmente ou mesmo branqueados) mas por conterem as componentes de tipo espectacular e emocional que constituem a obsessão dos editores.

Mas é por razões mais de fundo que há quem não goste de ver trabalhadores nos telejornais. Um redactor do **Independente** que, de segunda a sexta-feira, assina no **Diário de Notícias** (facto um pouco insólito, convenhamos...) um comentário aos telejornais, insurge-se nestes termos contra o relevo dado aos problemas da Grundig, em Braga:

«Trata-se apenas de um despedimento de cento e poucas pessoas, um facto normal na vida económica dos países. Na América, as empresas despedem dez mil num só dia, e tudo o que se ouve é uma estatística informativa. Em Portugal, porém, um despedimento é uma tragédia nacional, com direito a reportagens na televisão, com preocupação em "ouvir os trabalhadores"!»

O comentador que o DN foi buscar ao semanário de Paulo Portas escreve ainda: «A ortodoxia televisiva, nas questões laboriais, é parcial e pretende convencer o País de que algo profundamente injusto e profundamente errado se está ali a passar.» Segundo ele, os telejornais assumem uma «opção editorial clara a favor dos trabalhadores e contra as empresas».

Abstenho-me, pela minha parte, de manifestações de espanto e de incredulidade. Eastam as que adivinho nas expressões faciais e, provavelmente, vocabulares (mesmo que, por pudor, apenas murmuradas) dos leitores.

Uma coisa é certa: nas questões da comunicação social (ou, se preferirem, no negócio dos *media*), as razões ideológicas e de classe estão sempre latentes; por vezes, porém, emergem com uma espontaneidade e uma crueza surpreendentes.

PONTOS CARDEAIS

O mundo «pronto a comer»...

A notícia, vinda no *Público*, contava a coisa como se segue. «O pão fornecido na cadeia de *hamburgers* Mcdonald's em Portugal será produzido em Espanha a partir do final do primeiro trimestre do próximo ano. O fabricante será a empresa alemã *Fresh Start Bakeries*, do grupo *Campbells*, que está instalada na zona industrial de Daganzo, nos arredores de Madrid. Esta nova unidade substituirá a de *Est Balt Bakery*, em Paris, que até agora abasteceu os mercados português e espanhol». Para além do pormenor curioso de os *hamburgers* «portugueses» da *Macdonald's* afinal nem pão nacional utilizarem, atente-se nos volteios da internacionalização: o *hamburger* «português» passará a ter pão fabricado em Espanha por uma empresa alemã, que, por seu lado, substitui a anglo-saxónica *Est Balt Bakery* que, de Paris, costumava abastecer os mercados espanhol e português. Como se vê, a instalação em Portugal de negócios tipo *Mcdonald* (e cada vez há mais...) é bestialmente lucrativo para o País.

Quanto às multinacionais, são bestiais: para melhor comerem o mundo, até lhe «dão de comer»...

... e com uma ajudinha do Judas

Entretanto, a pretexto da construção de um parque de estacionamento subterrâneo e sem informar ninguém, o executivo camarário de Cascais chefiado por José Luís Judas decidiu fechar ao trânsito pedestre a zona comercial entre a Avenida Valbom e a Rua Direita, oferecendo como alternativa uma passagem provisória para peões que passa através de um centro comercial... da cadeia norte-americana *Mcdonald's*. Com o requintado pormenor de tal passagem só estar disponível durante as horas de funcionamento do centro comercial. Os comerciantes da zona entraram em polvorosa, quer porque ninguém os consultou, quer porque viram cair os seus negócios em 70% de um momento para o outro, quer ainda por considerarem que a Câmara está a beneficiar

escandalosamente uma parte do comércio em detrimento do todo. Por acaso a *Mcdonald's*. A tal multinacional norte-americana que nem pão português utiliza nas mixórdias com que anda por cá (apenas) a facturar à nossa custa.

Entretanto, a Câmara de José Luís Judas nem se deu ao trabalho de justificar a decisão, sendo um responsável da empresa concessionária do futuro estacionamento que veio a público contar, candidamente, que «inicialmente nem estava previsto o trânsito de peões entre as duas artérias naquela esquina. Mas depois, numa reunião com a Câmara, a direcção do *Mcdonald's* disponibilizou-se a criar essa passagem, e talvez seja melhor do que não haver nenhuma». Melhor, há-se ser com certeza. Está-se mesmo a ver para quem...

Vestidos para os pobres

Sara Ferguson, ex-esposa do príncipe André, da família real

britânica, resolveu seguir as pisadas da sua cunhada Diana - também ex-esposa do príncipe Carlos, irmão mais velho do anterior - e desatou a beneficiar «os pobres» com os trapos que já não veste. Nesta conformidade - conta o *Sunday Mirror* -, começou a enviar os seus vestidos antigos aos pobres da Europa, «nomeadamente da Polónia e da Sibéria». O mesmo anda a fazer Diana, cujos vestidos serão leiloados num chá de caridade no próximo dia 25, onde deverão render os 16 milhões de dólares a distribuir, igualmente, «pelos pobres». Com tanta disponibilidade para doar «aos pobres», só não se percebe por que andaram há tempos as ex-esposas dos irmãos príncipes a disputar ferozmente «pensões» dos respectivos maridos como se estivessem à beira da miséria...

Está explicado...

Ferreira do Amaral, o ex-ministro das ex-obras públicas



(dado que grande parte delas andam por aí a esboar-se) do ex-regime cavaquista encheu-se da peregrina ideia de presidir à Câmara Municipal de Lisboa, município a cujos problemas se sente tão ligado que, em caso de derrota, nem admite ser vereador

do seu órgão executivo. Todavia, presidente, isso acha que pode ser, que já está adequado à sua imponente figura. Entretanto, a disfarçar, começou por aí a dar umas passeatas para que as televisões o filmassem a olhar Lisboa como se estivesse perante uma cidade acabada de sair de um terramoto de grau nove. O que tem dito nesses preparos está perfeitamente de acordo com as expressões compungidas com que julga demonstrar interesse por realidades que sempre lhe passaram ao lado e para que sempre se esteve nas tintas. Até que escorregou e disse, numa entrevista ao *Record*: «[Jorge Sampaio] surgiu na Câmara de Lisboa porque o cargo era importante - importante para o partido dele e importante para ele próprio.» Bravo, Amaral! Assim já nos entendemos! Como era evidente, essa sua verborreia com que nos anda a azucarar sobre os «problemas de Lisboa» que «quer resolver» não passa de tanga eleicoeira. O que V. Excia, realmente, quer não é resolver «os problemas de Lisboa»... mas resolver os seus problemas e os do seu partido...

PONTOS NATURAIS

Mário Castro

Um valor chamado confiança

Em 1973, o dr. Francisco Balsemão convidou-me para subchefe de Redacção do *Expresso* que ainda não havia. Recusei, não por qualquer motivo especial, mas porque assumira antes um compromisso profissional que não me pareceu correcto deixar. A partir do 25 de Abril, fui para o «Avante!» e desde o convite em 1973 do dr. Balsemão para ir para o *Expresso* até ao convite que Helena Sanches Osório me fez o ano passado para escrever na *Capital*, durante todos esses anos, nenhum jornal, nenhuma rádio, nenhuma televisão me convidou para fazer fosse o que fosse.

Não tive momentos de desalento, tive momentos de desgosto.

Certa vez, o meu camarada Aboim Inglês teve um trocadilho que eu acho perfeitamente feliz: «Sou um marxista-leninista ortodoxo e por conseguinte, um marxista-leninista heterodoxo...» Nunca encontrei nas análises que moldaram a minha maneira de pensar, nomeadamente no marxismo, nada que me diga que não há derrotas, nada que me diga que isto é um encadeado sucessivo de vitórias.

Se eu disser que em França a esquerda ganhou, julgo que é uma evidência do tamanho do Himalaia. Agora que essa vitória se concretize numa política de esquerda, com um governo de esquerda, correspondendo a esta realidade saída do resultado eleitoral, já é outra questão.

Não faço parte, em nenhuma circunstância da minha vida, seja no político seja nos jornais daquele tipo de pai que, quando a criança teve dezoito na escola, diz: «o nosso filho teve dezoito» e quando partiu o jarrão da sala diz: «o teu filho...».

Há um valor básico de comunicação política entre uma organização política e os seus simpatizantes, apoiantes, os seus eleitores. É a confiança. O Partido Comunista é um espantoso caso de vitalidade do essencial desta mensagem. As pessoas podem não concordar, podem não subscrever, mas têm, em relação ao PCP, aos seus dirigentes, aos seus militantes, confiança.

Joga-se muito na perda da memória. O tipo de informação que a televisão dá é o de uma informação sem passado e frequentemente sem futuro. As notícias morrem em cada telejornal e uma intervenção prática e quotidiana isto ensina: é uma das grandes forças da direita. A direita nunca abdica da História.

Desde a reorganização do Partido, desde 1941 e 1949, o PCP nem contactos com o bloco socialista teve. Os

grandes princípios morais, éticos, políticos que o PCP tem e segundo os quais os seus militantes e dirigentes actuam tem fundamentalmente a ver com o trabalho que nós próprios fizemos e com a obra que nós próprios construímos e que, como se constata, sobreviveu à derrocada do campo socialista.

A Festa do «Avante!» não se faria se não houvesse jovens para a fazer.

(Extractos da entrevista a Ruben de Carvalho, na rubrica Falatório de Pedro Rolo Duarte)



AGENDA

Reunião de METALÚRGICOS COMUNISTAS DO DISTRITO DE LISBOA

Dia 19, das 18h30 às 21h, no CT Vitória

- A situação política e social
- O reforço e alargamento da influência do Partido
- A intervenção dos comunistas (células e organizações unitárias)



LISBOA

Sector da Saúde da ORL - Plenário no CT Vitória, segunda-feira, 16, às 17 e às 20 h.

Sector dos Transportes da ORL - Reunião do OD do Sector sobre a situação política e lutas em curso, com a participação do camarada **Carlos Grilo**: terça-feira, dia 17, às 19h, no CT Vitória.

Ameixoeira - Plenário de militantes para discussão e votação dos candidatos do PCP que integrarão a lista da Coligação Lisboa na freguesia: dia 14 às 16h, no CT do Lumiar.

Lumiar - Com idêntico objectivo, plenário de militantes da freguesia do Lumiar: dia 19, às 21h, no CT do Lumiar.

BARREIRO

Lavradio - Plenário de militantes sobre as eleições autárquicas e a situação política e social: sábado, 14, às 15h30, na Pluricoop (R. Grão Vasco).

CONDEIXA

Reunião da Comissão Concelhia sobre a eleições autárquicas (listas e programas eleitorais, campanha), situação política e tarefas do Partido actualmente em curso, designadamente Campanha dos 200 mil Contos, Jornada Nacional de Propaganda, Festa do Avante!: sexta, 13, às 21h30, na Sede de Campanha da CDU (Av. dos Combatentes da Grande Guerra, à Serrada).

SETÚBAL

Azeitão - Reunião de militantes da Freguesia de S. Lourenço, com a participação do camarada **Ruben de Carvalho**, cabeça de lista da CDU à CM de Setúbal: sexta-feira, 13, às 21h30, em casa do camarada Fernando Alves.

SINTRA

Terrugem - Plenário de militantes da freguesia: sexta-feira, 13, às 21h30, no Centro de Trabalho de S. João das Lampas, com a participação do camarada Jaime da Mata.

Quinta da Atalaia

Domingo, 15, a partir das 10h30

Almoço e convívio dos comunistas da Lisnave

(actuais e ex-trabalhadores da empresa) com a participação do camarada

Álvaro Cunhal

(inscrições até 12/6 no CT Concelhio de Almada - Tel. 2752777)



CDU é obra!

PCP-PEV



CDU apresenta candidatos

AMADORA

Apresentação do cabeça de lista da CDU à Assembleia Municipal, **Mário Ventura Henriques**: Espaço Delfim Guimarães (frente à estação da CP), hoje, dia 12, às 18h.

Apresentação do cabeça de lista da CDU à Freguesia da Buraca, **Fernando António Godinho**: Salão da JF, dia 14, às 16h.

CUBA

Convívio da CDU para apresentação do cabeça de lista à Câmara Municipal: dia 14, no Centro Cultural de Cuba, com actuação de grupos corais da região, às 18h, e intervenção política de **Luís Sá**, às 19h.

FERREIRA DO ZÊZERE

Almoço-convívio da CDU para apresentação dos candidatos à Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere: dia 14, às 13h, no Restaurante "Flor do Zêzere" (Informações: cam. Pedro Nunes, Tel. (01) 7936272).

OEIRAS

Apresentação do candidato da CDU à presidência da JF de Algés: dia 14, às 18h, no CT de Algés, com a presença de **Arnaldo Pereira**, candidato à presidência da CM de Oeiras.

OLHÃO

Apresentação dos primeiros candidatos da CDU aos Órgãos autárquicos do concelho: dia 16, às 22h, no Restaurante Flamingo, local onde imediatamente antes terá lugar um jantar-convívio.

S. PEDRO DA COVA

Jantar para apresentação do cabeça de lista da CDU à CM: dia 14, às 20h, na Escola C+S, com a participação de **Sérgio Teixeira**.

SETÚBAL

Almoço para apresentação dos candidatos à Freguesia do Sado: dia 15, às 20h, na Coop. de Habitação do Faralhão, com a participação de **Ruben de Carvalho**.

SINTRA

Apresentação do candidato da CDU à Freguesia de Belas, **Fernando Grave**: sexta-feira, 13, às 21h30, no Salão Polivalente da JF de Belas, com a presença de **Lino Paulo** e **Henrique de Sousa**.

VIEIRA DO MINHO

Apresentação do cabeça de lista à Câmara Municipal: dia 14, às 17h30, no Salão dos Bombeiros Voluntários, com a presença de **António Lopes**.

CASTELO BRANCO

Encontro Distrital da CDU

Dia 14, às 15h, no Auditório da Esc. Superior de Educação com a participação de **José Soeiro** (PCP) e **André Martins** (Os Verdes)

MORA

Encontro Concelhio da CDU: dia 14, a partir das 16h30, na Casa da Cultura.



COIMBRA

Debate sobre

A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

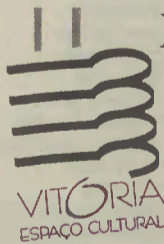
promovido pela Dir. do Ensino Superior da JCP com a participação de **Maria Ribeiro** e **Albano Nunes**: dia 14, às 15h30, no CT do PCP

ÁGUEDA

Debate sobre

IVG - Interrupção Voluntária da Gravidez

promovido pela JCP / Águeda com a participação de **Odete Santos**: dia 13, às 21h30, no Auditório da Caixa Agrícola



EXPOSIÇÃO

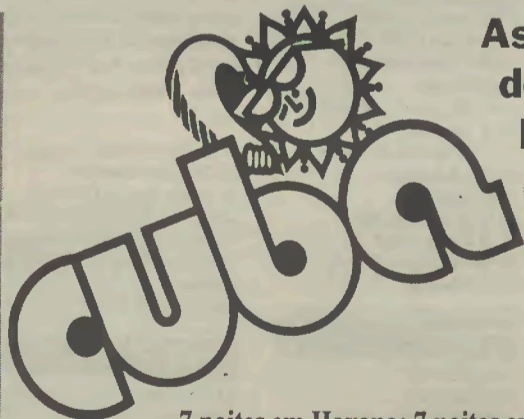
VENDA

de

ARTES

PLÁSTICAS

no Vitória/Espaço Cultural promovida pelo Sector Intelectual de Lisboa até 26 de Junho



Associação de Amizade Portugal-Cuba

As melhores viagens

VERÃO 97

7 noites em Havana; 7 noites em Varadero
Visita à cidade de Havana - Excursão de um dia a Pinar del Rio

Visitas de natureza social
Para informações e reservas:
Tel. / Fax 385 73 05

Música Urbana em Lisboa - O FADO -

Conferência de **Ruben de Carvalho** promovida pela Junta de Freguesia de Alcântara: quinta-feira, dia 19, às 21h30, no Auditório da Escola Superior de Polícia (Convento do Calvário - R. 1º de Maio, Alcântara)

TELEVISÃO

Quinta, 12

RTP 1

08.00 Piano Bar
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Alondra
14.30 Seleção RTP



Graham Green, que conquistou muita gente para o prazer de ler um romance, é o "grande escritor" desta semana na RTP2

15.30 Lelé e Zequinha
16.10 Carmen
17.10 Canal Aberto
18.00 100% Natural
19.00 País, País
19.40 País Regiões
20.00 Telegiornal
21.00 Filhos do Vento
21.45 Desfile das Marchas Populares de Lisboa
01.00 24 Horas
00.30 RTP/Financial Times
01.45 Magazine
02.15 No Calor da Noite
03.05 Desporto (Competições)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
16.40 86-60-86
17.05 Euronews
17.30 Infantil
19.15 Caderno Diário
19.30 Aventuras do Séc. XX
20.00 Agente Secreto
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Amigos por Acaso
22.00 Jornal 2
22.30 Os Amantes do Tejo
(de Henri Verneuil, Fr.1954, com Daniel Gélin, Françoise Arnoul, Trevor Howard, Amália Rodrigues. Ver Destaque)
00.20 Falatório

SIC

10.10 Buêré
11.30 As Receitas do Dia
11.55 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.10 Marchas Populares de Lisboa + Noivas de Sto. António
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.35 A Indomada
21.30 Big Show Sic Especial
00.50 Último Jornal
01.00 Escrita em Dia
02.10 Vibrações

TVI

11.05 Animação
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.30 Éramos Seis
16.20 O Barco do Amor
17.10 Esquadrão Classe A
18.10 Futebol: Argentina-Ecuador
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Conduta Indecente
(de William Bindley, EUA/1994, com Bonnie Bedelia, Billy Wirth, Lisa Blount, Will Patton. Drama)
24.00 Futebol: Peru-Uruguai
01.45 TVI Jornal
02.05 Fora de Jogo

Sexta, 13

RTP 1

08.00 Piano Bar
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 As Aventuras de Tarzan
14.35 Um Astronauta na Corte do



Rei Artur
(de Russ Mayberry, Gr.Br.1979, com Dennis Dugan, Jim Dale, Ron Moody. Comédia / Ficção Científica)
16.15 Isto Só Vídeo
17.00 Notícias
17.10 Canal Aberto
18.25 100% Natural
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telegiornal
20.50 Lições do Tonecas
21.25 Filhos do Vento
22.20 Concurso 1, 2, 3
00.30 24 Horas
01.15 Cadeia de Comando
(de Davis Worth, EUA/1993, com Michael Dudikoff, Todd Curtis, Karen Tighman. Espionagem)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
16.40 Anúncios de Graça
17.05 Euronews
17.30 Infantil
19.10 Caderno Diário
19.30 Aventuras do Século XX
19.55 Os Vingadores
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Carolina na Cidade
21.50 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.30 A Cidade Branca
(de Alain Tanner, Port./Suíça/1983, com Bruno Ganz, Teresa Madruga, Julia Vonderlinn, José Carvalho, Cecília Guimarães, Lídia Franco. Ver Destaque)
00.15 Falatório
01.10 Rumo ao Sul

SIC

10.15 Buêré
11.30 As Receitas do Dia
11.55 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.10 A Lei de Land
15.00 Shogun
16.00 Big Show Sic Especial
20.00 Jornal da Noite
20.50 Os Malucos do Riso
21.20 A Indomada
22.20 Confissões
23.15 Os Donos da Bola
01.25 Último Jornal
01.50 Um Homem de Sorte
03.00 Vibrações

TVI

11.05 Animação
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.30 Éramos Seis
16.20 O Barco do Amor
17.10 Esquadrão Classe A
18.10 Futebol: Bolívia-Venezuela
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Escape
(de Roger Donaldson, EUA/1994, com Alec Baldwin, Kim Basinger, Michael Madsen, Jennifer Tilly, Richard Farnworth, James Woods. Policial / Acção)
00.20 TVI Jornal
00.50 Fora de Jogo
01.30 Futebol: Brasil-Costa Rica

Sábado, 14

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
12.15 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Top +
14.40 Jornal Jovem
15.15 Alta Voltagem
15.55 Amores e Rebelião
16.50 2001
17.40 86-60-86
18.15 Super Bébés
18.50 Automobiliismo - GP do Canadá
19.15 Jet Set
20.00 Telegiornal
20.45 Há Horas Felizes
21.50 Meu Querido Avô
22.20 Lance Burton, o Mágico
23.15 Segredos da Escuridão
00.15 24 Horas
00.45 Jovens Médicos
Apaixonados
(de Garry Marshall, EUA/1982, com Michael McKean, Sean Young, Harry Dean Stanton. Comédia)
02.35 Crime em Família
(EUA/1995, com Kelly Martin, Kevin Dobson, Linda Kelsey, Ivan Sergei. Telefilme)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Sem Fronteiras
12.30 Vida por Vida
12.40 Prazer de Criar
13.10 Gente Remota - O Fim Oriental (I)
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
17.55 Sinais do Tempo
18.45 Onda Curta
(Impossível Corunha - de Francisco Ranai, Esp. - Curta-Metragem. DNA - Filme de Giorgio Valentini, It./1995. Curta-Metragem)
19.45 Foyer - «Hollywood Lovers»
21.00 Semana ao Sábado
22.00 O Lugar da História
22.55 A Insustentável Leveza do Ser
(de Philip Kaufman, EUA/1987, com Daniel Day-Lewis, Juliette Binoche, Lena Olin, Derek de Lint. Ver Destaque)
02.00 Pavarotti e Abbado em Ferrara (II)

SIC

08.30 Buêré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Tostões e Milhões
14.10 Cpsy Show
14.40 Hércules
15.30 A Sentinela
16.30 Walker
17.40 A Escalada
(de Clint Eastwood, EUA/1975, com Clint Eastwood, George Kennedy, Vonetta McGee, Jack Cassidy. «Thriller»)
20.00 Jornal da Noite
20.50 Mundo VIP
21.20 Salsa e Merengue
22.20 Big Show Sic



O Papel do Rei - que a RTP2 anuncia para a próxima quarta-feira - é a continuação de "Castelo de Cartas" e é outra série a não perder

01.40 Último Jornal
02.00 Mr. Estranhoamor
(de Stanley Kubrick, EUA/1964, com Peter Sellers, George C. Scott, Sterling Hayden, Keenan Wynn, Slim Pickens, James Earl Jones. Ver Destaque)
04.00 Portugal Radical

TVI

09.30 Animação
12.00 Novos Ventos
12.30 Notícias
12.50 Contra-Ataque
14.00 Futebol: México-Colômbia
16.00 Lar, Louco Lar
16.30 Competente e Descarada
17.00 O 3º Calhau a Contar do Sol
17.25 Estrelas de Hollywood
18.30 7 Ponto 15
19.25 Futebol (Liga Espanhola)
21.25 Telegiornal
22.00 Uma Família às Direitas
23.00 Futebol: Argentina-Chile
00.50 Eu te Acuso
(de Guy Magar, EUA/1990, com Leigh Lawson, Maggie Han, Robert Vaughn, Hector Elizondo. Policial)

Domingo, 15

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
12.20 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Made in Portugal
14.40 O Caminho das Estrelas
15.30 As Aventuras de Tarzan
16.25 Amores e Rebelião
17.20 Casa Cheia
17.55 Automobiliismo - GP do Canadá
20.00 Telegiornal
20.45 Contra-Informação (Compacto)
21.10 Casa de Artistas
22.25 Filhos do Vento
23.20 Domingo Desportivo
01.30 24 Horas
02.05 Polícia em Acção

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Quilómetro Zero
12.05 Jornal d'África
12.35 Máquinas
13.15 Desporto 2
18.00 Ala-Arriba!
(de Leão de Barros, Port./1942, com Pescadores da Póvoa do Varzim, Luís Pinto, Maria Olguim. Ver Destaque)
19.30 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras - «Grandes escritores do Séc. XX - Graham Green»
20.35 Alta Roda
21.30 Horizontes da Memória



Ficheiros Secretos esta sexta-feira em último episódio (dos que a TVI comprou...)

22.00 Teatro: "Continuum"
00.35 Vidas do Século: «De Gaule e a França» (II)

SIC

08.30 Buêré
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Internacional SIC
14.10 Assuntos de Família
15.00 Xena, a Princesa Guerreira
16.00 A Balada de Nova Iorque
17.00 Cidade Escaldante
18.10 Caçada Implacável
(de Peter Hunt, EUA/1981, com Charles Bronson, Lee Marvin, Angie Dickenson, Andrew Stevens. Aventuras)
20.00 Jornal da Noite
20.50 Toda a Verdade
21.50 Salsa e Merengue
22.50 O Anjo da Morte
(de Bill L. Norton, EUA/1990, com Jane Seymour, Gregory Harrison, Brian Bonsall, Peggy Rea. «Thriller»)
00.50 Último Jornal
01.25 Jô Soares
02.25 Portugal Radical

TVI

09.30 Animação
11.10 Missa
12.30 O 8º Dia
13.00 Notícias
13.20 Portugal Portugueses
14.30 É Urgente Salvar o Planeta
15.30 O Ano do Comte
(de Peter Yates, EUA/1992, com Penelope Ann Miller, Tim Daly, Ian Richardson, Louis Jourdan. Acção)
17.20 O Céu Como Horizonte
18.15 Os Mistérios de Bill Cosby
19.05 Desafios
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.25 Telegiornal
22.00 Especial Copa da América
22.30 Notícia Escaldante
23.00 Futebol: Bolívia-Peru

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Segunda, 16

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Guerra nas Alturas
(de Paul M. Glaser, EUA/1994, com Kevin Bacon, Charles Gitonga Maina, Yolanda Vasquez. Desporto)
15.10 Alondra
15.45 Carmen
17.10 Canal Aberto
18.25 Seleção RTP
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telegiornal
21.00 Nós, os Ricos
21.50 Filhos do Vento
22.30 Maria Elisa
24.00 24 Horas
00.45 No Calor da Noite
01.45 Horizontes da Memória

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
16.50 Sem Limites
17.15 Infantil
19.00 Universidade Aberta
19.30 Aventuras do Séc. XX
20.00 O Agente Secreto
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Murphy Brown
22.00 Jornal 2
22.30 Os Comandos da Morte
(de Franklin J. Schaffner, EUA/1978, com Gregory Peck,

Terça, 17

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Amy
(de Vicent McEveety, EUA/1981, com Jenny Agutter, Barry Newman, Kathleen Nolan, Chris Robinson, Lou Fant, Margaret O'Brian. Ver Destaque)
14.55 Alondra
15.50 Carmen
17.10 Canal Aberto
18.00 Seleção RTP
18.30 Jet 7
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telegiornal
20.55 Isto Só Vídeo
21.35 Filhos do Vento
22.25 Herman Enciclopédia
23.30 Anúncios de Graça
00.05 24 Horas
00.45 No Calor da Noite
01.45 Grandes Nomes

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
16.40 2001
17.15 Infantil
19.00 Rotações



"Gente Remota" - uma excelente série que regressa

19.30 Aventuras do Séc. XX
20.05 O Santo
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Crimes Verdadeiros
22.00 Jornal 2
22.30 A Ilha do Dr. Moreau
(de Don Taylor, EUA/1977, com Burt Lancaster, Michael York, Nigel Davenport. Ver Destaque)
00.15 Falatório

SIC

10.10 Buêré
11.30 As Receitas do Dia
11.55 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.10 A Lei de Land
15.00 Shogun
16.00 Buêré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.50 A Indomada
21.55 Paródia Nacional
23.15 Esta Semana
00.20 Último Jornal
00.45 Primeiros Anos
01.55 Vibrações

TVI

11.05 Animação
12.40 Cassandra
13.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.30 Éramos Seis
16.20 O Barco do Amor
17.10 Esquadrão Classe A
18.10 Futebol: Brasil-México
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Estranho Desaparecimento de Vonnie
(de Graeme Campbell, EUA/1994, com Ann Jillian, Joe Penny. Drama)
24.00 Futebol: Chile-Ecuador
01.50 TVI Jornal
02.10 Fora de Jogo

Quarta, 18

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Nas Asas da Imaginação
(de Nick Castle, EUA/1986, com Lucy Deakins, Jay Underwood, Bonnie Bedelia, Fred Savage. Fantástico)
15.10 Alondra
16.00 Carmen
17.00 Notícias
17.10 Canal Aberto
18.25 Seleção RTP
19.00 País País
19.30 Totobola
19.40 País Regiões
20.00 Telegiornal
20.55 Lelé e Zequinha
21.30 Filhos do Vento
22.25 Enviado Especial
23.15 Madonna, Corpo de Delito
(Filme de Uli Edel, EUA/1993, com Madonna, Willem Dafoe, Joe Mantegna, Anne Archer. Drama)
01.00 24 Horas
01.45 No Calor da Noite
02.45 Bom Bordo

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório



16.40 100+
17.30 Infantil
19.30 Aventuras do Séc. XX
20.00 Castelo de Cartas
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.30 A Mosca
(de Kurt Neumann, EUA/1958, com Al Hedison, Patricia Owens, Vincent Price, Herbert Marshall, Kathleen Freeman. Ver Destaque)
00.55 Falatório

SIC

10.10 Buêré
11.30 As Receitas do Dia
11.55 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.10 A Lei de Land
15.00 Shogun
16.00 Buêré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.50 A Indomada
22.00 Cantigas da Rua
22.15 Casos de Polícia
00.25 Último Jornal
00.50 Noite da Má-lingua
02.10 Vibrações

TVI

11.05 Animação
12.40 Cassandra
13.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.30 Éramos Seis
16.20 O Barco do Amor
17.10 Esquadrão Classe A
18.10 Futebol: Argentina-Paraguai
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
21.50 Noite na Cidade
(de Irwin Winkler, EUA/1992, com Robert De Niro, Jessica Lange, Cliff Gorman, Jack Warden. Drama)
00.20 Futebol: Peru-Venezuela
02.10 TVI Jornal

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Os Amantes do Tejo

(Quinta, 22.30, RTP2)

Afinal, o filme do mesmo nome que foi transmitido pela RTP 2 anteriormente era uma segunda e mais actual versão deste primitivo original de Henri Verneuil realizado nos anos 50 - um engano que foi motivado pelo facto de nem sempre a RTP ser clara (e muito menos pontual) no envio de informações sobre a vaguíssima e incompletíssima programação mensal que costuma enviar para a imprensa e a qual, agora (cúmulo dos cúmulos) até já vem só com a indicação dos títulos originais, portanto sem o título português! Daí, o lapso involuntário da edição da semana passada, aproveitando agora para voltar a recordar tratar-se de uma história envolta em ciúme e crime e protagonizada por um antigo resistente - Daniel Gélin - que mata a mulher que o traiu e mais tarde se refugia na capital portuguesa. Uma Lisboa onde encontra Françoise Arnoul, a mulher que se torna sua amante, com as praias e o Tejo em fundo, e um inspector da polícia - Trevor Howard - a estragar-lhes a paixão. Tudo numa intriga bem urdida em que ainda vemos e ouvimos Amália, a cantar melhor que nunca.



Juliette Binoche, intérprete principal de «A Insustentável Leveza do Ser», de Phillip Kaufman

A Cidade Branca

(Sexta, 22.30, RTP2)

O mecânico de um navio estrangeiro em escala por Lisboa (Bruno Ganz), decide abandonar o seu posto. E põe-se a caminhar pelas ruas da nossa capital, filmando ao acaso com uma câmara de super-8. Hospedado num pequeno hotel, tem uma ligação com uma das empregadas (Teresa Madruga), embora sem deixar de amar a sua mulher que ficara na Suíça. Mas, de súbito, tudo parece desabar sobre o nosso «herói», com acontecimentos a suceder-se em cadeia... Como bem observa Claude Bouniqu-Mercier, este filme pode ser visto «sob o signo da dualidade. Duas mulheres, duas cidades, duas técnicas (35 mm e super 8 mm). Tanner, através da personagem de Paul, parece encenar-se a si próprio. Ele está numa encruzilhada e procura uma nova via para orientar a sua obra». Um filme belíssimo, com um original olhar sobre Lisboa de Alain Tanner, um dos melhores realizadores modernos europeus.

A Insubstituível Leveza do Ser

(Sábado, 22.55, RTP2)

O enredo tem lugar na capital da ex-Checoslováquia, durante a chamada «Primavera de Praga». Tomás, um cirurgião, gosta da sua profissão e ama as mulheres, acabando no entanto por se apaixonar por Teresa e casar com ela, independentemente de ter uma ligação com a sua amante Sabina. Depois de terem fugido para a Suíça, Teresa decide regressar a Praga. Tomás junta-se a ela, mas a sua conduta continua a irritá-la cada vez mais. Finalmente, decidem partir para o campo, acabando por morrer num acidente. O argumento de Jean-Claude Carrière respeita o essencial do romance original de Kundera, o seu profundo erotismo, a sua visão e interpretação dos acontecimentos políticos na Checoslováquia de então. Quanto a Phillip Kaufman, o realizador, com uma encenação elaborada (e alguns momentos decepcionantes, em particular nas seqüências da Suíça) revela-se, em geral, à altura dos aconteci-

mentos. O resto, é uma questão de gosto. E de opinião.

Dr. Estranho-
amor

(Sábado, 02.00, SIC)

Convencido de que uma maquinação comunista está a ser tramada, um general americano decide «carregar no botão» e lançar um ataque de bombardeiros B52 sobre a União Soviética, cortando todas as comunicações com a base. Para tentar impedir o impensável, o presidente dos EUA ordena um ataque à base, enquanto um outro oficial superior recupera o código secreto do lançamento e ordena o regresso dos bombardeiros. Só que um dos seus comandantes, mascarado tabaco e de chapéu à cowboy na cabeça, não acata a ordem e continua a encaminhar-se perigosamente para o alvo. Os soviéticos ameaçam retaliar, o telefone vermelho não pára. O presidente consulta um antigo especialista nazi em balística, o qual discorre (não sem algum gozo pessoal...) sobre as terríveis consequências da catástrofe! Mas o B52 chega ao destino e a primeira bomba atómica começa a cair levando em cima, a cavalo, o comandante-cowboy e provocando numerosos cogumelos ao som da voz de Vera Lynn... Dr. Estranhoamor, que esteve longo tempo proibido entre nós pela censura fascista (pudera!), é uma poderosa alegoria pacifista - neste caso, muito superior à versão que Sidney Lumet realizou a partir do mesmo livro - ou seja, uma fabulosa obra-prima de Stanley Kubrick, absolutamente delirante, com cenas e seqüências de antologia e espantosas interpretações de Peter Sellers (em três papéis diferentes!) e George C. Scott, entre muitos outros actores de primeiro plano. Se ainda não viu - e como o filme é transmitido às duas da matina para que ninguém o veja (uma nova forma de censura, esta provocada pela guerra de audiências) - não se esqueça de deixar o gravador programado!



George C. Scott e Peter Sellers (aqui na personagem do Presidente dos EUA), em «Dr. Estranhoamor», uma obra-prima de Stanley Kubrick

que, com Maria do Mar ou A Severa, As Pupilas do Senhor Reitor ou Bocage, Inês de Castro ou Vendaval Maravilhoso, coabitam com curtas-metragens como Legião Portuguesa, Mocidade Portuguesa e tantas outras encomendas na mesma linha. Este filme foi realizado com a participação de actores amadores e pescadores da Póvoa do Varzim - e é o retrato, bem localizado no tempo, da imagem que o ditadura fascista queria que nós tivéssemos do «sofredor», «ingénuo» e «bom povo português»...

Os Comandos da Morte

(Segunda, 22.30, RTP2)

Em tempos de discussão sobre a clonagem, este filme vem de certo modo a propósito, mas infelizmente não deve ser tomado a sério, tão primário, especulativo e desajeitado é o seu argumento. Acontece que o sinistro Dr. Mengele, responsável por terríveis experiências científicas na Ale-

manha nazi, refugia-se no Paraguai onde prossegue essas experiências começadas em Auschwitz. E eis que tivera uma ideia extremamente «interessante»: através da clonagem em 99 mulheres alemãs, ele pretendia fazer nascer 99 pequeninos Hitlerzinhos! Quem lhe dá caça - e acaba por desmascarar os terríveis planos - é o Dr. Lieberman, eficaz caçador de nazis (que não podemos deixar de associar ao célebre Simon Wiesenthal). Mas convenhamos que é difícil, para não dizer impossível, imaginar como um actor soft do estilo Gregory Peck alguma vez poderia personificar o Dr. Mengele. Este erro de casting, para além da (apesar de tudo!) inverossimilhança e absurdo da história, contribui para alguma noção de ridículo que se desprende do filme. Mas a interpretação de Laurence Olivier no papel do Dr. Lieberman é modelar e só por isso vale a pena ver o filme, sem esconder que o ritmo infernal e a eficácia

narrativa de Franklin J. Schaffner, o realizador, também contribui para que não arredemos os olhos do écran.

A Ilha do Dr. Moreau

(Terça, 22.30, RTP2)

Vítima de um naufrágio, Braddock chega a uma ilha na qual vive um tal Dr. Moreau, onde é acolhido. Apesar da proibição de se aventurar pelo interior da floresta, ele contraria o estipulado e acaba por deparar com estranhas criaturas - meias-homem, meias-animal - produto das experiências de Moreau. Estupefacto, Braddock tenta fugir da ilha na companhia da bela Maria, que vivia sob o tecto de Moreau, mas é apanhado pelo cientista que pretende submetê-lo às terríveis experiências. Mas eis que os monstros se revoltam, matam Moreau e incendeiam o laboratório... Sem chegar aos calcanhares da primeira adaptação ao cinema do romance de Welles (realizada em 1932 por Eric Kenton, com um fabuloso Charles Laughton no principal papel, aqui substituído por Burt Lancaster), esta versão não deixa de ser extremamente bem realizada e é, sem dúvida, bem mais aterrorizadora...

A Mosca

(Quarta, 22.30, RTP2)

Se a absurda falta de credibilidade patente nesta ficção científica da série B (como em quase todas as que, nos anos 50, exploravam o género) não excedesse, como excede, os limites do «razoável», esta versão de A Mosca seria altamente desaconselhável aos que sofrem dos nervos e costumam impressionar-se com os filmes sobre mutantes. Mas que dizer, então, desta história em que um cientista, experimentando uma máquina de desintegração, se transforma em uma minúscula mosca? De rir até às lágrimas, por exemplo, é a cena em que a mosca, com voz fininha, grita Help me! Help me! O argumento original já deu pano para mangas, com algumas sequelas bem mais sérias e horripilantes, entre as quais a de David Cronenberg (1986) que, como não poderia deixar de ser, se sentiu como peixe na água.

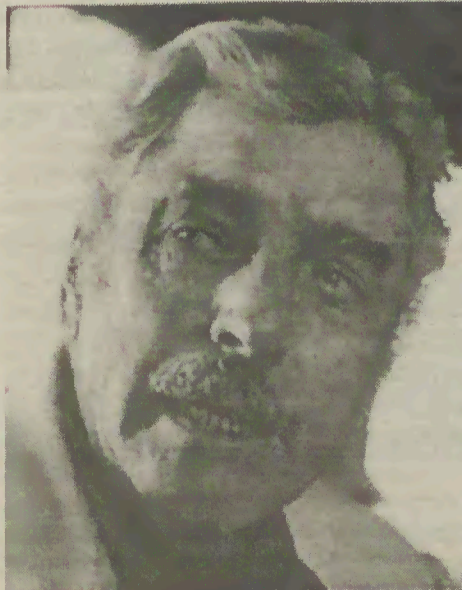


Laurence Olivier e Gregory peck, numa cena violenta de «Os Comandos da Morte», de Franklin J. Schaffner

Ala-Arriba!

(Domingo, 18.00, RTP2)

Jornalista, pintor, autor e cenografista teatral, realizador de cinema e «encenador» de festejos históricos à maneira do Estado Novo (como, entre muitos outros, a Exposição Centenária ou a Exposição do Mundo Português) ou de faustosas recepções que o regime fascista proporcionou a estadistas estrangeiros (como Franco ou Isabel II), Leitão de Barros foi, objectivamente, um dos mais destacados e multifacetados vultos culturais da sua geração e do seu tempo. Ala-Arriba! é uma das longas-metragens



Burt Lancaster e Michael York, intérpretes principais de «A Ilha do Dr. Moreau», de Don Taylor

Apontamentos em tempo de feriados

A época que atravessamos, com a incidência de datas festivas a provocar alterações na data de fecho do jornal, não deixa de contribuir para uma certa «desregulação» em termos de acompanhamento crítico da televisão, sobretudo para quem não é muito organizado como acontece com este escriba - justificação que aqui invoco para esclarecer a opção pela abordagem, na crónica de hoje, de assuntos e temas porventura de menor actualidade. Ou será que não é bem assim?

O facto é que, apesar de tudo, não foi há muito tempo que ocorreram as eleições legislativas em França e é acerca delas - e, sobretudo, a propósito da sua cobertura por televisões nacionais e estrangeiras ou de coisas soltas que puderam ser ouvidas pela rádio ou, mesmo, de alguns sinais detectados na imprensa escrita - que gostaria, em particular, de hoje aqui voltar a falar-vos.

Exemplos para meditar

Uma primeira constatação que, para já, deve ser feita e certamente pôde ser partilhada por quem seguiu estratégia idêntica à minha - ou seja, não ficar apenas submetido ao *zapping* pelos telejornais das televisões portuguesas mas aproveitar também para ir seguindo as «maratonas eleitorais» dos canais franceses acessíveis via cabo ou satélite e, até, de outros canais estrangeiros especializados tematicamente em informação e naturalmente interessados no acompanhamento das eleições num país com o peso que tem a França - essa primeira constatação, dizia, não pode deixar de ser a seguinte: embora partindo aparentemente dos mesmos pressupostos de cobertura e optando por modelos de emissão em muitos aspectos idênticos aos que são por cá adoptados e imitados, o facto é que lá por fora as coisas se passam de forma bem diferente em matéria de «critérios jornalísticos» e ainda no que se refere ao rigor quanto às chamadas sondagens «à boca das urnas», à correcta leitura e interpretação do sentido das votações e à consideração pluralista e democrática do posicionamento relativo e das opiniões dos vários partidos concorrentes, independentemente dos resultados alcançados por cada um.

Quer dizer: não apenas, no primeiro caso, se não tentam arranjar explicações e alibis para justificar eventuais desajustes, mesmo que ínfimos, entre essas projecções e os resultados reais oficialmente apurados ao fim da noite (coisa a que, por cá, estamos infelizmente pouco habituados) como, no segundo caso, se não sente uma ditatorial hierarquização nas prioridades das reportagens a partir das sedes dos partidos, entendida exclusivamente em função de uma qualquer preferência partidária dos editores de serviço e independentemente dos resultados em si. Precisamente por essa razão, se não assiste como aqui às abruptas e constantes interrupções das declarações de dirigentes políticos ou das conferências de imprensa de partidos com menor votação para ligar às sedes de outros partidos conjuntamente com maior expressão eleitoral ou, quando muito, tem-se o cuidado de regressar àqueles nos casos em que é em absoluto impossível deixar de fazer as interrupções.

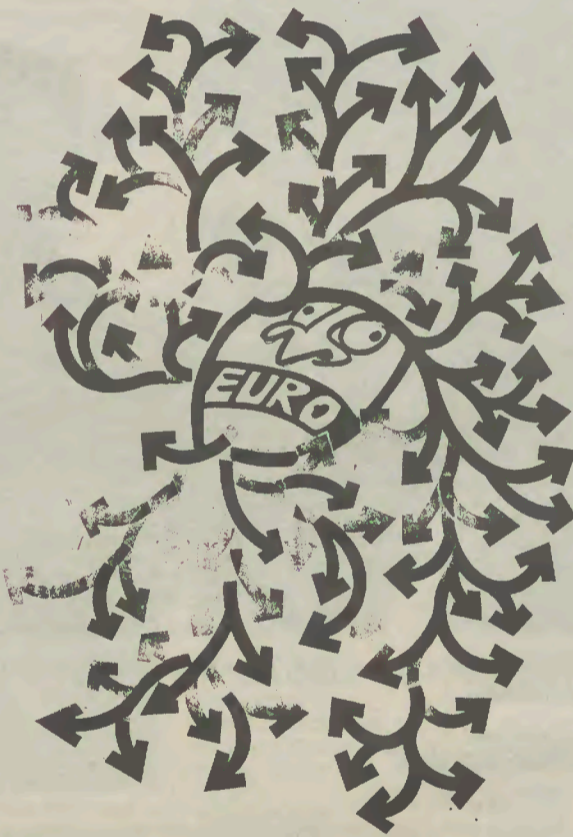
Por outro lado, existe claramente o cuidado de respeitar o pluralismo dos convidados partidários em estúdio, quer em termos de representatividade quer quanto aos respectivos tempos de intervenção ou mesmo à ausência por parte dos entrevistadores de interrupções e desvios, quantas vezes provocatórios, em direcção a problemas supérfluos e laterais; e também não se faz essa coisa absurda que é ter em estúdio analistas distribuídos pelas várias sensibilidades políticas (que digo eu? pelas duas sensibilidades políticas sempre dominantes que se pretende fazer crer como sendo as únicas capazes de constituir maiorias e em alternância formar governo), antes se procura garantir a independência ou o mais amplo pluralismo em termos de opinião política. Ou seja: como é óbvio, depreende-se desta orientação informativa e destes critérios jornalísticos que a defesa dos pontos de vista «políticos» deve competir aos «políticos» e não aos «comentadores» ou «analistas» - e assim se evita a justaposição ou multiplicação arbitrária (e contrária à realidade do mapa político do país) de, no máximo, duas correntes de opinião, ainda por cima só aparentemente diferentes em matérias essenciais.

Por último - e quando se tratou, no meu caso, de me deter nas emissões dos canais franceses, em geral caracterizados em épocas não eleitorais por um anticomunismo latente por vezes tão primário como o que grassa entre nós nos *media* de idêntica capacidade de penetração - foi significativo constatar que, face aos resultados eleitorais indesmentíveis, se não tentou esconder de forma patética (e pateta!), sempre susceptível de vir a ser desmentida pelos resultados oficiais uma ou duas horas depois, que

os comunistas franceses (um exemplo que vem a talhe de foice) haviam obtido uma votação cujas consequências seria impossível (e impensável) disfarçar quanto à sua indispensabilidade para constituir um governo de maioria estável e inteiramente correspondente à «mudança de política» que a votação do povo francês de forma tão clara acabava de manifestar. Isto, independentemente de ainda não ser conhecida a decisão - da exclusiva responsabilidade dos mesmos comunistas franceses - de virem ou não a fazer traduzir essa tendência na decisão de participar num tal governo. Mas o que mais interessa sublinhar é que jamais esteve em causa para os políticos e comentadores presentes nas televisões francesas, essa coisa tão «natural» em democracia que é a de fazer corresponder a formação de um governo aos resultados quantitativos dos votos metidos nas urnas e à tendência qualitativa, portanto política, traduzida nos correspondentes e efectivos desejos de mudança.

Os desejos e a realidade

Vem isto, além do mais, a propósito do que se passou entre nós naquela mesma noite e na manhã seguinte em termos de informação - e que constituiu a repetição absurda dos mesmos e esta-



fados processos de manipulação praticados pelos grandes meios de comunicação portugueses em semelhantes ocasiões de eleições portuguesas, num flagrante desrespeito pela inteligência dos cidadãos e operando a transposição automática e patética de uma constante e continuada forma de agir, analisar e opinar, mas agora fazendo-o em relação a uma outra realidade, com diferentes contornos, desde logo a começar pela própria postura (pelo menos prévia e publicamente assumida) de dois dos principais partidos concorrentes - como é o caso do «documento comum» assinado por socialistas e comunistas antes da segunda volta das eleições - sem esquecer outras decisivas condicionantes como são o estado de maturidade da opinião pública francesa e as consequentes prática política e credibilidade informativa.

Por isso não deixou de se revelar como um sintoma de pura incompetência - para já não dizer incontinente e insolente abuso de uma velhíssima terminologia - constatar, por exemplo, que uma das «enviadas especiais» da RTP a Paris terá referido, a certa altura, numa das suas intervenções em directo, um certo sentimento de... «alívio» pela circunstância de que não deveriam ser necessários os comunistas para Jospin formar governo!

Por isso, foi impossível não sorrir ao ouvir-se o ministro «socialista» António Vitorino emitir ao jornalista Sena Santos, seu interlocutor na noite informativa da RDP - Antena 1 (e cito de cor a ideia fundamental subjacente a essas declarações), a opinião

de que «uma coisa é o que se diz a quente, em campanha eleitoral, outra coisa é o que a realidade de governar impõe», isto a propósito das «promessas eleitorais» dos socialistas franceses!

Por isso, é absolutamente dramático, para não dizer desprestigante, que o director de um jornal com a importância e expansão do «Diário de Notícias» se tenha deixado envolver no acto falhado de ejaculação precoce que não pode deixar de significar um dos títulos da sua edição de segunda-feira, 2 de Junho: «Esquerda não comunista ganha»!

Por isso, e face às indesmentíveis realidades dos resultados apurados na véspera à noite - os quais, no caso dos comunistas, indicavam uma subida de deputados na ordem de mais 50%! -, não pôde deixar de se assistir com vergonha, tendo em conta a independência que deveria prestigiar uma classe tão nobre como a dos jornalistas, ao recuo cobarde de Sena Santos aos mesmos microfones da RDP - Antena 1 quando, na manhã seguinte, face aos resultados definitivos e suas previsíveis consequências políticas, se referiu ao facto de estes comunistas franceses serem... «menos stalinistas», o que não deixa de ser uma outra forma, quicá mais pitoresca, de dizer o mesmo que, também a uma rádio afirmara dias antes um animal político experiente como Mário Soares, capaz de se anteciper a todas as possibilidades: que os comunistas franceses se haviam... «reciclado»! Cá está: quando o exemplo vem de cima...

A realidade e os desejos

Mas o mais espantoso estava para acontecer. É que, também no dia seguinte, no meio da abusiva associação e identificação entre o recente desvio de agulha verificada em Inglaterra com a vitória do «novo trabalhismo» e a mais fresca viragem política em França com a vitória da esquerda no seu conjunto, o primeiro-ministro e secretário-geral do PS, António Guterres, ao ser confrontado com a questão de vir a ser porventura necessária a consideração de uma maior tendência para o «social» em matéria de estratégia das políticas europeias que os resultados destas eleições francesas poderiam em teoria potenciar, teve a suprema lata de responder ao *Telejornal* da RTP 1: «Há muito tempo que venho travando um combate, muitas vezes sozinho...» quanto àquela necessidade, assim escamoteando o facto de os responsáveis governamentais europeus, colegas de Sua Excelência e fautores de uma política neoliberal de sentido inverso, maioritariamente pertencerem à sua família política ou afim!

E já que vos falo em estratégias europeias, como não sorrir ao assistir ao espectáculo do «diz tu, direi eu» que têm constituído as sucessivas afirmações, desmentidos e contradições em que temos visto nas televisões caírem destacadas personalidades e instituições políticas e financeiras europeias em matéria de cumprimento ou amaciamento dos «critérios de Maastricht» ou de adesão à «moeda única»? E que me dizem às curtíssimas linhas, escondidas, envergonhadas, a um canto da página, que a decisão tomada pela Suécia de não aderir a essa «moeda única» suscitou na imprensa portuguesa? E como explicar que um dos telejornais que me passaram sob os olhos apenas tenha dedicado uns míseros 15 segundos (sem som) à reticente intervenção sobre esta matéria há dias proferida por Tony Blair na Câmara dos Comuns?

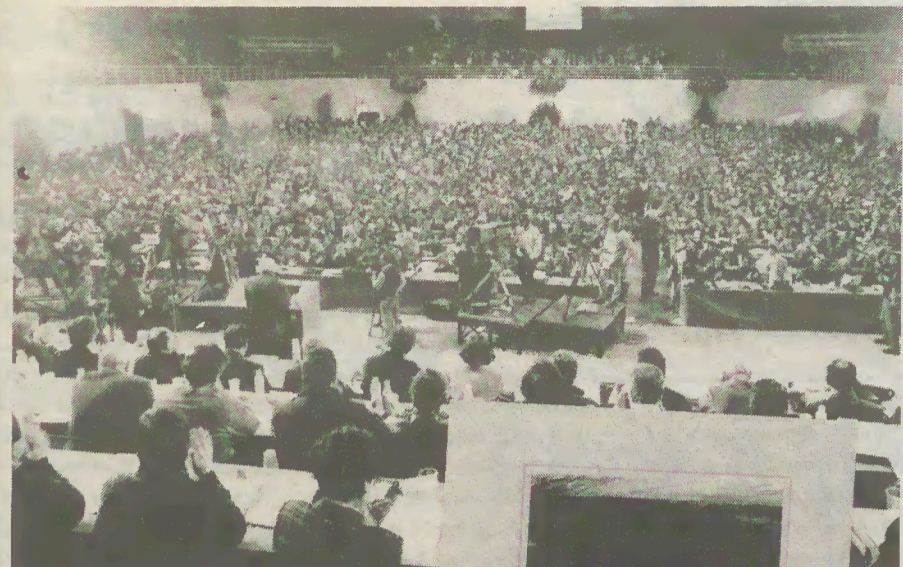
O problema é que se, na primeira parte desta crónica e em termos de comunicação social, a questão se prendia e prende com a inaceitável prática de muitos jornalistas e comentadores ao tomarem os seus desejos por realidades, já nesta segunda parte o que esteve e está subjacente é algo de mais palpável e que releva já da esfera económica, social e política: os desejos do grande Capital, traduzidos nas estratégias dos políticos seus servidores, acabam por esbarrar, às vezes mais cedo do que tarde, em realidades incontornáveis, a menor das quais não é certamente a vontade dos povos.

A este propósito - e jamais ousando fazer futurologia -, aqui vos deixo a conjugação de um novo verbo para começarem a tentar decorar neste descontraído tempo de feriados:

*Eu euro
Tu euras
Ele eura
Nós euramos
Vós eurais
Eles euram.*

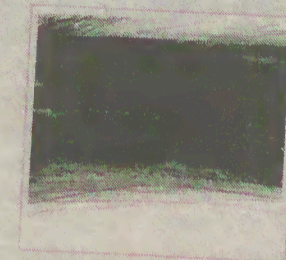
Como estão mesmo a ver, este «presente do indicativo» está um pouco diferente do «pretérito (que já era) imperfeito». Quanto ao «futuro», sem dúvida que ele se revela muito mais «condicional»...

ESCAPARATE



O livro do XV Congresso

Um Congresso do Partido é sempre um momento alto da sua vida. Para aqueles milhares de comunistas que nele participam ou que a ele assistem, o Congresso constitui certamente uma referência importante nas suas vidas de militantes. Mas a reunião magna dos comunistas não fica a ser apenas uma memória com que se convive, antes se traduz num conjunto de reflexões que se fizeram e de decisões que se tomaram. Na altura própria, os militantes - e tantos outros portugueses - dispuseram, nomeadamente através do nosso jornal, de vasta informação sobre o XV Congresso, realizado no Porto nos dias 6, 7 e 8 de Dezembro do ano passado. Para além das reportagens, foram publicadas as principais intervenções e resoluções ali aprovadas. Tudo isso, organizado de forma sistemática - e desta vez exaustiva - se encontra agora em livro, que as edições "Avante!" acabam de publicar e se encontra em distribuição por todo o País. Um livro que, além de memória, é um precioso instrumento de estudo. Ali se podem encontrar as diversas decisões aprovadas - desde os órgãos eleitos pelo Congresso ao seu Regulamento. As intervenções abrem com a saudação de Emídio Ribeiro, a que se segue os discursos do Secretário geral, Carlos Carvalhas, e do Presidente do Conselho Nacional, Álvaro Cunhal. Intervenções de sectores de actividade central do Partido, intervenções de Direcções Regionais e de delegados constituem o grosso do volume. Relatórios e documentos, saudações de delegações estrangeiras, o discurso de encerramento de Carlos Carvalhas e, depois, os Estatutos do PCP com as emendas aprovadas no Congresso e a Resolução Política - constituem parte substancial do livro, que ainda publica as moções aprovadas, as saudações recebidas, e a composição do Comité Central e dos seus organismos executivos por este eleitos.



XV CONGRESSO PCP
UM PARTIDO MAIS FORTE
NOVO RUMO PARA PORTUGAL

FESTIVAL

Matosinhos em Jazz'97

Na continuação de uma actividade regular de divulgação e prática desta música - como tem sido a iniciativa «O Jazz Desce à Cidade», com a dinamização mensal de dois clubes locais, como o «Héritage Café» e o B Flat - nasce agora em Matosinhos mais um festival de Jazz nacional. A primeira edição, sobretudo dedicada ao piano, a qual decorrerá já a partir da próxima 4ª feira, entre 18 e 22 do corrente, tem um cartaz aliciante com concertos pelo Quarteto de Mário Laginha (18), Abdulah Ibrahim (Dollar Brand), a solo (19), o Trio de Paul Bley, com George Mraz e Al Foster (20), o quarteto de Geri Allen e Wallace Roney (21) e o sexteto de Muhal Richard Abram (22), sendo os últimos quatro realizados no Auditório da Exponor e o concerto inaugural no Salão Nobre

Geri Allen e Muhal Richard Abrams



da Câmara Municipal de Matosinhos, todos às 22 horas. Importantes são, também, as actividades paralelas, com as actuações diárias, naqueles dois clubes locais, de trios de pianistas portugueses de Jazz - como os de Paulo Gomes, Pedro Guedes, Carlos Azevedo e Manuel Beleza antecedidas de projecções de vídeo com a participação de pianistas históricos norte-americanos - e da Carey Bell Harp Blues Band.

CLASSICA



Georg Friedrich Haendel (1685/1759)

Oratória em S. Carlos

Está a ser aguardada com grande expectativa a primeira audição no nosso país da Oratória em três actos «Sansão», de Georg Fridrich Haendel, que subirá à cena no Teatro Nacional de S. Carlos na próxima 2ª feira 16, às 20.30 horas. Numa produção do S. Carlos, a interpretação estará a cargo dos grupos «The Sixteen» e «Symphony of Harmony and Invention», sob a direcção musical de Harry Christophers, sendo os intérpretes dos principais papéis os seguintes: Lynda Russell (Dalila), Catherine Wyn-Rogers (Micah), Thomas Randle (Sansão), Matthew Vine (Mensageiro), Michael George (Manoa) e Jonathan Best (Haramita).

Homenagem a Korngold e Schubert

Outra hipótese de ouvir boa música (se os bilhetes ainda disponíveis no S. Carlos forem dos mais caros ou se estiverem mesmo esgotados) será, na mesma noite, o concerto de homenagem a dois compositores - Erich Korngold e Franz Schubert - a propósito dos seus 100º e 200º aniversários do nascimento, respectivamente. O local será o Grande Auditório do Centro Cultural de Belém (às 21.30), sendo na primeira parte executados a Abertura «A Harpa Mágica» D 644 de Schubert e o Concerto para Violino e Orquestra op. 35 de Korngold e, na segunda parte, a Sinfonia nº 1 em Ré Maior D. 83 de Schubert. Como intérpretes teremos a orquestra Sinfonietta de Lisboa (sob a direcção de Vasco Pearce de Azevedo) com o solista em violino Peter Devries.

TEATRO

Goldoni na Malaposta

De amanhã até 2ª feira, às 21.30, a AMASCULTURA recebe no Centro Cultural Malaposta o «Exercício Final» dos alunos dos Cursos de Teatro, Formação de Actores e Realização Plástica do Espectáculo do Departamento de Teatro da Escola Superior de Teatro e Cinema (Lisboa) do ano lectivo 1996/97. Será apresentada a peça «Zaragata em Chioggia», do dramaturgo italiano Carlo Goldoni, sob a orientação do professor José Peixoto. Participam no espectáculo os alunos Adelina Braga, Alexandra Freudenthal, Ana Brígida, Bruno Bravo, Carla Alves, Catarina Matos, Elvino Camacho, João Lobo, João Pedreiro, Margarida Cardeal, Mário Redondo, Nino Silva e Ricardo Amaro. A cenografia e os figurinos são de Filipa Araújo, Lúcia Ferreira e Nuno Lopes com a coordenação da professora Helena Reis. A entrada é livre.

Teatro de Moçambique

Também na Malaposta, mas agora nos dias 17 e 18, será a vez de se apresentar (depois dos êxitos alcançados na Culturgest e no FITEI do Porto) a Companhia de Teatro de Moçambique - GUNGU que apresentará o seu espectáculo mais recente: a peça «Deputado, Precisa-se!», da autoria de Gilberto Mendes.

FESTAS

... o barulho das luzes!

Das iniciativas de rua mais aguardadas neste início das «Festas de Lisboa» serão as noites de «Mega Dance», amanhã e depois (13 e 14) até de madrugada, subordinadas ao sugestivo lema «Venha ver o barulho das luzes» e que decorrerão no Passeio Marítimo de Alcântara (em Lisboa). Estarão em actividade, fazendo «abanar o capacete» à malta nova, alguns dos maiores disk jockeys nacionais e internacionais, como por exemplo, na primeira noite, Richie Hawtin (PlastikMan, Can.), Jeff Mills (EUA), Dj Jiggy, Model 9000, Dj Frank, Paul Jays e Mc Johnny Def; e, na segunda noite, Roger Sanchez (EUA), Fila Brazillia (Gr.Br.), Kruder & Dorfmeister (Áustria), Dj Vibe, Tó Ricciardi, Ruí Vargas e Mc Johnny Def. Oxalá o tempo ajude!



FOTOGRAFIA

Duas formas de vida

Há anos radicada na Holanda, Júlia Ventura é agora convidada pelo CCB a apresentar entre nós uma série de trabalhos fotográficos subordinados ao tema «Two Ways of Life», na generalidade obras desconhecidas entre nós mas já expostas com frequência no estrangeiro. De acordo com o programa da exposição, a apresentação destes trabalhos «permite levantar um conjunto de questões fundamentais centradas no trabalho crítico sobre a representação e as ficções da identidade». A mostra foi inaugurada em 6 deste mês e estará patente ao público até 31 de Agosto na Galeria das Naus.

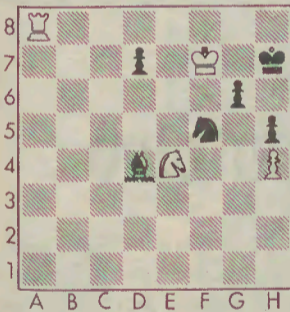


«Sem Título» (1984), de Júlia Ventura

XADREZ

DCXIV - 12 DE JUNHO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X23
Por: ALEXANDR DMITRIEVITCH PETROV
Ilustração, 1845

Pr.: [6]: Ps. d7, g6, h5 - Cf5 - Bd4 - Rh7
Br.: [4]: Ph4 - C64 - Ta8 - Rf7



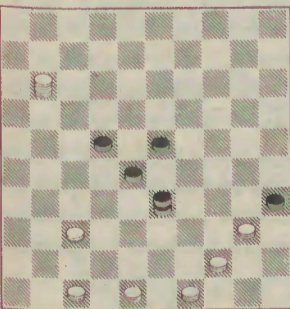
Mate em 5 (cinco) lances

SOLUÇÃO DO Nº 1997X23 [A.D.P.]
1. Cg5+, R-; 2. Th8+, B:h8; 3. Rg8, Cd6;
4. Rh8, C-; 5. Cf7+
A. de M. M.

DAMAS

DCXIV - 12 DE JUNHO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997D23
Por: J. SCHEIJEN - NL
L'Effort nº 26, Set./Out., 1952

Pr.: [5]: 22-23-28-(33)-35
Br.: [67]: (11)-37-40-44-47-49

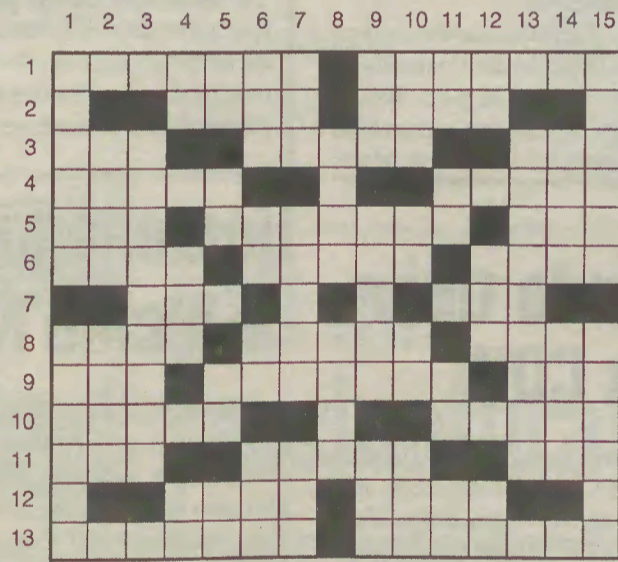


Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1997D23 [J.Sch.]
1. 47-41!, (33x50=D); 2. 49-44, (50x39...); 3.
37x32, (28x46=D); 4. 11x50*, (35x44) 5. 50x5+
A. de M. M.

Órgão da F.F.J.D. (Fédération Française du Jeu de Dames) criada em publicação. O 1º número saiu em Julho de 1948.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Multidão de aves em voo; sugere. 2 - Relativo à boca; caminho ou estrada que conduz de um ponto a outro (pl.). 3 - Naquelas; nome vulgar extensivo a uns pequenos mamíferos roedores, alguns dos quais cosmopolitas, que, por vezes, constituem pragas (pl.); aperto com nó. 4 - Instrumento de cordas e teclado, muito usado desde o séc. XV até fins do séc. XVIII, altura em que cedeu lugar ao piano; sugar o leite materno. 5 - Arvore da família das anacardiáceas, cujas raízes e casca são utilizadas, na Índia, em tinturarias e em aromatizações; residência senhorial fortificada; pron. pessoal. 6 - Instrumento de aço com asperas, para desbastar ou polir metais; prática fisioterápica, de origem finlandesa que consiste na permanência em ambiente seco fortemente aquecido seguida de prolongado banho de vapor, depois, banho ou chuveiro muito frio e sessão de massagem; anual. 7 - Carta ou documento escrito numa só folha; acolá. 8 - O ponto mais alto a que o Sol chega; semente do cafezeiro (pl.); má sorte. 9 - Cem metros quadrados; frondosos; mulher que cria uma criança alheia. 10 - Cama tosca e pobre; famas (fig.). 11 - Discursar; que não se deixa atravessar pela luz; fileira. 12 - Desarranjo mental (fig.); baú. 13 - Relativo à escola; lamentação.

VERTICAIS: 1 - Pano que se põe na mesa por debaixo da toalha; pequeno embrulho ou maço. 2 - Lavrar; encolerizar. 3 - Peixe teleosteo da família dos muldeos, muito comum no Sul de Portugal, apreciado pela sua carne delicada. 4 - Compaixão; a barlavento (naut.); porco (prov.). 5 - Modo (fig.); partícula afirmativa do dialecto provençal; acusada; Alumínio (s.q.). 6 - Conceder gratuitamente; Arsénio (s.q.); Cálcio (s.q.); agora. 7 - Eleva; tiram com violência; conjunto de duas pessoas. 8 - Nome vulgar extensivo a uns mamíferos do grupo dos desdentados com o corpo protegido por uma forte couraça, pertencente à família dos dasipodídeos, que habitam actualmente a América do Sul e a América Central; de forma geral, nome vulgar extensivo aos mamíferos carnívoros que constituem o grupo dos pinípedes, em especial, da família dos focídeos. 9 - Insignificância (fig.); criaturas; óxido de cálcio. 10 - O m.g. lírio; nota musical; isolado; unidade das medidas de capacidade, na província de Damão. 11 - Caminho para lá; pedra de moinho; apelido; Césio (s.q.). 12 - Caminhais; flanco; Astatino (s.q.). 13 - Deleitara. 14 - Tabuinha que se comprime por meio de ligaduras de encontro a alguma parte do corpo lesada ou fracturada para a manter imóvel; condutor de palanquim na Índia. 15 - Desonesto; medira com a rassa.

HO
SO
CR
UZ
AD
AS
1 - Vã; mó; Sã; Cs. 12 - Is; alã; Al. 13 - Is; alã; Al. 14 - Talã; amal. 15 - Amoral; rassa.
Al. 6 - Dar; As; Cs. 7 - Alã; sacana; pad; par. 8 - Tam; foca. 9 - Avó; entes; cal. 10 - Lis; lá; so.
VERTICAIS: 1 - Banã; paço; 2 - Arã; 3 - Salomete. 4 - D; D; alã; 6; 5 - Ar; oc; rã.
10 - Care; aurã. 11 - Orã; opã; ala. 12 - Tarã; 13 - Escolã; lastimã.
14 - Aã; casete; ela. 6 - Lima; saunã; anal. 7 - Ola; ala. 8 - Pã; 9 - Arã; ramosos.
HORIZONTAIS: 1 - Bandada; alvã. 2 - Orã; viã. 3 - Nas; rã; rã; rã; ato. 4 - Crã; mãmã.

A TALHE DE FOICE

Jospense

-Em vésperas da cimeira de Amesterdão de 16 e 17 de Junho, a União Europeia está à beira de um ataque de nervos. Até há escassas semanas, tudo parecia caminhar inexoravelmente para o fim traçado com delicadezas de elefante em lojas de porcelana pelo chanceler Helmut Kohl, a saber, o êxito triunfal da moeda única. Sob a batuta alemã, os indisciplinados europeus, mais recalcitrantes uns, mais submissos outros, lá se tinham ido aconchegando no colete de forças e autoconvencendo, à custa de tanto o repetir, que o calendário era para se cumprir, que os critérios idem, que os amanhã que cantam do capitalismo haviam de alegrar os povos num futuro qualquer, que os sacrifícios de hoje seriam recompensados no futuro. Na pior das hipóteses, os mais descrentes já se haviam aparentemente rendido à teoria da inevitabilidade, da ausência de alternativa, e pareciam dispostos a caminhar no túnel mesmo sem luz ao fundo, aos tropeções que fosse, na esperança desesperada de atinar com a saída a reboque dos iluminados parceiros. Estavam as coisas neste pé, eis senão quando, qual nova edição das aventuras de Astérix, os irreductíveis gauleses acordaram de um sono mau, beberam uns goles de poção mágica servida nas urnas pelos magos de sempre, arregaçaram as mangas e lançaram a bagunça entre os Quinze numa reunião no Luxemburgo. Com a coragem de quem reconhece que o rei vai nu, os franceses saíram a terreiro denunciando que o «pacto de estabilidade» traçado pela Alemanha é inaceitável porque não salvaguarda o emprego nem o crescimento económico. Mais, exigem uma reflexão sobre o assunto que leve à necessária mudança de agulha, mesmo que para isso seja necessário mandar às urtigas o calendário germânico. Foi um autêntico «Jospense», que é como quem diz a entrada em cena do governo Jospin, o novo primeiro-ministro francês, a lançar o «suspense» nas negociações de Maastricht. É claro que antes já os suecos tinham feito saber que não queriam o euro, enquanto britânicos e dinamarqueses tinham escolhido esperar para ver, mas os franceses são outra coisa, sem eles até o motor alemão arrisca gripar. E se a França, que diz não pôr em causa o euro, afirma que só pode haver euro com emprego, é por de mais evidente que alguma coisa vai ter de mudar, ainda que seja para deixar tudo na mesma. Por isso é que, de repente, quais actores a quem de súbito faltaram as deixas, todos começaram a dizer que sim senhor, o emprego, pois claro, há que reflectir, como não, sempre fora esse o entendimento e a preocupação, os trabalhadores e os povos, a Europa social, coisa e tal, blá, blá, blá... o que é preciso é ter calma. Até os portugueses, de Guterres a Sousa Francò, vieram prontamente afirmar que o emprego sempre fora a suprema preocupação, pelo que só restava aplaudir os intrépidos gauleses, esquecidas aparentemente todas as perorações ao País sobre as virtudes da moeda única e dos sacrifícios da convergência para a dita. Pelo menos enquanto se mantiver o «Jospense», a conversa é outra. Resta esperar para ver se não será só conversa fiada.

■ AF

ÚLTIMAS

10 de Junho Mensagem de Carlos Carvalhas

Por ocasião do dia 10 de Junho e correspondendo à solicitação de órgãos da comunicação social, o Secretário-Geral do PCP divulgou a seguinte declaração:

A celebração do Dia de Camões e das Comunidades Portuguesas é um momento adequado para valorizar e aprofundar a relação dos portugueses espalhados por todo o Mundo com a nossa Pátria, com a nossa língua e cultura comuns, mas deve também constituir um acto de reflexão responsável sobre os muitos problemas que importa resolver para garantir aos emigrantes portugueses o apoio indispensável do seu País, do Estado português, a quem demandou o Mundo em busca da vida melhor que não conseguiu encontrar em Portugal.

Sabemos como são fortes os laços que unem os portugueses da diáspora a Portugal e às suas terras de origem e do forte desejo, de muitos, de um dia regressarem. Lamentavelmente, os graves problemas económicos e sociais que afectam o País, as profundas injustiças e desigualdades sociais em contraste chocante com a concentração de riqueza, o desemprego, os baixos salários e pensões de reforma, tudo consequências das erradas opções políticas do actual Governo do PS e dos anteriores Governos do PSD, não só penalizam as condições de vida da maioria dos portugueses que cá vivem como dificultam as condições de regresso dos emigrantes portugueses que o desejam e estimula novos fluxos migratórios. Por isso, a defesa dos direitos dos emigrantes é para nós inseparável do comba-

te que travamos na sociedade portuguesa para uma efectiva viragem à esquerda na política portuguesa que assegure um Portugal mais desenvolvido, mais justo e solidário, mais democrático.

Após mais de ano e meio de governação, nada justifica que os actos continuem tão distantes das promessas eleitorais e do próprio programa do Governo quanto à política de emigração e que não se concretizem medidas indispensáveis e urgentes para apoiar as comunidades emigrantes.

Por isso, aproveitamos esta data para reafirmar o nosso compromisso de activo empenhamento na exigência de uma pronta modernização, informatização e descentralização dos serviços consulares que garanta um apoio mais eficaz e desburocratizado aos emigrantes portugueses; de um programa de medidas concretas e visíveis para o ensino da língua portuguesa e para a mais ampla divulgação da cultura portuguesa no Mundo; de uma intervenção activa do Governo e do Estado português para a resolução dos problemas de coordenação de sistemas de segurança social entre países que afectam gravemente as reformas de muitos emigrantes.

A realização das eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas há pouco mais de um mês, apesar das numerosas insuficiências e irregularidades

que marcaram o processo eleitoral e que responsabilizam directamente o Governo, constitui um facto positivo, dotando as comunidades emigrantes de uma voz própria junto do poder político em Portugal que entendemos que deve ser valorizada no diálogo necessário entre o poder político e as comunidades emigrantes acerca dos seus problemas e aspirações. Consideramos, por isso, condenável que, a pretexto da abstenção verificada, apareçam forças políticas a pretender desacreditar e desvalorizar desde já o órgão agora eleito ou a assumir uma atitude instrumental quanto ao seu funcionamento.

Da parte do PCP podem os emigrantes portugueses contar que não acompanharemos tais atitudes e que, respeitando a natureza e a independência deste Conselho, procuraremos contribuir para o seu fortalecimento, aperfeiçoamento e dig-

nificação como órgão com um importante papel a desempenhar quanto às medidas e às políticas necessárias para a emigração portuguesa.

Finalmente, endereçando nesta oportunidade uma calorosa e fraternal saudação a todos os emigrantes portugueses no Mundo e desejando a todos que consigam realizar as suas expectativas de felicidade e de realização pessoal, queremos também reafirmar o firme compromisso dos comunistas portugueses de agirem, quer no seio das comunidades portuguesas quer em Portugal e nas instituições, pela concretização de uma nova política e de medidas concretas que garantam mais apoio e mais respeito pelos direitos dos emigrantes portugueses. Os emigrantes portugueses no Mundo, tal como os trabalhadores em Portugal, sabem que podem contar sempre com o PCP.

Ordem do Infante para Carlos Brito

O Presidente da República agraciou, por ocasião do 10 de Junho, várias personalidades que de alguma maneira se distinguiram na sua vida por actos relevantes no quadro de actividade política, cultural, social e militar portuguesa.

Entre os 21 condecorados esteve Carlos Brito, director do nosso Jornal, que recebeu de Jorge Sampaio a Grã-Cruz da Ordem do Infante.

Em declarações ao «Avante!», Carlos Brito afirmou: «Sinto-me naturalmente honrado pela distinção que me foi conferida pelo Sr. Presidente da República, mas quero dizer que os méritos que me são atribuídos não são diferentes dos de numerosos camaradas meus e inserem-se nos gigantescos esforços do PCP para garantir ao povo português uma vida e um futuro melhores.»

Coimbra Câmara manda tirar propaganda CDU

A Câmara Municipal de Coimbra deu ordens aos serviços de Higiene para retirar os pendões da CDU, que tinham sido recentemente colocados em vários locais da cidade.

Uma atitude que a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP repudia, considerando-a como "um atentado à liberdade de propaganda

e de expressão políticas consignada na Constituição da República, aprovada com o regime democrático".

A Comissão Concelhia do PCP afirma ainda que a CMC demonstra assim, "o seu carácter antidemocrático, com laivos de poder absoluto" e avisa que irá tomar as providências judiciais ao seu alcance.

PCP critica sociedades desportivas

O futebol voltou a estar no centro do debate parlamentar. Em declaração política produzida em nome da bancada comunista, António Filipe levou o assunto a plenário para tecer duras críticas ao regime jurídico para as sociedades desportivas aprovado pelo Governo, apontando o caso madeirense como o "exemplo mais perfeito e acabado" do que poderá suceder no futuro com a sua aplicação.

Para António Filipe, os recentes episódios que envolveram os clubes da Madeira e Alberto João Jardim são um claro testemunho do "género

de situações de promiscuidade entre a política e o desporto profissional que podem institucionalizar-se por todo o País", caso o diploma não venha a ser profundamente alterado.

Foi, aliás, com esse objectivo de corrigir os aspectos mais negativos do decreto-lei aprovado pelo Governo que o Grupo comunista tomou a iniciativa de o chamar a ratificação pelo Parlamento, com debate já agendado.

Entre as consequências negativas enumeradas por António Filipe contam-se a "estatização do desporto profissional através dos municípios

Homenagem a Alcino Monteiro

Os familiares de Alcino Monteiro, o jovem cabo-verdiano assassinado em 1995, no Bairro Alto, pelo grupo de skinheads agora condenados no Tribunal de Monsanto, decidiram realizar, no próximo dia 15 de Junho, às 16 horas, uma jornada à sua campa, para prestar homenagem.

Uma iniciativa a que a Frente

Anti-Racista se associa, decidindo simultaneamente suspender a concentração prevista para dia 10 no Bairro Alto.

A suspensão desta concentração tem também a ver, segundo comunicado da Frente, com a existência de indícios de que "seria alvo e pretexto para actos de violência". Que se pretende evitar.

